

FLAMMA

N. 1366 / ANO XXXI / 10 DE MAIO DE 1974 / 10\$00

ANGOLA 17\$50/MOÇAMBIQUE 20\$00

"LEADERS" PORTUGUESES: UMA NOVA ERA



EM SEPARATA
O 25 DE ABRIL
(2ª EDIÇÃO)

Vichy produtos de beleza
Criados por dermatologistas
Produzidos por farmacêuticos
Vendidos exclusivamente nas farmácias
Haverá alguém que trate a sua pele
tão sèriamente?



Em vez de fazer experiências sobre a sua pele, aproveite das experiências que Vichy faz nos seus laboratórios.

De facto, Vichy estuda, nos seus laboratórios de pesquisa, segundo os métodos mais modernos, as imperfeições e os desequilíbrios da pele e as causas que os provocam.

Só depois de estar de posse destes conhecimentos é que estuda o novo produto, pois só assim é possível que ele actue de maneira incisiva e sem qualquer perigo para a pele.

Longas e numerosas experiências são em seguida feitas, antes da sua comercialização.

Foi assim que Vichy criou os seus Leites desmaquilhantes, as suas Loções tónicas, as suas Emulsões Essenciais... enfim, uma gama completa, cientificamente estudada para tratar e proteger a sua pele de uma forma séria.

Peça conselho na sua Farmácia, onde os produtos Vichy são vendidos em exclusivo, porque lá, a beleza não é vista como magia, mistério ou segredo.

Vichy, um pouco de ilusão a menos, a experiência dum grande laboratório a mais.

VICHY *Produtos de Beleza*

DEPÓSITO LEGAL

FLAMA

REVISTA SEMANAL DE ACTUALIDADES

DIRECTOR: ANTÓNIO DOS REIS

DIÁLOGO COM O LEITOR UM ANO NOVO

COM este número entra a "Flama" no seu XXXI ano de publicação. No decorrer desta sua já longa existência, mas especialmente no último decénio, foi a nossa revista sempre aberta aos problemas e anseios do povo português. Mais não foi porque uma rígida censura do regime fascista, agora derrubado pelo Movimento das Forças Armadas, nos calou ditatorialmente a voz. É pois com grande entusiasmo, em união com o povo livre, que comemoramos o nosso aniversário. O primeiro aniversário livre. A partir de agora, a amordaçada profissão, de jornalista no antigo regime passou a ser uma nobre profissão que deverá ter sempre presente o "servir em liberdade a verdade". E é isso que prometemos neste nosso aniversário, a todos os leitores.

Continua a grande viragem do 25 de Abril a dominar a vida nacional. Continuam todas as atenções requisitadas por esta coisa desconhecida dos portugueses que se chama Liberdade. Desconhecida, sim, mas apesar disso vivida com a noção da verdadeira responsabilidade. Isso a que ficou provado na grande festa do trabalho que o 1 de Maio finalmente pôde constituir entre nós. Os portugueses que vieram para a rua foram às centenas de milhar. Empunhando cartazes, entoando cânticos, gritando o *slogan* que é de todos nós desde a jornada vitoriosa do Movimento das Forças Armadas: "O povo unido jamais será vencido." E embora do asfalto negro das ruas praticamente não sobrasse uma sombra, distúrbios não os houve. Tão pouco acidentes se registaram, como o comprova o quase nulo movimento do hospital de S. José. Esta é uma razão que nos faz meditar: a Liberdade era realmente desconhecida do Povo. Mas a responsabilidade de a viver estava dentro dele, latente, accorrenada pelas forças da repressão.

As imagens que hoje publicamos dessa data — o 1 de Maio de 1974 — são um marco na História de um Povo.

Noção da verdadeira responsabilidade declaram-na os "leaders" portugueses regressados que são do seu exílio, empenhados que estão em lutar pela resolução dos múltiplos problemas que assolam o país.

Noção da verdadeira responsabilidade denotam os actos assumidos por Palma Inácio, um "leader" que pela liberdade do povo, sentiu na carne os crimes da P. I. D. E. - D. G. S.

Responsabilidades devem ser pedidas àqueles que foram responsáveis pela morte do general Humberto Delgado, outro "leader" a quem não foi consentido o regresso do exílio porque a garra do fascismo eo fez cair antes e para sempre.

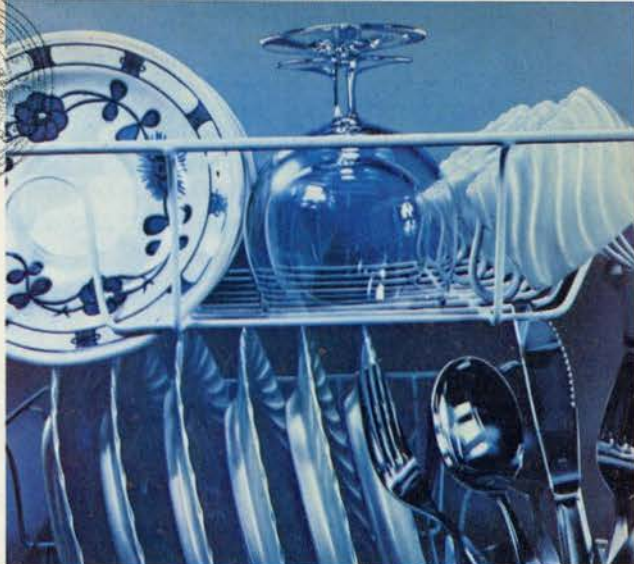
Uma surpresa: a separata dos acontecimentos do 25 de Abril que procura satisfazer os milhares e milhares de pedidos que nos chegaram.

EDITOR: ANTÓNIO DOS REIS. CHEFE DE REDACÇÃO: EDITE SOEIRO/SUBCHIEFES DE REDACÇÃO: CARLOS CASCAIS E ANTONIO AMORIM/GRÁFICOS: MANUEL VIEIRA E VITORINO C. MARTINS/CHEFE DE PUBLICIDADE: TINA RODRIGUES/PROPRIEDADE DA SOCIEDADE EDITORIAL FLAMA, S. A. R. L.

Redacção, Administração e Publicidade: Rua Rodrigues Sampaio, 50, 2., E. — Lisboa 2 — Tels. 563764/5/6/7. Publicidade — 535382. Compõe-se e imprime-se na Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. — R. de "O Seculo", 41 a 63 — Lisboa 2/Distribuição: Distribuidora "O Seculo", — telef. 35152.

A "FLAMA" declina toda a responsabilidade acerca dos documentos que lhe sejam enviados. Os originais não publicados não serão devolvidos. A colobração, geralmente, é pedida pela Direcção. Completamente interdita a reprodução, mesmo parcial, de textos e ilustrações.

Preçário (Pagamento adiantado): **Metrópole e ilhas** — Assinatura anual 440\$00/Assinatura semestral 225\$00/Assinatura trimestral 115\$00/Exemplares avulso 10\$00 — **Ultramar, Espanha e Brasil** — Assinatura anual 495\$00/Assinatura semestral 260\$00/Exemplares avulso 12\$50 — **Outros países** — Assinatura anual 600\$00/Exemplares avulso 15\$00 — **Por via aérea:** acresce da respectiva sobretaxa por exemplar conforme segue: **Metrópole, Ilhas e Espanha** 2\$00 — **Ultramar** 13\$20 — **Outros países da Europa** 4\$00 — **Restantes países** 15\$40 — **Nota:** As prestações acertam-se sempre pelo ano civil. Mudanças de endereço 1\$00.



ESPIRAL

Somat

O multi-programa de lavagem de loiça para todas as máquinas automáticas incluindo as de programa biológico

SOMAT Reiniger com "desincrustante"

Lava impecavelmente todas as peças. Remove até a sujidade mais difícil. Não faz espuma. É eficiente, mesmo com água calcária. Protege o vidro e os desenhos. Cuida tanto da sua loiça quanto da sua máquina.

SOMAT Klarspüler para secar e dar brilho.

Deixa a loiça seca e brilhante. Evita os depósitos de água calcária. Produz ligeira espuma. Protege o vidro e os desenhos. Eficiente com qualquer tipo de água.

Somat um multi-programa de lavagem da

Henkel
ALEMANHA OCCIDENTAL



1.200 Gramas.
Também em balde de 5 Kgs.



1/2 Litro.
Também em embalagem de 1 L.

Representante exclusivo:

AGÊNCIA COMERCIAL **RIA** LDA. AVEIRO - LISBOA - PORTO

POR QUE SÃO NECESSÁRIAS AS COOPERATIVAS

Texto e depoimentos recolhidos por ALEXANDRE MANUEL

Na altura em que a Assembleia (princípios de 1972) concluía pela aprovação do famigerado Decreto-Lei 520/71 — ratificado após votação nominal dos deputados então presentes (73 contra 13) — quis a FLAMA inserir nas suas páginas um inquérito sobre as razões por que, num país cujo cooperativismo existia desde 1867, se consentira que a ditadura se instalasse nos espaços de liberdade que ainda nos restavam. Cumprindo a sua missão de bem informar, a FLAMA ouviu alguns dos deputados da chamada "ala liberal" e personalidades ligadas ao assunto. Entenderam, entretanto, os Serviços de Censura — a quem no julgamento de responsabilidades virão a caber enormes culpas — que o público não devia ser esclarecido. E o traço azul anulou (como em tantas outras vezes) as oito páginas que hoje, finalmente, podemos dar na íntegra.



Após um dos mais acalorados debates da história dos últimos anos da Assembleia Nacional, o cooperativismo português vê-se obrigado, na hipótese de pretender uma forma de sobrevivência, a enveredar pelos caminhos do puramente comercial.

Deputados como Magalhães Mota, José da Silva, Miller Guerra, Sá Carneiro e Mota Amaral subiram à tribuna do Parlamento e denunciaram a ameaça de morte que o novo decreto-lei representa para a actividade das cooperativas.

Raramente uma discussão parlamentar assumiu tamanho interesse e as divergências entre as várias correntes foram tão denunciadas. É que, como afirmou o deputado José da Silva, tratava-se de pôr em causa uma decisão ministerial e consentir (ou não) "que a ditadura se instale nos espaços de liberdade que ainda nos restam".

O COOPERATIVISMO destina-se a desenvolver a cooperação e o acordo entre os homens, orientando-se por normas de carácter democrático, respeitando as crenças religiosas e as ideologias políticas, e dedicando-se também, como é óbvio, ao ensino e propagação da doutrina, no intuito de formar dirigentes, ilustrar os seus membros e conquistar associados" — recordou o deputado Miller Guerra na tribuna de S. Bento. "O cooperativismo existe no nosso País desde 1867. Portugal faz parte da Aliança Cooperativa Internacional, aderindo às resoluções tomadas em 1966. Estas dizem respeito aos princípios reguladores do movimento, à liberdade de constituição e escolha do objecto quer civil quer comercial, e à não ingerência das entidades governamentais na constituição, organização e funcionamento das cooperativas. Estes princípios, pacíficos e morais, foram reconhecidos pela Organização Internacional do Trabalho." Ratificado, após votação nominal dos deputados presentes (73 votos contra 13), o Decreto-Lei 520/71 abre "um campo eivado de incertezas que vai dar azo a interpretações divergentes e, quem sabe, a arbitrariedades", representa "a paralisia parcial ou completa do movimento cooperativo" e suscita "o abaixamento do gosto pelas coisas do espírito, acentuando a incultura".

Com efeito, como recordou o dr. José da Silva, o citado decreto vem renovar em bases seguras, porque legislativas, a tentativa feita em 1968 através do parecer da Procuradoria Geral da República de 27 de Maio desse ano, à sombra do qual a P.I.D.E. chegou a notificar muitas cooperativas a sul do Tejo para, no prazo de trinta dias, submeterem os estatutos à aprovação da autoridade administrativa, sob pena de serem consideradas associações secretas. A tentativa falhou porque, entretanto, o Supremo Tribunal Administrativo "veio a decidir que as sociedades constituídas ao abrigo da lei comercial não podem ser dissolvidas por acto de administração".

"Será arriscado formular prognósticos definitivos", comentava, alguns dias depois, o assistente da Faculdade de Direito Sêrvulo Correia, que ao estudo do cooperativismo português tem dedicado grande atenção. "Claro que muita coisa vai depender das atitudes que vierem a ser assumidas pela administração e pelas cooperativas. Presumivelmente, iremos entrar num período algo confuso em que a lenta formação de praxes administrativas e, quiçá, de uma jurisprudência dos tribunais, irão definir os exactos contornos do diploma legal, a cuja letra não falta ambiguidade propícia a interpretações divergentes. Por fim, penso que este novo episódio da história das cooperativas em Portugal veio acentuar a medida em que a legislação vigente se encon-

tra desadaptada à essência e função deste tipo de sociedades. Se possível, maior é pois a urgência de rever de uma ponta à outra o seu estatuto legal, estabelecendo um novo regime assente na compreensão da especificidade de estrutura das cooperativas." E o dr. Sêrvulo Correia sugeria: "Que tal se cada uma das pessoas que se interessam pelo debate sobre o decreto-lei e que se sentem inconformadas com o seu resultado se fizesse sócia da cooperativa mais próxima e passasse a recorrer com persistência aos seus serviços e a acompanhar com atenção a forma como é gerida? Mais do que sonoras afirmações, é da soma de muitos pequenos gestos de inconformismo construtivo que poderá verdadeiramente resultar o progresso social. Os verdadeiros cooperativistas já o compreenderam há muito tempo."

ASSIM COMEÇOU A HISTÓRIA

Tudo começou no dia 24 de Novembro do ano findo, com a publicação no "Diário do Governo" do contestado decreto-lei. Nele se dispõe (artigo primeiro) que "sempre que as sociedades cooperativas se proponham exercer, ou efectivamente exerçam, actividade que não seja exclusivamente económica, de interesse para os seus associados, ficam sujeitas ao regime legal que regula o exercício do direito de associação". Por outro lado, o diploma governamental promulga ainda que "os notários não poderão lavrar escrituras de constituição de sociedades cooperativas em cujo objecto se compreenda o exercício de actividades não económicas sem prévia aprovação dos respectivos estatutos pela autoridade administrativa competente" (governadores civis). E, em artigo transitório, estipula-se "o prazo de sessenta dias" para as sociedades cooperativas, já existentes, submeterem "os respectivos estatutos à aprovação da autoridade competente". Com este decreto — comentaria na tribuna parlamentar o deputado Magalhães Mota — o cooperativismo português entrou num "regime de flagrante desigualdade em relação às sociedades comerciais, em relação às quais não existem as limitações que agora se pretendem impor às cooperativas".

Imediatamente o consultor jurídico do movimento cooperativo português, dr. Roque Laia, divulgou um parecer acerca do diploma, no qual recordava casos anteriores de perseguição governamental e pedia a substituição do decreto por outro "em que em vez de perseguir as cooperativas e tentar matar o movimento cooperativo nacional se protejam as cooperativas, como meio de defesa da sociedade mais débil, livrando-a e defendendo-a da especulação em todos os ramos de satisfação das necessidades humanas — económica, cul-

tural, habitacional, etc."

Recorde-se, entretanto, que apesar de promulgado em 19 do mês de Novembro, o decreto-lei só foi publicado em 24 do mesmo, após a aprovação unânime, pela Assembleia Nacional, do estado de subversão que permite "a restrição de liberdades e garantias individuais". "Evidente é que — escreve o jurista Roque Laia — a publicação do decreto-lei em análise, no momento em que foi feita, demonstra a intenção deliberada de atingir o movimento cooperativista nacional, através dos poderes resultantes dessa autorização, apesar de ser do conhecimento público que ele não pratica qualquer acto de subversão. Antes, pelo contrário, todas as cooperativas inserem a sua actividade na exclusiva defesa económica dos seus associados e na promoção cultural deles."

"Quem e porquê tem medo das cooperativas?", perguntou o deputado Magalhães Mota. A resposta pertenceu a deputados da chamada "ala conservadora". "Porque — comentou Moura Ramos — através da chamada acção cultural das cooperativas teríamos facilitada, a breve trecho, pela sua doutrina e conteúdo, a ressurreição dos partidos políticos, pústulas que desfeiam e consomem a unidade nacional."

MAS QUEM TEM MEDO?

Logo após a publicação do diploma, várias cooperativas, sentindo-se lesadas no mais íntimo da sua existência, protestaram publicamente contra a determinação oficial. "Numa sociedade como a portuguesa, extremamente pobre de quadros de participação, no momento que se quer seja de arranque e onde a cooperação poderia, como se verificou na generalidade dos países, ser um elemento extremamente dinâmico do processo do desenvolvimento, a S.E.D.E.S. vê com extrema apreensão a publicação do Decreto-Lei 520/71, que reduz gravosamente a possibilidade de os cidadãos se constituírem em cooperativas para participarem colectivamente no progresso do País." E o conselho coordenador da S.E.D.E.S., face à publicação do decreto "que impõe às cooperativas, que não exerçam exclusivamente actividade económica, a sujeição ao regime legal que regula o exercício do direito de associação, regime a que nos encontramos já submetidos", prossegue mais adiante:

"Se é essencial ao movimento cooperativista o elemento cultural, significa que todas as cooperativas dignas desse nome ficam sujeitas ao novo regime legal o que implica ficarem sujeitas a um regime jurídico que as põe em situação de desigualdade com as outras sociedades. Face a um desenvolvimento dos monopólios haveria que fomentar ou estimu-

lar as organizações empresariais de tipo cooperativo e não entorpecê-las, sujeitando-as a um quadro jurídico incompatível. Particularmente no que se refere às cooperativas de consumo, cuja acção importa assinalar, o novo regime jurídico virá enfraquecer um dos principais meios do processo de contracção da subida de preços e em geral da defesa do consumidor."

O comunicado referia ainda a inconstitucionalidade do decreto e recordava a importância do "princípio educativo", condição aprovada no último congresso da Aliança Cooperativa Internacional (onde Portugal foi recentemente admitido) para que uma pessoa colectiva possa ser reconhecida como verdadeira cooperativa. Formulava finalmente o voto de revisão do regime jurídico das cooperativas e da revogação do diploma.

Entretanto, algumas cooperativas lançaram-se ao estudo das implicações do decreto-lei e difundiram vários comunicados, onde se salientava o "carácter injusto" do diploma e as suas características contrárias "à liberdade de associação, de expressão e pensamento e à liberdade de cultura". E após uma reunião de muitas horas, em Alverca, 26 cooperativas tornaram público que o diploma surgia "no preciso momento em que o cooperativismo português enfrenta graves dificuldades derivadas da crescente intervenção, em campos paralelos à actividade de muitas cooperativas, de grandes grupos monopolistas, particularmente no sector alimentar". Nesse documento, enviado ao presidente da Assembleia Nacional e distribuído à imprensa, as cooperativas signatárias "não hesitam em afirmar" que o decreto "é inaceitável, pelo que, a ser aplicado, sê-lo-á indiscutivelmente contra a vontade das cooperativas e dos cooperativistas portugueses". Dessa reunião saiu, ainda, a decisão de se realizar, em Coimbra, o Encontro Nacional de Cooperativistas.

Ao mesmo tempo, a direcção central da Unicoope ("organismo que agrupa 85 cooperativas com mais de setenta mil famílias, do Norte ao Sul do País") resolveu enviar "às entidades competentes" uma exposição em que se assinalam os inconvenientes graves do decreto-lei. "O Cooperativismo para ser fiel aos seus princípios não pode deixar de se preocupar com a formação e promoção humana dos seus membros", escreve-se no "Boletim Cooperativista" daquela união, que prossegue, mais adiante: "O decreto agora saído coloca todas as cooperativas — mas todas! — em dificuldade pois lhes é posta uma alternativa: considerarem-se associações se pretenderem fins que a autoridade considera não económicos, mas são complementares da sua actividade económica, ou no caso de não terem já qualquer actividade desse tipo renunciarem a tê-la definitivamente."

POR QUE SÃO NECESSÁRIAS AS COOPERATIVAS



E A HISTÓRIA CONTINUA

Entretanto, a luz da esperança acendeu-se em S. Bento. Um grupo de deputados (Sá Carneiro, José da Silva, Magalhães Mota, Correia da Cunha, Max Fernandes, Pinto Machado, Prabor Rau, Joaquim Macedo, Ferreira Forte e Mota Amaral) requereu, ao abrigo da Constituição, que o decreto-lei fosse submetido ao Parlamento, para ratificação ou revogação. Com efeito, o artigo 109 da Constituição estabelece, no parágrafo 3, que "se o Governo durante o funcionamento da Assembleia Nacional publicar decretos-leis fora dos casos da autorização legislativa serão aqueles sujeitos a ratificação, que será concedida quando, nas primeiras dez sessões posteriores a publicação, dez deputados, pelo menos, requeiram que tais decretos sejam submetidos à apreciação da Assembleia." Recorde-se, entretanto, que, nos últimos vinte anos, apenas por quatro vezes grupos de deputados fizeram apreciar no Parlamento as disposições oficiais. E na primeira reunião do segundo período de trabalhos da terceira sessão legislativa da X Legislatura, o Decreto-Lei 520/71 foi colocado na Ordem do Dia, ultrapassando a apreciação das Contas Públicas, alguns projectos de propostas de lei, a votação da futura Lei Orgânica do Ultramar e vários avisos prévios.

"Estamos, pois, a examinar um acto solene do Governo, promulgado pelo Presidente da República, e a decidir se o mesmo acto deve ser pura e simplesmente sancionado, rejeitado ou convertido em proposta; nesse caso, depois de estudado pela Câmara Corporativa, virá aqui para ser discutido e votado, artigo por artigo".

O deputado portuense Sá Carneiro comentaria na tribuna parlamentar: "Aqueles, e são muitos, que sacrificam no altar da onipotência do Governo e são fervorosos e

nédios prosélitos da sua onisciência, escandalizar-se-ão por certo com tão "desrespeitosa" pretensão. Mas com o discutir os actos do Governo lucrámos todos: a Nação que assim pode tomar consciência dos problemas que lhe dizem respeito e formar a sua opinião sobre as pessoas e as instituições. Nós, que nos debruçamos sobre as questões, as quais sem isso talvez escapassem à nossa atenção, procurando dar-lhes remédio. O Governo que gostará certamente de sentir-se fiscalizado, criticado e emendado se necessário, pois toda a gente sabe que ninguém é infalível e são até muito conhecidos os inconvenientes da legislação burocrática ou de gabinete, como é a presente."

E outro deputado nortenho perguntava o que seria um fim exclusivamente económico. "Se esta Câmara", comentou o dr. José da Silva, "não se opuser, veremos, dentro de pouco tempo, as anómalas e injustas disposições deste decreto-lei aplicadas aos outros tipos de sociedades." E a terminar: "Demonstremos que esta assembleia não é partidária, negando a ratificação ao Decreto-Lei 520/71. Esse será o meu voto porque eu, sempre disposto a colaborar com o Governo, em matéria de direitos fundamentais, só prometi dar e só posso dar votos na renovação."

Mas, alguns dias depois, tudo voltou ao passado. Setenta e três votos contra treze (Sá Carneiro, Magalhães Mota, Mota Amaral, Pinto Machado, Deodato Magalhães, Francisco Balsemão, Joaquim Macedo, Correia da Cunha, Oliveira Ramos, Martins da Cruz, Raquel Ribeiro, Sousa Pedro e Oliveira Dias) foi a votação final, que não deve ter desiludido ninguém, nem, talvez, os próprios deputados requerentes.

"Porquê então insistir, se, por experiência própria, sei que aqui não é possível ver acolhidas posições que não sejam aceites pelo Governo?" - interrogou o dr. Sá Carneiro. "Porque - prosseguiu - quem é eleito não pode pensar em desistir, não tem o direito de abandonar: assumiu o compromisso de lutar durante quatro anos como representante da Nação neste órgão de soberania, e há-de perante ela procurar desempenhar-se o melhor possível do cargo que lhe confiaram. Eis porque entendo que embora não valha a pena continuo a trabalhar o melhor que posso e sei, até ao fim do mandato."

E quando, mais tarde, perguntámos ao deputado José da Silva o que pensava sobre o futuro do cooperativismo português ele respondeu-nos: "Não sei dizer com precisão. Tudo depende da maneira como o decreto venha a ser executado. Os termos desse decreto deixam nas mãos do ministro do Interior todo o poder. Depende inteiramente dele executar ou não a lei. Se a não utilizar, nada de mal virá ao cooperativismo. Porém, a simples existência desse decreto representa uma ameaça que considero perturbadora. Quanto às medidas que vão ser tomadas, não sei, não faço qualquer ideia, não tenho o poder de adivinhar. O que posso dizer é que se as

cooperativas se divorciarem da actividade não económica ficam impossibilitadas de satisfazerem o cooperativismo tal como ele é interpretado pela Comunidade Europeia."

Entretanto, o problema das cooperativas apenas começou. Voltaremos oportunamente ao assunto. Contudo, publicamos a seguir cinco depoimentos de individualidades ligadas ao cooperativismo.

- 1** Qual é, na sua opinião, o principal objectivo do cooperativismo e o papel da actividade cultural na realização desse mesmo objectivo?
- 2** Quais as repercussões, para o cooperativismo português, do Decreto-Lei 520/71, recentemente ratificado pela Assembleia Nacional?
- 3** Qual pensa seja agora a atitude da sua cooperativa?

EMÍDIO SANTANA - NÃO HÁ ACTIVIDADES ESPECIFICAMENTE ECONÓMICAS

1 - Associar os homens para a realização, pela ajuda mútua, dos meios que possam elevar a sua condição sócio-económica, suprimindo intermediários, simplificando mecanismos de comercialização, obtendo o maior benefício com o menor dispêndio. E para que os homens pratiquem a solidariedade entre si necessitam de se cultivarem, de desempenharem acções de civismo, de convívio comunitário e têm de se capacitar da complexidade dos problemas a que hoje são chamados a responder. Assim como a Nação necessita da valorização dos cidadãos para o exercício duma cidadania que não seja apenas acatamento, também as cooperativas necessitam do desenvolvimento cultural dos seus membros para que se elevem à altura das suas funções e da sua administração.

Como não há actividades especificamente económicas, a cultura tem expressão ao mesmo tempo social e económica. Acaso

a valorização cultural dos indivíduos não se traduz em riqueza económica? E a cultura não é uma aquisição em conjunto, cooperativamente?

Se o cooperativismo é associação de indivíduos não há-de carecer de elevá-los e educá-los para uma categoria superior à do súbdito que cumpre actos impostos?

2 — A ambiguidade do decreto e a dificuldade dialéctica de separar o económico do cultural tornam dramática a vida e a administração das cooperativas, qualquer que seja a sua actividade. Qualquer autoridade pode discricionariamente considerar uma cooperativa incursa em "acção não económica", nem precisa de demonstrá-lo como o faz o próprio decreto, e logo haveres dos sócios, compromissos assumidos, contratos legalmente realizados, mercadorias ou iniciativas de recreio e cultura desaparecem sob o simples despacho dum funcionário político. Afirmar-se que o decreto ainda acautela o movimento cooperativo é ironia que esconde outros propósitos.

Como se quer que um povo se apetreche para as funções da produção, do civismo, da participação, das responsabilidades numa vida colectiva cada vez mais complexa e exigente do valor individual se o soletrar um livro em conjunto pode desde logo ser considerado um acto criminoso?

É de salientar que a própria ratificação do decreto, obtida apenas por maioria de votos, prova que, ferido pela dúvida da própria Assembleia Nacional, constitui uma situação jurídica de grande gravidade, e que os comunicados oficiais com propósitos tranquilizadores de modo, algum remedeiam os prejuízos psicológicos e económicos, além dos de direito, que vêm a aparecer.

3 — A minha cooperativa, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses, de mais de vinte e seis mil associados, constituindo a garantia dos seus lares, de 48 anos de existência e constituindo na sociedade portuguesa um factor de equilíbrio e de contribuição para a solução de um dos mais graves problemas da actualidade, considera que não é abrangida por qualquer discrimi-

nação nem pelas obrigações que — sempre a ambiguidade do decreto — se podem retirar das muitas e desvairadas interpretações que qualquer entidade pode querer atribuir. Julga não dever alterar nenhuma das suas actividades; todavia entendo que o perigo existe e que esta situação antijurídica tem de ser remediada com urgência antes que casos tristes se possam registar por zelo formal de qualquer entidade.

Em cem anos de existência, o movimento cooperativo em Portugal nunca foi tão afectado como por este decreto e, paradoxalmente, quando mais é chamado a desempenhar relevante acção na reestruturação da economia do País, de antídoto contra a ameaça de monopolização.

Ficam à prova a vitalidade do movimento cooperativo, as instituições jurídicas e as declarações oficiais de o decreto não ter "quaisquer" intenções restritivas. Mas o machado está na gaveta...

RUI VILAR — IMPOSSÍVEL COOPERAÇÃO SEM EDUCAÇÃO

1. Gostaria de restringir o âmbito da minha resposta ao que julgo podem ser os objectivos do cooperativismo no concreto condicionalismo sócio-económico e político-cultural do nosso país.

Perante o bloqueamento e a comparticipação das forças sociais susceptíveis de operarem as transformações — necessárias e urgentes — na sociedade portuguesa, o movimento cooperativo é um importante veículo de promoção moral e social, pela solidariedade que gera e pela ajuda no abater de barreiras sócio-profissionais. Por outro lado, é um modo de defesa contra a injustiça e a rapacidade do sistema instalado.

Parece-me extremamente difícil, se não impossível, como aliás ressalta dos princípios definidos pelo movimento cooperativo internacional, que exista cooperação sem educação.

Acresce que hoje sendo a cultura também, e cada vez mais, domínio dos esquemas e intenções do sistema produtivo da sociedade de consumo, o cooperativismo é um dos caminhos para subtrair a cultura à massifi-



Emídio Santana, presidente da direcção da Associação dos Inquilinos Lisbonenses.



Rui Vilar, presidente do conselho coordenador da S.E.D.E.S.

cação e à alienação. Sobretudo se quisermos que o homem conserve a sua qualidade de pessoa e não seja mero factor de produção e de expansão do consumo...

2. Se o movimento cooperativo português não era já folgado, ficou pobríssimo.

Todavia, as repercussões da ratificação de Decreto-Lei 520/71 são, quanto a mim, muito mais amplas e devastadoras pelo que revelam de atitude contra tentativas de via sócio-económica solidária e plural e pela perda de uma oportunidade política para se rever — tal como propugnaram os deputados que quiseram que o decreto baixasse ao Parlamento — o regime do direito de associação.

3. A S.E.D.E.S., não sendo uma cooperativa, porquanto é uma associação cívica com os estatutos aprovados nos termos do Decreto-Lei 39 660, agiu, ao tomar posição pública no problema, com inteira liberdade. Mas também com todo o empenhamento. Recordo um dos domínios que, ao lançarmos a Associação, considerámos prioritário:

“Fomento de todas as formas de associação que contribuam para o dinamismo e equilíbrio das estruturas sociais, com especial relevo para os movimentos sindicais e cooperativos, criando assim processos de participação assentes em novas relações produtivas e de consumo.”

Que eu saiba, fomos a primeira entidade a tomar posição no problema, levando o nosso comunicado, em que pedíamos a revogação do diploma, até à Assembleia Nacional e à Presidência do Governo e divulgando-o através dos órgãos de informação e directamente junto das cooperativas. Ter-se-á perdido com a votação de 19 de Janeiro uma possibilidade de abrir novos caminhos, optando-se pela regressão. Pela nossa parte não desistiremos e vamos continuar a lutar por um associativismo são, livre e responsável.

EDUARDO DO LAGO — SEM DEMOCRACIA NÃO HÁ COOPERATIVISMO

1 — Quanto a nós, o principal objectivo do cooperativismo é a distribuição de bens e serviços entre os membros das cooperativas de forma a prescindirem do

intermediário que ocupa uma posição parasitária e explora o consumidor em benefício próprio.

Para atingir esse fim as cooperativas existem como um tipo de “sociedade” especial e devidamente regulamentada pelo Código Civil. Estas sociedades são caracterizadas pelo facto de cada associado, e independentemente do número de acções que possua, ter direito a um só voto, o que assegura o seu funcionamento democrático e impede que um indivíduo, ou um grupo minoritário de indivíduos, se apodere dos destinos da cooperativa contra a vontade e mesmo os interesses dos restantes accionistas.

Paralelamente a esta premissa inalienável de democracia, no seu funcionamento existe todo um problema de doutrinação cooperativista, de educação cooperativista, sem as quais não é possível que os membros da cooperativa se saibam autogerir. Esta educação e este esclarecimento dos indivíduos é, portanto, imprescindível ao cooperativismo e sem ele as cooperativas não poderão sobreviver por muito tempo.

Sem pessoas preparadas para assumir responsabilidade e para tomar decisões dentro de um sistema de respeito pela opinião e dignidade dos seus interlocutores, o cooperativismo não é possível.

Fazemos nossas as palavras do dr. Roque Laia, consultor jurídico do movimento cooperativo português, quando afirma no parecer sobre o Decreto-Lei 520/71 que “a cooperativa não se pode permitir o luxo de ser um aglomerado de analfabetos e de ignorantes; na sua organização, fundamentalmente democrática, a cooperativa sente que o não pode ser, se os seus membros não souberem o que dizem, nem pensar no que lhes interessa.

De resto, os indivíduos não são, hoje, consumidores do feijão e de batatas, de sapatos e de camisas; eles consomem, também, programas de televisão, de cinema, leitura de jornais e de livros; consomem serviços médicos, de cultura intelectual e física.

Ora não só a cooperativa deve fornecer todos os artigos e serviços conducentes à satisfação das necessidades do sócio coope-

POR QUE SÃO NECESSÁRIAS AS COOPERATIVAS



rativista, mas, também, apetrechar este com os necessários conhecimentos de análise, de crítica e de escolha do que mais lhe convém, apetrechamento tanto mais necessário e imprescindível quando o certo é que o consumidor se encontra rodeado de perigos reais, provocados por uma incontrolada publicidade através da rádio, do jornal, da televisão, arrastando-o a consumos supérfluos, quantas vezes prejudiciais e de artigos de baixa e falsificada qualidade.

2 — Pensamos que este decreto afecta gravemente o cooperativismo português na medida em que atinge toda e qualquer cooperativa, seja qual for a actividade a que se dedica.

Isto porque o decreto, ao limitar e condicionar toda a “actividade que não seja exclusivamente económica” (texto do Decreto 520/71), poderá eventualmente ser interpretado como impeditivo da simples propagação do cooperativismo e à aplicação, entre outras, do princípio aprovado no XV Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (entidade que reúne cooperativas de todo o Mundo e de que o movimento cooperativo português faz parte) que estipula que “as sociedades cooperativas deverão promover a educação dos seus membros, dos seus empregados, dos seus dirigentes” (resolução de 1966). Ora já esclarecemos a importância que atribuímos ao factor educação e cultura na resposta à primeira pergunta.

3 — Para responder a esta per-

gunta talvez seja melhor começar por transcrever os fins da nossa cooperativa, tal como são definidos no nosso pacto social.

Art. 3. — A Sociedade tem por fins: a) Fornecer aos seus associados e a todos os consumidores em geral, nas melhores condições, quer de preço, quer de qualidade, e dispensando tanto quanto possível a intervenção de intermediários, quaisquer bens de consumo, podendo, para o efeito, criar e manter os serviços convenientes, bem como tomar todas as iniciativas úteis para a sua expansão ou a propagação dos seus artigos, podendo ainda dedicar-se a outras actividades comerciais lucrativas caso assim o decida.

Acontece que os “bens de consumo” aos quais o trecho citado se refere são, no caso da Unicep, livros, discos, revistas, “posters” e publicações afins, ou seja, veículos de cultura por excelência. Temos portanto que quando a cooperativa desenvolve a sua actividade no campo económico está forçosamente a desempenhar um papel na difusão da cultura, a distribuir e facilitar o acesso a instrumentos de cultura.

Evidentemente que, uma vez que nos dedicamos à distribuição de veículos de cultura, e que para sobrevivermos dentro de um mercado que intensifica todos os dias a concorrência precisamos de fazer a promoção dos nossos artigos, recorremos a colóquios, mesas-redondas ou conferências sobre um livro ou sobre um autor, por exemplo.



Eduardo do Lago, presidente da direcção da Unicepe (Cooperativa Livreira de Estudantes), do Porto. EM BAIXO — Faustino Cordeiro, secretário geral da Unicepe.

Isto, aliás, à semelhança do que faz qualquer livraria da nossa praça e de acordo com o espírito e a letra do pacto social acima referido.

Julgamo-nos também no dever de fazer a propaganda do cooperativismo e de desenvolver esforços no sentido da educação dos associados dentro do espírito cooperativista, de modo a que a gestão de cooperativa continue a processar-se dentro de princípios de independência económica e de democracia interna.

Entretanto as possíveis interpretações do decreto colocam a Cooperativa numa posição de insegurança no exercício da sua legítima actividade.

—FAUSTINO CORDEIRO O FUTURO DEPENDE DO CRITÉRIO DAS AUTORIDADES

1. A primeira parte da pergunta parece-me vaga e inconsistente pois quando se fala de cooperativismo tem de ter-se presente os tipos mais diversos de cooperativas: de consumo, de crédito, de produtores, de pescadores, de habitação, de artesanato, etc., com objectivos diferentes e algumas vezes antagónicas, como já foi assinalado na teoria e na prática. Assim, a cooperativa de consumo, constituída por pessoas que se juntaram com o fim principal de adquirir artigos por preço mais baixo, quer este se traduza num desconto imediato em relação ao preço normal do mercado quer sob forma de retorno proporcio-



nal ao consumo no fim do ano, tem objectivo diferente da cooperativa de comercialização de frutas, que procurará vender ao melhor preço para obter o melhor benefício para os seus associados. No entanto, qualquer que seja o seu objectivo principal, é da natureza intrínseca das sociedades cooperativas desenvolverem, para os seus associados, actividades complementares cujo papel é fundamentalmente destinado à consciencialização daqueles dos princípios e métodos cooperativos e dos objectivos da cooperativa. Não se trata, portanto, de a cooperativa de consumo, de produção ou de habitação fazer cultura como seu objectivo, mas antes de, utilizando os meios e processos mais diversos, contribuir para a formação cooperativista dos seus

associados, dos seus dirigentes e do seu pessoal. Entendemos portanto neste sentido a actividade cultural que se refere na pergunta e é assim que ela foi entendida desde sempre no movimento cooperativo. Evidentemente que pode haver cooperativas de consumo com o objectivo de fornecer aos seus associados meios de cultura e aqui residem as maiores confusões: um agrupamento de pessoas que se constitua em sociedade para adquirir, ao mais baixo preço, livros ou outros meios áudio-visuais a fim de se cultivar, continua a ser uma cooperativa de consumo como qualquer outra. A mecânica do seu funcionamento é idêntica; e não vejo que semelhança possa haver nelas com quaisquer associações de carácter cultural.

2. Tudo depende da sua aplicação prática e, principalmente, da sua interpretação, por parte das autoridades que tiverem de intervir nessa aplicação. Se se mantiver sempre o critério, que foi officiosamente assegurado na nota do Ministério do Interior e continua pela boca do "leader" do Governo na Assembleia Nacional, as repercussões podem ser mínimas, pois entender-se-iam como actividades complementares e dentro da função económica da cooperativa as actividades que acima referi, e que estão previstas no âmbito dos princípios de Rochdale e dos princípios que segue a Aliança Cooperativa Internacional.

Portanto, repito, o futuro depende inteiramente do critério das autoridades encarregadas da sua regulamentação prática.

3. Só posso responder com uma opinião pessoal. Penso que manterá a mesma linha de actualização que tem mantido até agora e prevista nos seus estatutos. Como união cooperativa que é, e as suas filiadas orientam-se pelos princípios de Rochdale. Desenvolvem a sua actividade fundamental — a defesa da economia das classes mais débeis — desde a época em que foram fundadas (e algumas foram-no já no século passado), atravessando os regimes mais diversos, sem quaisquer problemas, exactamente porque respeitaram sempre aqueles princípios, na letra e no espírito.

BORGES COUTINHO — A COOPERAÇÃO EXIGE CERTO GRAU DE CIVISMO

1 — O que é comum às cooperativas todas, e à cooperação em geral, é o facto de os cooperadores (nas empresas cooperativas, os sócios) obterem os bens e os serviços de que se querem utilizar através da ajuda mútua organizada, em vez de dependerem de outros grupos, cujas finalidades são a produção desses bens e serviços com intuídos lucrativos.

A natureza dos bens e serviços assim obtidos pelos cooperadores obedece, como é lógico, só ao interesse desses cooperadores; por isso não há desvios na sua qualidade, e o seu preço é o mais baixo que seja possível (até atingir o preço do custo). E como se insere a cultura num programa destes? De duas formas: em primeiro lugar, a cooperação exige

POR QUE SÃO NECESSÁRIAS AS COOPERATIVAS



um certo grau de civismo e de conhecimento acerca dos fins do cooperativismo e é preciso criá-lo no espírito dos cooperadores; isso é tão importante que um representante do movimento cooperativista sueco disse um dia que "se tivéssemos necessidade de empreender de novo o nosso movimento, e nos oferecessem a escolha entre duas possibilidades — as de recomeçar sem capital, mas com membros e pessoal esclarecido ou, pelo contrário, com grandes capitais e membros não informados —, a nossa experiência dava-nos de conselho a escolha decidida da primeira fórmula".

Em segundo lugar, a cultura é também um bem de consumo em si e portanto como qualquer outro bem, procurado pelos cooperadores. O que sucede neste caso é que como essa cultura não está ao serviço de quem a produz e oferece — que normalmente são os grupos dos poderosos os seus representantes — não consiste numa educação toda orientada no sentido da integração do homem na sociedade estabelecida, antes, ao contrário, é uma cultura livre e humanística. E isso, como bem se compreenderá, levanta problemas e pode incomodar.

2 — O Decreto-Lei 520/71 ataca todas as cooperativas, quer tenham ou não praticado até aqui actividades culturais. Por outro lado, vai tornar receosos os dirigentes de todas elas, o que, por sua vez, vai fazer diminuir a intensidade da educação cooperativística, orientada no

sentido de obter mais quadros, e mais esclarecidos. Por outro lado, introduz o paternalismo na constituição e funcionamento das cooperativas, ou seja, introduz precisamente aquele elemento que com elas é absolutamente incompatível. Ora isto, que já seria muito grave em si, torna-se ainda pior pelo facto de as autorizações, os poderes de dissolução e, conseqüentemente, todo o condicionalismo das cooperativas, ser, na maior parte dos casos, dependente do ministro do Interior. Sucede que, se o Presidente do Conselho é a autoridade política máxima o Ministério do Interior é o mais político dos Ministérios, concluindo-se, por isso, que o "controle" das cooperativas visa fins políticos.

Nem podia ser doutra forma. É que, se se pretendesse apenas evitar que as cooperativas exorbitassem das suas funções, há na lei portuguesa órgãos adequados para reprimir tais actividades, que são os tribunais comuns. Mas como os tribunais comuns não são políticos é claro que isso não bastava.

São, em suma, inúteis, todas as garantias dadas pelas autoridades com poderes discricionários sobre as cooperativas, mesmo que sejam autoridades com critérios justos, perfeitos, impecáveis. As cooperativas, ou se formam, e funcionam POR DIREITO PRÓPRIO, ou não são cooperativas verdadeiras.

3 — Sextante é uma cooperativa cujo objecto está expresso deste modo: "A Sociedade tem



António Borges Coutinho, presidente da direcção da Sextante, Cooperativa de Consumo de Ponta Delgada, Açores.



Dr. Cancela de Abreu: "Um doente que recorra de urgência a um hospital pode não ter a reserva de sangue necessário para tratamento." A intervenção do deputado português José da Silva, na Assembleia Nacional, constituiu verdadeira denúncia das finalidades do Decreto 520/71. À ESQUERDA — Assistente da Faculdade de Direito, de Lisboa, o dr. Sêrvulo Correia tem dedicado grande atenção ao estudo do problema cooperativo.



culturais. Mas podem estar subentendidos.

De qualquer modo, Sextante continuará a prosseguir os seus fins, estando, particularmente interessada em saber qual vai ser a reacção do Poder, em face das actividades sociais, culturais e assistenciais, etc., de algumas das grandes empresas (não cooperativas) portuguesas. ■

por fim fornecer aos seus associados quaisquer bens de consumo, artigos ou serviços, para satisfação das suas necessidades, e nas melhores condições, podendo, para tanto, dedicar-se a todas as actividades cooperativas". Não estão mencionados, de modo expresso, como se vê, fins

onde há Bac há Frescura



bac



novo Bac Desodorizante e Anti-Transpirante

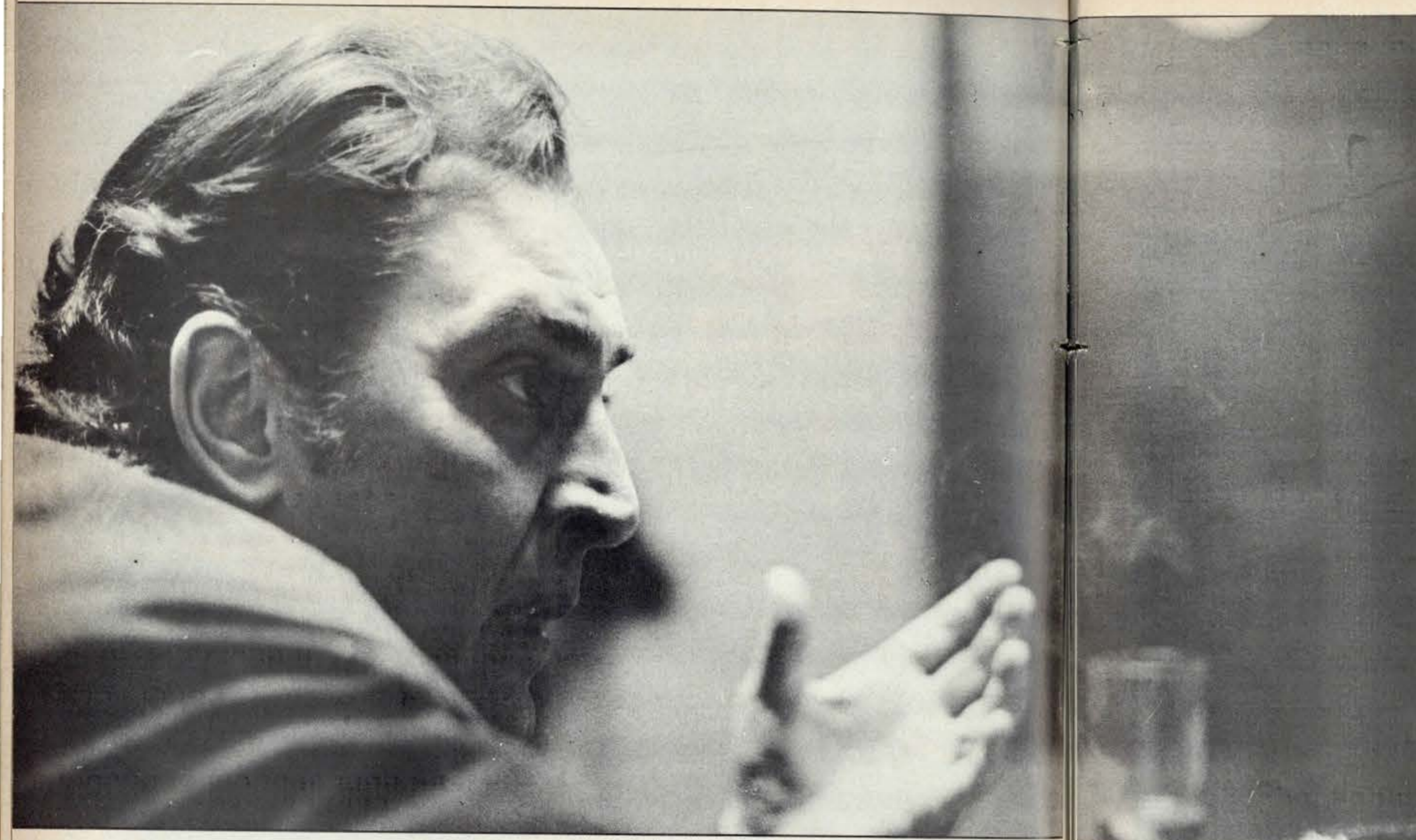
DRY (castanho)
com luxuosa fragrância
DISCREET (rosa)
discretamente perfumado de acção agradável

NATURAL (verde)
proporciona uma frescura completamente natural
SEM ÁLCOOL (azul)
especialmente suave na sua acção em peles sensíveis

ANTI-TRANSPIRANTE (laranja)
regula eficazmente a transpiração

Bac-Frescura que Perdura





ROGÉRIO PAULO:

**"AQUI LUTO E LUTAREI
COM OS MEUS IRMÃOS
NO NOSSO
TEMPO HISTÓRICO"**

Ser actor em Portugal não tem sido fácil, sobretudo quando se pretende fazer um teatro político. É essa a aspiração de Rogério Paulo. Mas como conseguir isso, se o teatro e a arte em geral são condicionados por factores sócio-económicos? Ele preferiu trabalhar em teatros, ainda que comerciais, cujas peças se aproximem dos seus desejos.

Texto de DIONIÍSIO DOMINGOS/Fotos de CARLOS GIL

Não te sentes frustrado? Falhado?

Sim, embora não tenha mentalidade para isso. Vivo aqui porque quero. Sou, talvez, o único profissional português de teatro que pode emigrar. Podia viver tranquilamente, mas não aceitei fazê-lo. O meu vinho é amargo, mas é o meu vinho. Aqui luto e lutarei, com os meus irmãos, no nosso tempo histórico. Frustrado? Tens razão! Quem o não é? ... Só os mediócrs.

Rogério Paulo, um dos melhores actores portugueses. Ele acompanhou e contribuiu para uma evolução do teatro em Portugal, nos anos 1950 a 1970. É portador de uma experiência internacional invulgar entre os actores nacionais.

Qual é a tua opinião sobre "A Morte de Um Caixeiro Viajante", em cena no Teatro Maria Matos?

É a melhor peça da dramaturgia de Arthur Miller e, fundamentalmente, um dos textos mais importantes da dramaturgia mundial do após-guerra. Foi representada em Portugal em 1954, com uma encenação de António Pedro. A sua temática ainda não perdeu a actualidade entre nós. É a tragédia do homem comum...

E a encenação?

O Artur Ramos buscou uma encenação de acordo com a época da sua criação, em Nova Iorque, ainda que não seja uma cópia. Pelo contrário, tem inovações próprias.

Mas tu encenava-la assim?

Não, como é lógico. Somos encenadores diferentes...

TROCAR MEDICINA PELO TEATRO

Rogério Paulo veio para o teatro em 1951. Ainda como estudante do terceiro ano da Faculdade de Medicina, tentou, aliás ingloriamente, organizar um grupo de teatro. A sua vivência artística começou no Teatro Estúdio do Salitre, isto é, no Instituto de Cultura Italiana, dirigido pelo dr. Gino Saviotti, a quem, na sua opinião, o teatro português muito deve. Ele foi um grande impulsionador de um teatro antinaturalista, contribuindo para a procura do teatro essencialista. Este estúdio teve uma enorme importância, entre os anos 40 ou 50, para o aparecimento de todo um movimento de teatro dessa época.

Rogério Paulo foi um dos produtos do es-



Dois aspectos de "Morte de Um Caixeiro Viajante", em exibição no Maria Matos.



ROGÉRIO PAULO:

"SOU PORTUGUÊS E ESTA É A MINHA REALIDADE"



túdio do Salitre, assim como Luís Francisco Rebello, Luís Horta, Couto Viana, Canto e Castro. Aí se representaram autores muito importantes, tais como Alves Redol, João Pedro de Andrade, Luís Francisco Rebello, David Mourão-Ferreira e outros.

Qual foi a primeira peça que representaste?
Estreei-me com a peça de Carlo Gozzi "O Rei Veado". Depois representei o "Casamento das Musas", do dr. Fernando Amado, e "Tera-koia" (A Escola de Campo), do dramaturgo clássico japonês Takeda Yzumo.

E depois?

Conheci, por intermédio de Gino Saviotti, Alves da Cunha, um grande mestre de actores, que me convidou para uma tournée. Embora Saviotti me achasse com qualidades, eu reaveava abraçar o profissionalismo.

Sim?

Sim, mas quando vi que podia, abandonei os estudos e tornei-me profissional. Além disso, eu era já uma pessoa bastante politizada, e achei que através do teatro podia ser útil.

Em 1951, Rogério Paulo muda-se para o Ginásio onde actuavam alguns dos melhores actores da época: Eunice Muñoz, Lucília Simões, Alves da Cunha, Assis Pacheco, etc. Passou depois para o Teatro da Trindade, onde fez "João da Lua" de Marcel Achard, peça em que deu nas vistas. Em 1952, entrou para o Teatro Nacional. Nove anos mais tarde, é fundado o Teatro Moderno de Lisboa, uma cooperativa de actores, Fernando Gusmão, Rui de Carvalho, Armando Cortês, Costa Ferreira, Tomás de Macedo, Morais e Castro, aos quais Rogério Paulo se associa. Nesta coope-

rativa, encena "O Tinteiro", de Carlos Muñoz, peça que foi representada em Paris.

UMA CARREIRA BIFACIAL

Em Paris, fui convidado pelo Teatro das Nações para frequentar um Ciclo Superior de Teatro.

Aceitaste?

Claro, porque entendi que era altura de obter uma preparação teórica. Nesse curso, ao qual concorreram cerca de 58 alunos de vinte e poucos países, fui o primeiro classificado. Acabado o curso, fiquei como assistente do director da Universidade Internacional de Teatro. Durante esse período, de sete meses, vi representar mais de 40 países, e montei a peça "Juiz da Beira" de Gil Vicente, em francês,

no teatro Plaisance.

Creio que a tua actividade internacional tem sido mais intensa, isto é, mais qualitativa...?

É natural. A realidade dos países em que tenho trabalhado é diferente... Todavia, a minha carreira tem-se processado fundamentalmente aqui. Foi em Portugal que me fiz actor, aprendendo com actores portugueses.

Rogério Paulo esteve três vezes na Bélgica, onde encenou o "Gebo e a Sombra", de Raul Brandão, representou o personagem de Marco António da peça "Júlio César", de Shakespeare, no Teatro Royal Parque, e montou para a televisão belga uma condensação da Trilogia das Barcas de Gil Vicente. Em 1968, e 1969, deslocou-se à Rússia, a convite da União de Amizade com os Povos e, na segunda vez, pela Associação de Actores.

A tua ida à Rússia foi apenas uma visita?

Sim. Vi teatro e outros espectáculos. Por exemplo, fiquei verdadeiramente espantado, quando assisti a uma peça extraída da famosa novela, "Os Dez Dias que Abalaram o Mundo" de John Read.

E que tal?

Olha, eu nunca pensei que isso fosse possível. Mas os dramaturgos e actores soviéticos são muito bons. Encontrei lá o teatro de vanguarda mais importante do mundo, sobretudo no Teatro Taganka, dirigido por Yuri Liubimov. Eles representam Shakespeare, Maximo Gorki, Bertold Brecht, etc

Os autores portugueses são conhecidos?

Nessa altura, não, com excepção de Gil Vicente, claro.

De 1970 a 1973, Rogério Paulo repartiu a sua actividade entre Portugal e Cuba, onde já esteve três vezes. Aí, encenou "A Traição do Padre Martinho" de Bernardo Santareno, numa adaptação de José Triano, Teresa Paulo e sua, apresentada no Teatro El Sótano de Havana e transmitida pela televisão. Fez parte do naipe de actores que representou a peça "Come Back Little Sheeba" de William Inge, e deu numerosas conferências sobre teatro português.

Em 1972, voltou àquele país, na companhia de Alfonso Sastre, como membro do júri de teatro do prémio literário da Casa das Américas, tendo sido ainda contratado pela televisão para representar a peça "Oteló".

Finalmente, deslocou-se, por 16 meses, a fim de dirigir três cursos na Universidade de Havana, para operários e estudantes, actores profissionais, encenadores e instrutores de arte e, por último, um na escola Secundária Comandante Ernesto Che Guevara. Montou um espectáculo, escrito por dois dramaturgos cubanos, sobre o período em que Fulgêncio Baptista governava.

O dinamismo cultural a que tu assististe, lá, é comparável ao dos países ocidentais?

Tás doido? ... Lá a cultura é um direito inalienável da população, toda a gente, na cidade ou no campo, tem acesso a ela. É evidente que há falhas, desníveis em algumas zonas, mas isso é absolutamente natural... a modificação da sociedade cubana tem apenas 15 anos.



"ESTOU COM JEAN VILAR..."

O facto de trabalhares para o Maria Matos, não significa que estás a colaborar num teatro comercial?

Eu não tenho medo da palavra comercial, quando ligada ao teatro numa sociedade como a nossa. Estou com Jean Vilar quando dizia que a nossa obrigação era tornar comercial o bom teatro, pois que teatro sem público, por muito boas intenções que tenha, não cumpre a sua função.

Quer dizer que te serves dos teatros comerciais e outros meios de comunicação, sem te

deixares servir por eles?

É isso. Eu estou na Maria Matos porque estamos a fazer boas peças para o grande público alienado por um teatro de baixo nível.

É de certo modo difícil compreender, como será possível ser servido sem servir. Todavia, não podemos rotular Rogério Paulo com este ou aquele adjectivo. Ele, como outros actores e não só, é vítima de uma actividade artística determinada pelo sistema.

Mas ele explica:

Não esqueças que grande parte da população, do Minho ao Algarve, poderá ver Arthur Miller, Tchekov e outros, pois que estas peças são gravadas para a TV. Alicia-me a ideia de roubar com a "Morte de Um Caixeiro Viajante" transmissões das séries americanas.

"O MEU LUGAR É CÃ"

Segundo dizes, podias ficar num país onde viverias tranquilamente. Se assim é, que fazes aqui?

Ah, pois, é que o meu lugar é cá. Sou português e esta é a minha realidade.

É?

Sim, porque os cubanos estão a construir a sua nova sociedade e nós ainda nos encontramos longe desse período.

Porque não formas um grupo ou diriges cursos de teatro?

É uma hipótese que estou a estudar. Dirigir cursos? É verdade que há um conservatório, mas para isso teria de ser funcionário público...!

Tu és um actor com uma experiência riquíssima. Não encontras possibilidades de a oferecer eficazmente ao teatro português?

É difícil. A realidade social é diferente, o que nos condiciona muito.

Isso é verdade, mas não podes parar...?

Acho que sim. Aliás, ocupo todos os meus dias de folga fazendo colóquios em sociedades de recreio e culturais, na cidade e no campo. Procuo assim levar o meu contributo e a minha solidariedade à sua luta.

A actividade teatral no nosso país apresenta duas faces relativamente distintas. Por um lado, grupos como os Boneceiros, Comuna, Campolide, Cornucópia; por outro, Teatro Villaret, Maria Matos, teatro de revista.

Quis ouvir a opinião de Rogério Paulo sobre aqueles grupos. E perguntei-lhe:

Que pensas deles?

Neste momento não, mas amanhã ou depois poderei trabalhar com esses grupos. Para já, estou interactivamente com eles, com o seu esforço, com a sua coragem.

Depois desta resposta, despedimo-nos com um abraço. Rogério Paulo, um homem que se sente cercado, rosto, voz e gestos muito doridos, como muita gente. A culpa é da sociedade... ■

E. T. Esta entrevista foi-nos concedida antes do Dia 25 de Abril. Porque entendemos o esclarecimento necessário, ele aí fica.



Dois grandes bancos de ferro alinham-se na longa varanda de pedra. Ali, sentou-se, vezes sem conta, o poeta das sombras, o fundador do movimento saudosista, Teixeira de Pascoais. Ali, defronte do Marão, Pascoais imaginou muitas das suas poesias. Como a de "A Sombra do Passado":... "Silêncio das alturas/ Ó silêncio / Divino do Marão, que vais crescendo / E enches léguas e léguas de paisagem / E sobes no Infinito, — como eu sinto / Estes campos e outeiros oprimidos / Sob o teu brônzeo peso que me envolve / E envolve a minha casa solitária, / De espantadas janelas, sempre abertas..."

Foi em S. João de Gatão, no lugarejo de Pascoais, a três quilómetros de Amarante, na estrada de Celorico, que o poeta cresceu, viveu, escreveu grande parte da sua obra e morreu, em 1952. À DIREITA — Foi nesta secretária que o poeta passou muitas horas a escrever, criando obras que são apontadas como das mais originais e profundas do lirismo português.



TEIXEIRA DE PASCOAIS: AQUI, CONTINUA VIVO

A casa onde viveu e morreu Pascoais fica em S. João de Gatão. Lá no alto. A mais de três quilómetros de Amarante, na estrada para Celorico. É uma moradia solarenga, desviada umas centenas de metros da estrada, dominando o vale do Tâmega. Para além do portão aberto de par em par, um grande terreiro dominado por uma escadaria que conduz ao principal piso da enorme casa. Uma vez lá dentro, um longo corredor, onde se multiplicam as portas, leva-nos, lá ao fundo, à zona favorita do poeta, onde ele se isolava para trabalhar, onde recebia os amigos, como Augusto Casimiro, António Carneiro, Alfredo Brochado, Jaime Cortesão, Mário Beirão, Leonardo Coimbra, Raul Brandão, Unamuno...

Quatro salas formam esse mundo especial onde trabalhou exaustivamente Teixeira de Pascoais.

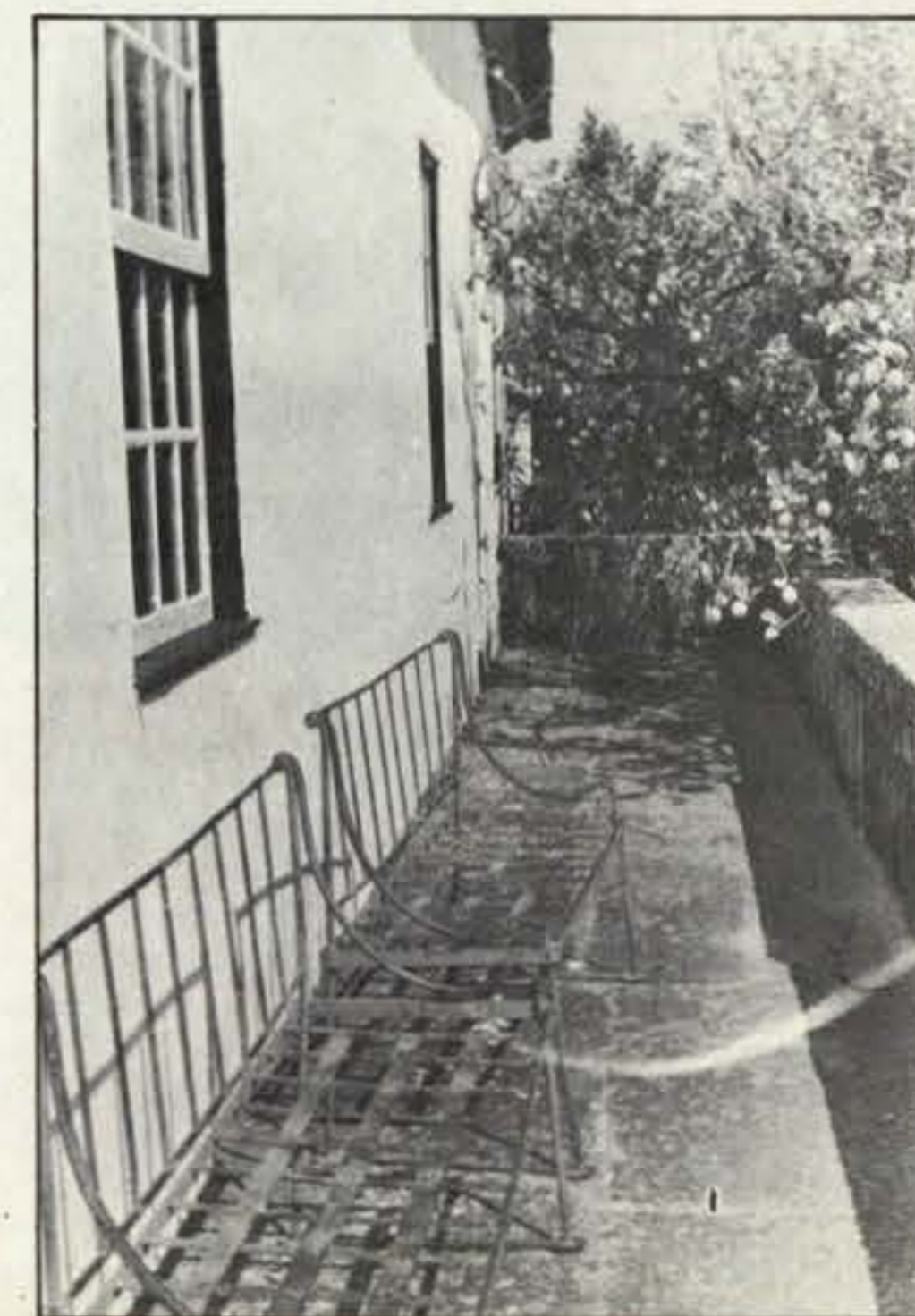
Era aqui que ele se fechava para trabalhar tranquilamente, afirma-nos a esposa do sobrinho do poeta, do seu herdeiro, João Teixeira de Vasconcelos. E acrescenta:

Guardo dele a melhor impressão. Era um homem muito sensível, muito nervoso, mas extremamente simpático, fora de vulgar. Gostava muito de conviver, embora tivesse os seus momentos especiais, em que se isolava para trabalhar. Tomava as refeições com a família, pois vivia nessa altura com a mãe, duas irmãs e um irmão, mas buscava nestes quatro compartimentos independentes do resto da casa um retiro que lhe facilitava o trabalho. E trabalhava imenso durante a noite.

O ambiente é austero, como tão bem o sentiu Joaquim Baltar numa recente visita à casa de Gatão: "O que mais me comoveu, naquele ambiente austero de franciscano pobre, foi a humildade do conjunto e a humildade que resumava ainda das paredes cobertas por mil e um objectos. Um catre quase de pedinte, mesas toscas e mal sustentadas, móveis sem graça e sem estilo... Por ali passeou o poeta as suas quimeras, os seus sonhos, as suas angústias de homem que se debatia entre o sol e a luz: *A minha sombra me perturba. / Penetra-me na alma, / Esmorecendo-a, Que a minha alma é paisagem / E é noite a minha sombra...* Ali habitou um homem simples, que fez da sua simplicidade um testemunho de verdade e de humanismo. Pascoais vive ainda entre aquelas paredes que assisti-



As paredes estão cobertas de trabalhos com assinaturas de artistas conhecidos, mas muitos deles da própria autoria do poeta que também foi pintor.



As cadeiras de ferro na varanda voltada para o Marão e o Tâmega, onde o poeta se costumava sentar e pensar os seus trabalhos.

TEIXEIRA DE PASCOAIS AQUI, CONTINUA VIVO

ram, mudas, numa cumplicidade calorosa e amiga, aos supremos sobressaltos da criação, às angústias divinatórias do verbo escuro, aos sobressaltos demoníacos do génio. O pobre Joaquim não está, afinal, enterrado no cemitério de S. João de Gatão. Está ali, vivo e presente, com a sua mensagem de graça, de beleza e de intranquila claridade. O cantor prodigioso e dantesco do " regresso ao Paraíso " não desapareceu totalmente daquelas salas, povoadas de milhentas recordações, desde o frágil e escuro seixo apanhado nas suas andanças pela serra-mãe, aos livros que os seus dedos amorosa e febrilmente manuseavam nos partos sagrados do fluir do verbo ardente e profundo. Pascoais tem a estatura, o corpo e a alma do Marão: rude, agreste e inacessível...

Foi naquelas salas da casa de Gatão que o poeta escreveu muitas das suas obras, como "S. Paulo", "Santo Agostinho", "Napoleão", "S. Jerónimo" e "Trovoada". Dali, como nos disse a amável e esclarecida cicerone, o poeta apenas fugia, enquanto a saúde o permitiu, para Lisboa, onde passava os Invernos. O Verão, muitas vezes, era vivido na Foz do Douro, como nos recorda Sarmento de Beires: "Foi na Avenida de Carreiros, em meados de Agosto de 1914, frequentava eu a Universidade do Porto, que, certa tarde, para vaidade minha, andei a passear com Teixeira de Pascoais. Era um dia de Verão sem calor excessivo, mar calmo a alongar-se até à linha do horizonte, muito nítida, com a nódoa de Gilreu destacando no azul da água, céu onde raras nuvens navegavam para o sul. Havia algum tempo fora eu apresentado ao grande poeta e, leitor da "águia" desde o primeiro número, habituara-me a admirá-lo e a respeitá-lo... Ao meu encontro casual com Teixeira de Pascoais, naquela tarde do primeiro mês da I Grande Guerra, seguiu-se prolongada troca de impressões sobre o momento internacional e outros assuntos que hoje atribuo a uma certa curiosidade sua e ao impulso da sua simpatia."

No quarto de dormir e também de trabalho, tudo se conserva nos mesmos lugares, numa homenagem ao poeta. Em cima da pequena mesa, junto ao fogão em que se aquecia no fim da vida, ainda estão alguns cigarros enrolados pelos seus dedos febris.

Todos os móveis foram desenhados por ele e executados por um carpinteiro que trabalhava cá para casa. Ele fez questão de mandar para outros sítios da casa os móveis de estilo que possuía, para ficar à vontade com aqueles que imaginou e mandou executar.

Há livros por todos os lados. E também manuscritos, empilhados. Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos, como se chamava realmente Teixeira de Pascoais, tinha especial predilecção, para escrever, pelos pequenos livros de contas, muito usados pelos merceiros para registar as despesas dos clientes. Há



Um aspecto da biblioteca de Teixeira de Pascoais, com livros e manuscritos amontoados por toda a parte. À ESQUERDA — Dominado pelos anos e pelo frio, Teixeira de Pascoais buscava refúgio, para o fim da vida, neste recanto do seu quarto, sentado entre um armário, duas mesas e o fogão de sala.



desse livros em todas as salas da ala favorita do poeta que soube construir uma das obras mais originais e profundas do lirismo português. Como nas paredes estão pendurados muitos desenhos do poeta, e imensos trabalhos dos seus amigos, alguns deles nomes célebres no mundo da pintura.

Meu tio guardava tudo. Coleccionava todas as recordações. As estantes e as paredes estão repletas de tantas coisas que lhe foram queridas. Há, por exemplo, na sala da biblioteca, onde ele trabalhava com mais assiduidade antes de ter problemas de saúde, uma coleção de bengalas, simples, feitas de ramos de árvores, que ele utilizava quando ia dar

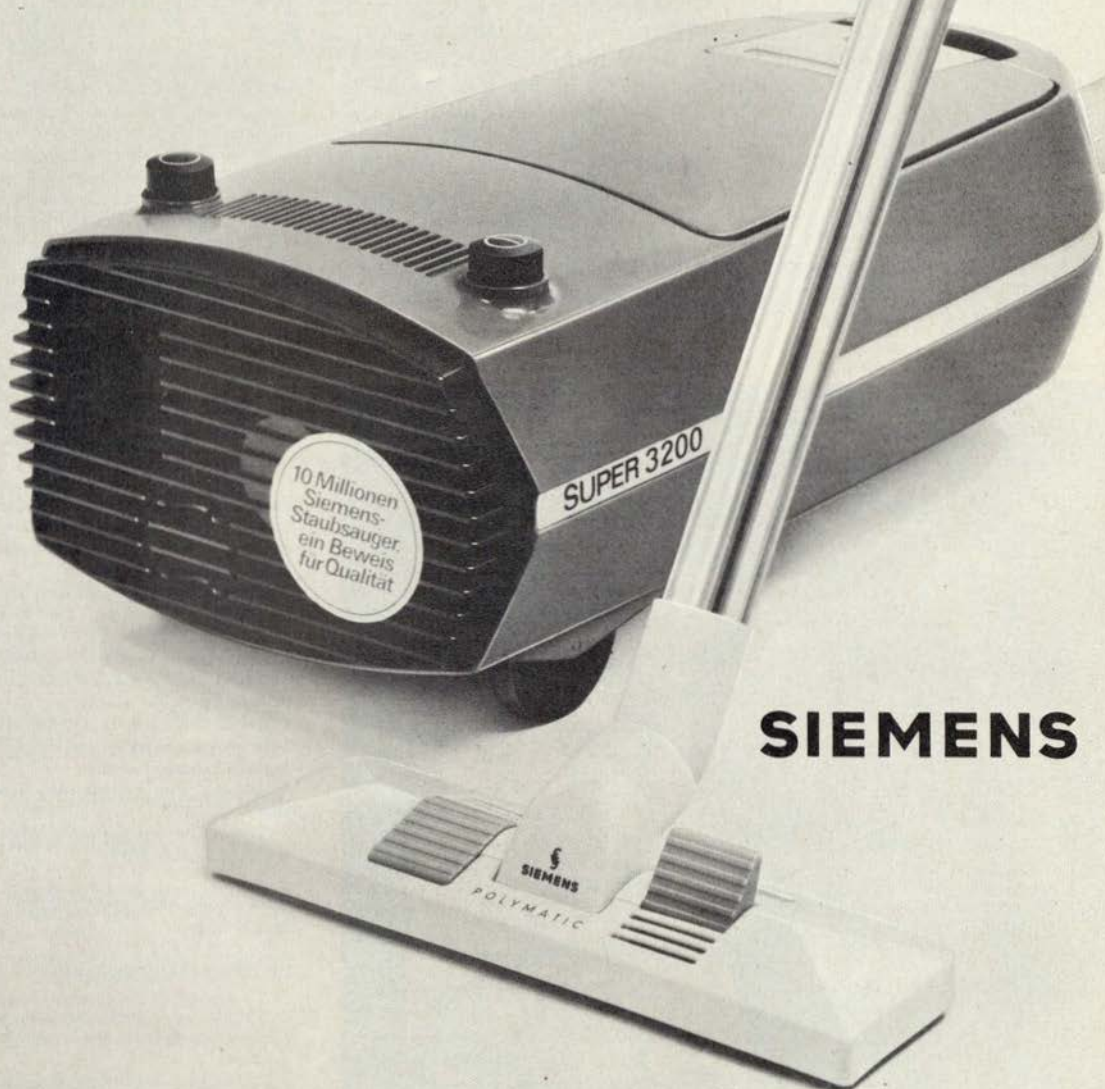
uma volta.

Segundo nos confidencia a dona da casa, a grande maioria das coisas está tal como o poeta as deixou. Na biblioteca, sem pressas, mas com o maior cuidado, o sobrinho procede ao inventário da obra de que ficou herdeiro. Teixeira de Pascoais morreu há pouco mais de 21 anos, contava então 84 anos, no meio daquelas paredes em que criou quase toda a sua obra, tanto em verso como em prosa. Poeta pujante do seu tempo, tendo fundado uma corrente literária conhecida por Saudosismo, a sua poesia procura exprimir uma realidade mais profunda do que aquela que os sentidos apreendem: *Eis-me outra vez, na terra onde nasci; / Sagrada e mosca terra primitiva, / Boa terra fecunda, que eu bem sinto / Formar meu corpo, minha carne viva, / E cobre, igual ao barro de uma estátua, / Meus ossos que são feitos de saudades... / E se no campo desabrocha em flores, / Em mim se altera em doidas ansiedades! / Boa terra, sensível, que à tardinha, / Como nós, entristece... e fica a ouvir / A voz da escuridão... Mas ao tocar-lhe / Um soluço de fonte, é lírio a abrir. / Mãe de almas e fantasmas... Terra Santa; / Terra de Outono e místicas donzelas, / Onde eu, árvore humana, criei raízes / E ramagens que abraçam as estrelas...*

Mas 21 anos volvidos sobre a sua morte, Teixeira de Pascoais é um esquecido. O autor de "Sempre", "Terra Proibida", de "Contos Indecisos" ou da "Arte de Ser Português" continua, no entanto, bem presente na quinta de Pascoais, em S. João de Gatão. Para quem o desejar encontrar.



**Dez milhões
aspiram
com Siemens...**



SIEMENS

**Será
a Senhora
a próxima?**

Pensamos que sim!
Pois se a Siemens atingiu
esta cifra de produção é
porque ele chega, aspira e
convence.
E não apenas este, mas todos
os modelos da nossa gama
de aspiradores se encontram

equipados com acessórios de
utilização que a irão convencer
também a si.
Os revendedores autorizados
e o pessoal das nossas exposições
estão ao seu dispor para lhe
apresentar o máximo a que pode
aspirar: Um aspirador Siemens.

25 DE ABRIL: EXTINGUIR PARA DEFINIR

CONSOLIDADA A PRIMEIRA FASE DO DERRUBE DO FASCISMO, O QUE CONSISTIU NO GOLPE MILITAR LEVADO A CABO PELO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL A QUEM AQUELE MOVIMENTO ENTREGOU O GOVERNO DA NAÇÃO, COMEÇOU A PROMULGAR A LEGISLAÇÃO QUE PORÁ EM PRÁTICA OS PRINCÍPIOS DEFINIDOS NA PRIMEIRA DECLARAÇÃO FEITA AO POVO PORTUGUÊS. ALGUNS DOS DECRETOS-LEIS JÁ PUBLICADOS, TAIS COMO OS QUE EXONERAM O ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ, O PROF. MARCELLO CAETANO E O SEU GOVERNO E EXTINGUEM ORGANIZAÇÕES DO ANTERIOR REGIME, REPRESENTAM UM MARCO DECISIVO NA VIDA DE UM POVO QUE, FINALMENTE, PODE LUTAR PARA QUEBRAR AS AMARRAS DA OPRESSÃO. POR ISSO, OS REGISTRAMOS NA ÍNTEGRA, ENQUANTO DE OUTROS SE DÁ UM BREVE RESUMO.

DEPOIS de terem sido dados a conhecer sob a forma de comunicados ou como pontos do programa apresentado à Nação, começaram a ser publicados, na segunda-feira da semana passada, os primeiros decretos-leis promulgados pela Junta de Salvação Nacional. Esta legislação engloba a exoneração do almirante Américo Thomaz, do prof. Marcello Caetano e do seu Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado (lei constitucional), a criação de delegados da Junta de Salvação Nacional nos Ministérios, a amnistia dos presos políticos, a nomeação dos novos chefes dos Estados—Majores dos três ramos das Forças Armadas, a exoneração dos governadores-gerais de Angola e Moçambique, a extinção de organizações do regime anterior, etc. Com data de 25 de Abril foi publicada a seguinte lei:

“O programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas prevê a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado.

Nestes termos, a Junta de Salvação Nacional decreta, para valer como lei constitucional, o seguinte:

Artigo 1 — Número um — É destituído das funções de presidente da República o almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz.

Número 2 — São exonerados das suas funções o presidente do Conselho, prof. Marcello José das Neves Alves Caetano, e os ministros, secretários e subsecretários de Estado do seu Gabinete.

Número três — A Assembleia Nacional e o Conselho de Estado são dissolvidos.

Art. 2 — Os poderes atribuídos aos órgãos referidos no artigo anterior passam a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional.

Art. 3 — Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional, em 25 de Abril de 1974.”

Exoneração dos governadores de Angola e Moçambique

DECRETO-LEI NÚMERO 169/74

“Artigo 1 — 1. São exonerados das suas funções os governadores-gerais dos Estados de Angola e Moçambique.

2. As atribuições próprias dos governadores-gerais passam a ser exercidas interinamente pelos secretários-gerais dos respectivos Estados.

Art. 2 Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 25 de Abril de 1974.”

Exoneração dos governadores civis do continente e Ilhas Adjacentes



À porta da extinta P.I.D.E.-D.G.S. um cartaz que diz tudo. O povo, agora, não precisa de olhar para os lados, verificar os presentes, antes de proferir uma palavra...



Aqui, no Forte de Caxias, se passaram os mais tenebrosos atentados à integridade e dignidade do indivíduo.

DECRETO-LEI NÚMERO 170/74

“Artigo 1 — 1. São exonerados das funções os governadores civis do continente e ilhas adjacentes, bem como os seus substitutos.

2. Até serem efectuadas as novas nomeações, as atribuições dos governadores civis serão exercidas pelos secretários dos governos civis.

Art. 2 — Fica suspensa a competência constante do artigo 99., números 4. e 10., do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, aprovado pelo Decreto-Lei número 36 453, de 4 de Agosto de 1947, enquanto não forem nomeados os governadores dos distritos.

Art. 3 Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 25 de Abril de 1974.”

Extinção de organizações do regime anterior

DECRETO-LEI NÚMERO 171/74

“Artigo 1 — 1. É extinta a Direcção-Geral de Segurança, criada pelo Decreto-Lei, número 49 401, de 24 de Novembro de 1969.

2. No Ultramar, depois de saneada, reorganizar-se-á em Polícia de Informação Militar, nas províncias em que as operações militares o exigirem.

Art. 2 É extinta a Legião Portuguesa, criada pelo Decreto-Lei número 27 058, de 30 de Setembro de 1936.

Art. 3 São extintas a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, criadas pela Lei número 1941, de 11 de Abril de 1936, actualizada pelo Decreto-Lei número 486/71, de 8 de Novembro.

Art. 4 É extinto o Secretariado para a Juventude, criado pelo Decreto-Lei número 446/71, de 25 de Outubro.

Art. 5 Ficarão na dependência das Forças Armadas e à sua custódia todo o material mecânico, veículos, armamento e munições, mobiliário, livros,

papéis de escrituração, documentos e demais elementos afectos à extinta Direcção-Geral de Segurança.

Art. 6 Passam a ser atribuições da Polícia Judiciária as seguintes:

a) Efectuar a investigação dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, procedendo à instrução preparatória dos respectivos processos;

b) Realizar a instrução preparatória relativamente às informações do regime legal de passagem das fronteiras e de entrada e permanência de estrangeiros em território nacional.

Art. 7 Enquanto não for criado serviço próprio, passa a ser atribuição da Guarda Fiscal vigiar e fiscalizar as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas.

Art. 8 Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 25 de Abril de 1974.”

Dissolução da Acção Nacional Popular

DECRETO-LEI NÚMERO 172/74

“Artigo 1 — 1. É dissolvida a Acção Nacional Popular.

2. Os haveres desta associação reverterem a favor do Estado.

Art. 2 Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 25 de Abril de 1974.”

Amnistia de crimes políticos e reintegração de antigos servidores do Estado

DECRETO-LEI NÚMERO 173/74

“Artigo 1 — 1. São amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza.

2. Para o efeito do disposto neste decreto-lei, consideram-se crimes políticos os definidos no artigo 39.

Parágrafo único, do Código de Processo Penal, com inclusão dos cometidos contra a segurança exterior e interior do Estado.

Art. 2 — 1. Serão reintegrados nas suas funções, se o requererem, os servidores do Estado, militares e civis, que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados à reserva compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política.

2. As expectativas legítimas de promoção que não se efectivaram por efeito da demissão, reforma, aposentação ou passagem à reserva compulsiva e separação do serviço devem ser consideradas no acto da reintegração.

Art. 3 Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 26 de Abril, de 1974.

Delegados da Junta nos Ministérios

DECRETO-LEI NÚMERO 174/74

“Artigo 1 — 1. É criado junto dos Ministérios civis o cargo de delegado da Junta de Salvação Nacional, enquanto não for nomeado o Governo Provisório Civil.

2. A nomeação do delegado é de livre escolha da Junta de Salvação Nacional.

Art. 2 Compete ao delegado da Junta de Salvação Nacional assegurar o regular andamento dos serviços e levar ao conhecimento da Junta qualquer assunto que exija resolução imediata.

Art. 3 A competência legalmente atribuída aos titulares dos departamentos militares é exercida, até nomeação de novos titulares, pelos respectivos chefes do Estado-Maior.

Art. 4 Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 27 de Abril de 1974.

Todos os decretos-leis são assinados pelo general António de Spínola.



MÁRIO SOARES:

TORNA-SE NECESSÁRIO ATACAR, AGORA, AS BASES SOCIAIS DO FASCISMO E DO COLONIALISMO



MÁRIO SOARES, SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS. DOZE VEZES DETIDO PELA P.I.D.E., ALGUNS MESES DEPORTADO EM S. TOMÉ E QUATRO ANOS EXILADO EM FRANÇA. COMO IDEIA PRIMEIRA, A CONTRIBUIÇÃO PARA O DERRUBE DO FASCISMO, EM PORTUGAL. AGORA, DE NOVO, ENTRE NÓS. EM ENTREVISTA CONCEDIDA À "FLAMA", ELE RESPONDE A ALGUNS PROBLEMAS QUE AFLIGEM O ACTUAL MOMENTO HISTÓRICO.

QUATRO anos depois de um exílio forçado em terras de França, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, regressa apoteoticamente a Portugal. Detido doze vezes pela P.I.D.E. e deportado para S. Tomé (Março de 1968), às ordens do Cônsul de Santa Comba, regressou a Lisboa em Novembro desse mesmo ano, depois de Marcello Caetano, então primeiro-ministro, haver anunciado uma abertura que se ficou apenas pelas palavras. Entretanto, declarações proferidas em Nova Iorque (Abril de 1970), obrigaram-no a retomar o caminho do exílio.

Considera-se um socialista humanista, ainda que a sua formação filosófica de base seja de raiz marxista. Para ele, no entanto, o marxismo é sobretudo um método de investigação da realidade, incompatível com formulações de tipo dogmático. Em entrevista concedida ao vespertino "República", em 1972 (só agora de possível publicação), afirmava: "Nesse sentido, Marx disse de si próprio que não era marxista. A meu ver o marxismo trai a sua própria e íntima natureza quando se enquista numa ortodoxia ou num catecismo e pretende impor um sistema de explicações acabadas de valor absoluto e universal."

Nos primeiros anos de universidade (1942) aderiu ao Partido Comunista, "a única organização progressista capaz de dinamizar os esforços da juventude, na sua recusa frontal do

fascismo." Mas, afirma ainda na citada entrevista, nunca foi stalinista, pelo menos no sentido que a palavra hoje reveste. "Não precisei sequer de conhecer o relatório Krutchev — adverte — para compreender que o socialismo sem liberdade é uma triste caricatura. E que os desvios à legalidade socialista' não-de explicar-se por razões estruturais profundas, que têm a ver com as instituições e com a ideologia e não apenas superficialmente com os malefícios do culto da personalidade".

A política constitui, para ele, uma grande e exaltante satisfação de consciência. Como advogado, recorde-se, foi nomeado por Palma Inácio para o defender no caso do assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz.

A entrevista que adiante se publica foi concedida poucas horas depois do seu regresso a Portugal. Os poucos minutos de que, agora, dispõe e a presença de numerosos jornalistas nacionais e estrangeiros, também à espera de vez, fizeram com que muitas das várias e urgentes questões aguardem melhor oportunidade.

Que significa, para si, este momento?

Como sabe, é a festa popular, é a alegria, é o ambiente da confraternização entre o Povo e as Forças Armadas, como só se presenciou, em 1910, depois da proclamação da República. É, pois, a saída de uma longa noite e o começo de uma nova vida, com todos os problemas daí resultantes. Temos, agora, de reconstruir urgentemente o País.

E para o Partido Socialista?

Para o Partido Socialista, é a passagem da clandestinidade à legalidade, do desejo que todos temos em fazer um partido socialista que seja, senão o mais forte, pelo menos um dos mais fortes partidos do nosso País. Pensa-

Mário Soares, numa varanda do edifício da Estação de Santa Apolónia, agradece à multidão que o aclama delirantemente. EM BAIXO: No momento em que o secretário-geral do Partido Socialista Português falava para a "Flama". Ao centro, uma jornalista francesa espera pela vez...



MÁRIO SOARES: "TEMOS QUE TER UM DIÁLOGO COM OS NOSSOS CAMARADAS DA EXTREMA-ESQUERDA"



Mário Soares: uma vida inteiramente dedicada à queda do fascismo. À DIREITA: Todos o queriam abraçar. O seu regresso, para além do mais, significava o começo de uma nova era política: a existência de partidos. EM BAIXO: Uma multidão incontável aclamou delirantemente o "leader" do Partido Socialista, quando ele assomou a uma varanda da Estação de Santa Apolónia.



mos, no entanto, que devemos cooperar com todos os outros partidos, particularmente com aqueles que, como nós, se reclamam da classe operária, em especial o Partido Comunista Português. Independentemente disso, queremos cooperar — sem nenhuma discriminação nem à direita nem à esquerda — com todos os partidos e forças políticas (constituídas ou que se venham a constituir) que se inspirem nos mesmos ideais do socialismo, da democracia e do progresso. Pensemos que a hora não é de actividades partidárias, mas, sobretudo, de coordenação de esforços com toda a gente. Essa coordenação deve, pois, ser feita com todas as organizações mesmo com as da extrema-esquerda. Temos que ter um diálogo com os nossos camaradas da extrema-esquerda e convencê-los de que é no diálogo e na troca de impressões que poderemos encontrar os pontos de união. Há ainda muito a fazer para assegurar a democracia que, aliás, ainda não está constituída. Demos apenas os primeiros passos, em ordem a uma reconstrução.

Julga, pois, possível esse diálogo?

Penso que sim. Penso que vai haver uma larga coordenação de todas as forças democráticas e não apenas entre as da esquerda. Com efeito, não vejo razões para que os liberais e os católicos progressistas não façam parte dessa grande união de coordenação de todas as forças democráticas, em ordem a apoiar o esforço das Forças Armadas e do Movimento Militar. Torna-se, pois necessário terminar com todas as sequelas do fascismo. A Censura e a P. I. D. E. já acabaram, o que é qualquer coisa de extraordinário. Mas isto é apenas um começo. Torna-se necessário atacar agora, as bases

sociais do fascismo e do colonialismo e assegurar uma autêntica descolonização.

Terão conseguido os militares portugueses limpar-se, assim, dum passado pouco ou nada brilhante?

Esse passado triste é apenas verdadeiro em relação aos últimos anos. Agora, os militares portugueses deram um extraordinário exemplo. "A priori", não se podia excluir esta possibilidade, até porque as Forças Armadas são o reflexo do Povo.

Na sua opinião, como deveria ser constituído o Governo Provisório?

Penso que o próximo governo deve ser um governo que ataque os grandes problemas nacionais e os resolva com a maior rapidez. Acrescento, ainda (aliás, esse é o pensamento expresso pela Junta), que ele deve ser representativo de todas as correntes vivas do País.

Se fosse convidado para fazer parte desse governo, aceitaria?

Individualmente, não posso tomar qualquer decisão. Tudo terá que ser decidido em estrita ligação com o meu partido. De qualquer modo, ainda não se me pôs esse problema, porque, de facto, até agora ainda não fui convidado.

Será possível um contra-golpe, orientado pelos ultras e pela P. I. D. E.?

Pela P. I. D. E.?

Não se pode esquecer que ainda andam muitos dos seus elementos à solta...

Não vejo qualquer possibilidade de um contra-golpe e por várias razões. Primeiro, porque as Forças Armadas detêm o poder. Segundo, porque, como se provou, o Povo está com as Forças Armadas. Por outro lado, as forças policiais estão todas a fazer o seu acto de contrição e a aderir ao Movimento. Neste momento, assiste-se, de facto, àquilo a que nós poderemos chamar, em linguagem popular, de contra-relógio: os elementos mais comprometidos com o fascismo estão a virar a casaca. No entanto, se dentro de três ou quatro meses não conseguirmos resolver problemas sérios que, neste momento, se levantam; se a vida económica se deteriorar (como sabe, a herança do caetanismo é terrível); se a máquina económica não funcionar em pleno; se houver fugas de capitais, então eles terão uma base para tentar um contra-ataque. Aí, começará então o perigo. É por isso que, em verdadeira unidade, devemos ser responsáveis pela situação actual e encontrar uma resposta adequada aos problemas que se levantam ao País. (Entrevista gravada) — A. M.



Mário Soares: "Penso que vai haver uma larga coordenação de todas as forças democráticas e não apenas entre as da esquerda. Com efeito, não vejo razões para que os liberais e os católicos progressistas não façam parte dessa grande união de coordenação de todas as forças democráticas, em ordem a apoiar o esforço das Forças Armadas e do Movimento Militar."

ÁLVARO CUNHAL:

TORNAR IRREVERSÍVEIS AS CONQUISTAS ALCANÇADAS



Após catorze anos de exílio, Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, regressou ao País, agora libertado do regime fascista. Uma multidão delirante aclamou à sua chegada ao aeroporto de Lisboa, o responsável da mais antiga e sacrificada organização de resistência à ditadura. Militantes e simpatizantes do P. C. P., saídos do mais rigoroso silêncio e clandestinidade em que se encontravam, saudaram no "leader" regressado esta manhã de liberdade.

Sobre um blindado do Exército Álvaro Cunhal fala à multidão que o recebeu delirantemente no aeroporto de Lisboa. À DIREITA — Um impressionante cordão de segurança rodeou à chegada o "leader" do P. C. P.



À saída do autocarro que trouxe Cunhal do avião até à sala reservada às altas personalidades e as primeiras imagens obtidas por fotógrafos e repórteres. A ESQUERDA — Nos arquivos da P. I. D. E.-D. G. S., constavam as fotos de Álvaro Cunhal, como também de Henrique Galvão, Francisco Duarte e Santos Soares.



NO dia 3 de Janeiro de 1960 a P. I. D. E.-D. G. S. "arquivou" um dos maiores dissabores de toda a sua fatídica história. Álvaro Cunhal evadira-se da cadeia de Peniche com mais dez companheiros. Cunhal volta agora, com 60 anos de idade para prosseguir a luta a que se uniu todo o povo português: o extermínio total do fascismo que agrilhoou uma nação durante quase 50 anos, e a reconstrução de um país em novas bases de liberdade, de direitos, de progresso e desenvolvimento económico.

Álvaro Cunhal nasceu em Coimbra em 1913. Desde os dezasseis anos, tornou-se um militante convicto e esclarecido das fileiras da Federação das Juventudes Comunistas, de que foi nomeado secretário-geral aos dezoito anos. Licenciou-se em Direito com elevada classificação na Universidade de Lisboa. Apenas com vinte anos, havia sido eleito para o "Comité" Central do Partido Comunista. Dois anos depois entrava para o Secretariado, o mais alto organismo da estrutura do partido.

A sua primeira prisão verifica-se em 1936. No entanto, completa, por duas vezes, doze anos na prisão, sete dos quais são passados nas celas da Cadeia Penitenciária de Lisboa. Quando se evadiu do forte de Peniche contava aí dez anos de prisão. Cunhal tinha sido preso, no Luso, com o seu companheiro Militão, que veio a sucumbir devido às torturas a que foi submetido durante os interrogatórios pela P. I. D. E.-D. G. S. Em 1961 foi eleito secretário-geral do P. C. P.

Álvaro Cunhal recebeu em Praga, onde se encontrava, a notícia do golpe de estado leva-





Milhares de pessoas aguardaram na aerogare do aeroporto de Lisboa num ambiente de entusiasmo e delírio, para verem e ouvirem Cunhal.

democráticas, incluindo a da acção legal dos partidos políticos e assegurar o seu exercício; pôr fim imediato à guerra colonial, alcançar satisfação nas reivindicações mais imediatas das massas trabalhadoras; assegurar a realização de eleições verdadeiramente livres para a Assembleia Constituinte. São estes os objectivos essenciais da hora presente. Afirmamos que a melhor garantia para a realização de eleições livres seria a constituição de um Governo Provisório com a representação de todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. Reafirmamos que o Partido Comunista Português está pronto a assumir as responsabilidades respectivas.

Cunhal apelou depois para a unidade da classe operária e para a cooperação fraternal entre as massas populares e os oficiais, sargentos, soldados e marinheiros de sentimentos democráticos, reafirmando que "pela nossa parte, tudo faremos para que se torne irreversível essa aliança selada desde o dia 25 de Abril até hoje".

Uma das passagens mais vibrantemente aplaudidas do seu discurso foi aquela em que saudou todos aqueles que lutaram pela queda da ditadura fascista:

"Camaradas, cinco dias passados alteraram radicalmente a situação política no nosso país. Daqui quero saudar o Movimento das Forças Armadas pela sua decisiva intervenção para o restabelecimento das liberdades essenciais e a Junta de Salvação Nacional que, neste momento, dirige a política da nossa Pátria. Daqui quero saudar em vós, e por vosso intermédio o



faço, a classe operária, as massas trabalhadoras que nunca se vergaram à ditadura fascista. Daqui quero saudar todos os antifascistas e anticolonialistas nossos leais aliados. Daqui quero saudar todos aqueles que sofreram perseguições, foram presos, torturados, passaram muitos anos nas prisões e nas severas condições de clandestinidade, todos aqueles lutadores que consagraram as suas energias e os seus esforços à luta contra a tirania fascista e à causa da liberdade. Daqui quero lembrar aqueles muitos que ficaram pelo caminho que lutaram a vida inteira, mas não viram o sol da liberdade, muitos assassinados com torturas ou a tiro pelo odioso bando da P. I. D. E.-D. G. S., agora dissolvida e extinta. É necessário tudo fazer para que tais dias negros não voltem. Se soubermos unir-nos e lutar, não voltarão."

A multidão repetiu num grito uníssono: "Não voltarão! Não voltarão." Por fim, o "leader" do Partido Comunista lembrou a necessidade da união e vigilância para se fazer face

às forças reaccionárias:

À classe operária, a todos os trabalhadores, a todo o povo português, à juventude, às mulheres, aos oficiais, sargentos, soldados e marinheiros fazemos um apelo: unidos como os dedos da mão, firmes, confiantes, vigilantes em relação à reacção que pode vir do passado, olhando o futuro, adiante para a conquista definitiva da liberdade. Adiante para o fim pronto da guerra colonial, adiante para a realização de eleições livres e instauração em Portugal de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

Antes de ter aparecido aos milhares de pessoas que se aglomeravam no exterior da aerogare, Álvaro Cunhal respondeu numa breve conferência de Imprensa a algumas perguntas dos jornalistas.

Sobre a situação actual do País disse o "leader" dos comunistas.

Tenho confiança que o povo, em união íntima com os militares de 25 de Abril, conduzirá o nosso país no caminho da Liberdade e da Paz, através de um regime democrático em que todas as correntes progressistas possam expressar-se.

Quanto à América Latina: *Votos para que o povo da América Latina se liberte rapidamente da exploração imperialista e possa autodeterminar-se livremente.*

O país vizinho mereceu de Álvaro Cunhal a seguinte declaração: *A Espanha é um país com o qual o Governo Português tem mantido relações muito estreitas. Essas relações devem continuar, dentro dos princípios da coexistência pacífica e da não intervenção nos assuntos internos de outros países.*

Comentário sobre o problema dos territórios coloniais: *Trata-se de um problema grave. Espero que o problema dos territórios coloniais seja resolvido com rapidez. Sabe-se o que o Partido pensa desta matéria: fim da guerra, paz, independência dos povos coloniais. Procuraremos, dentro dos nossos pontos de vista, juntamente com as outras forças progressistas do nosso país, encontrar uma solução para o imediato, ou seja, o reconhecimento dos povos à independência.*

Uma preocupação e aviso: *A maior preocupação que tenho neste momento é que não saibamos, que não tenhamos força bastante para evitarmos, nós mesmos, o regresso aos métodos fascistas. Essa é a minha preocupação. Só unidos poderemos impedir que o fascismo volte. A. A.*

ÁLVARO CUNHAL: "UNIDOS PODEMOS IMPEDIR QUE O FASCISMO VOLTE"

do a cabo pelo Movimento das Forças Armadas. As fronteiras abriram-se aos patriotas lutadores. Vieram muitos. Mário Soares entre eles. Depois Cunhal, precisamente na véspera do primeiro de Maio, a grande jornada de consagração da libertação do povo português.

Na sala de entrada reservada às grandes personalidades foi recebido por uma delegação da Comissão Central do P. C. P. Representações de outras organizações políticas presentes através das suas figuras mais conhecidas. Mas foi a massa do povo, em que se integravam os simpatizantes e militantes comunistas, que ergueu o delirante grito de vitória quando Álvaro Cunhal subiu a um carro blindado do Exército, em frente à aerogare. Nos parques de estacionamento comprimiam-se a multidão. Nos braços erguidos, bandeiras nacionais, cartazes de partidos, cravos, rosas, etc.

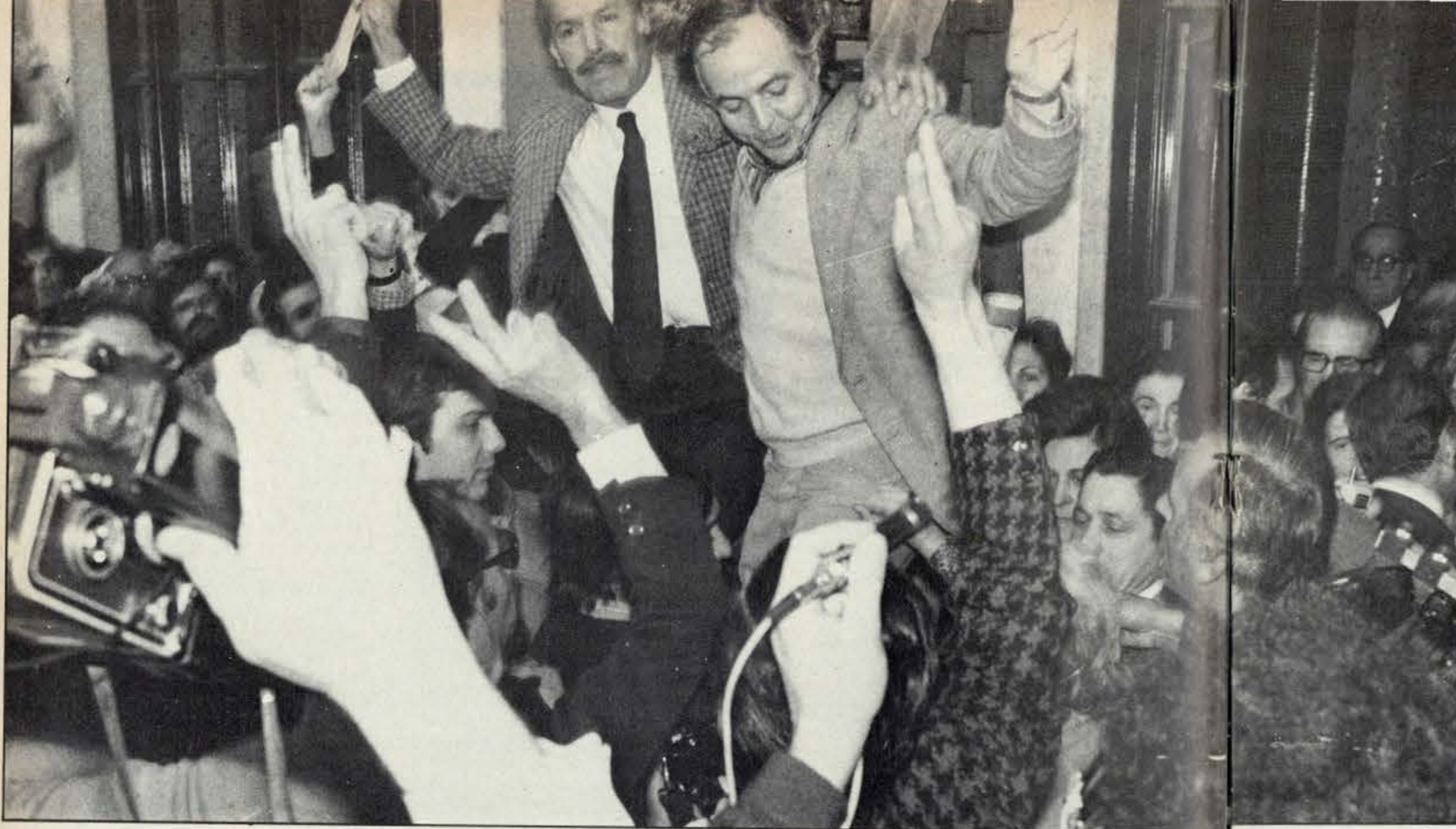
O Partido Comunista deseja desempenhar as transformações democráticas que se im-

põem na vida política, social e económica da nossa Pátria. A classe operária, as massas trabalhadoras, a juventude, todo o nosso povo, todos os democratas e patriotas, todos os militantes do 25 de Abril podem estar certos, absolutamente certos, que nas novas condições do País os comunistas continuarão a dar todas as suas energias e a vida, se necessário, pela luta pela liberdade, pela paz, pela verdadeira independência nacional, pelas profundas reformas democráticas que estão ao nosso alcance — disse o secretário-geral do P. C. P.

Frequentemente as palavras de Álvaro Cunhal foram interrompidas pelos aplausos da multidão.

Neste momento — continuou — é necessário consolidar e tornar irreversíveis os resultados alcançados pelo Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril e nos cinco dias desde então decorridos; alcançar todas as liberdades





A alegria da libertação está estampada não só em Palma Inácio e Manuel Serra, mas em quantos os aguardavam.



Hermínio da Palma Inácio agiu sempre da forma que lhe parecia mais eficaz e correcta para a libertação do povo português do regime fascista que durante tantos anos o oprimiu. Contou-nos a sua vida e expôs as razões da sua actuação revolucionária de uma forma simples. Porque ele é um homem simples, um homem do povo, que tentou libertar o povo. A sua coerência não pode deixar de nos impressionar.

PALMA INÁCIO: LIBERTAR O POVO ERA A SUA SENHA

ELE é um homem de acção: desde que pela primeira vez foi preso (1947) e, após a sua fuga, foi obrigado a viver no estrangeiro. Mas por variadíssimas vezes entrou em Portugal, clandestinamente, para organizar uma infra-estrutura de apoio que lhe permitisse levar a cabo acções armadas. Chefiou algumas e participou noutras, preparadas aqui e no estrangeiro.

É um homem alto, sereno. Fala relativamente baixo e sorri raras vezes. Tem 52 anos, dos quais 30 — disse-nos — foram dedicados à acção revolucionária.

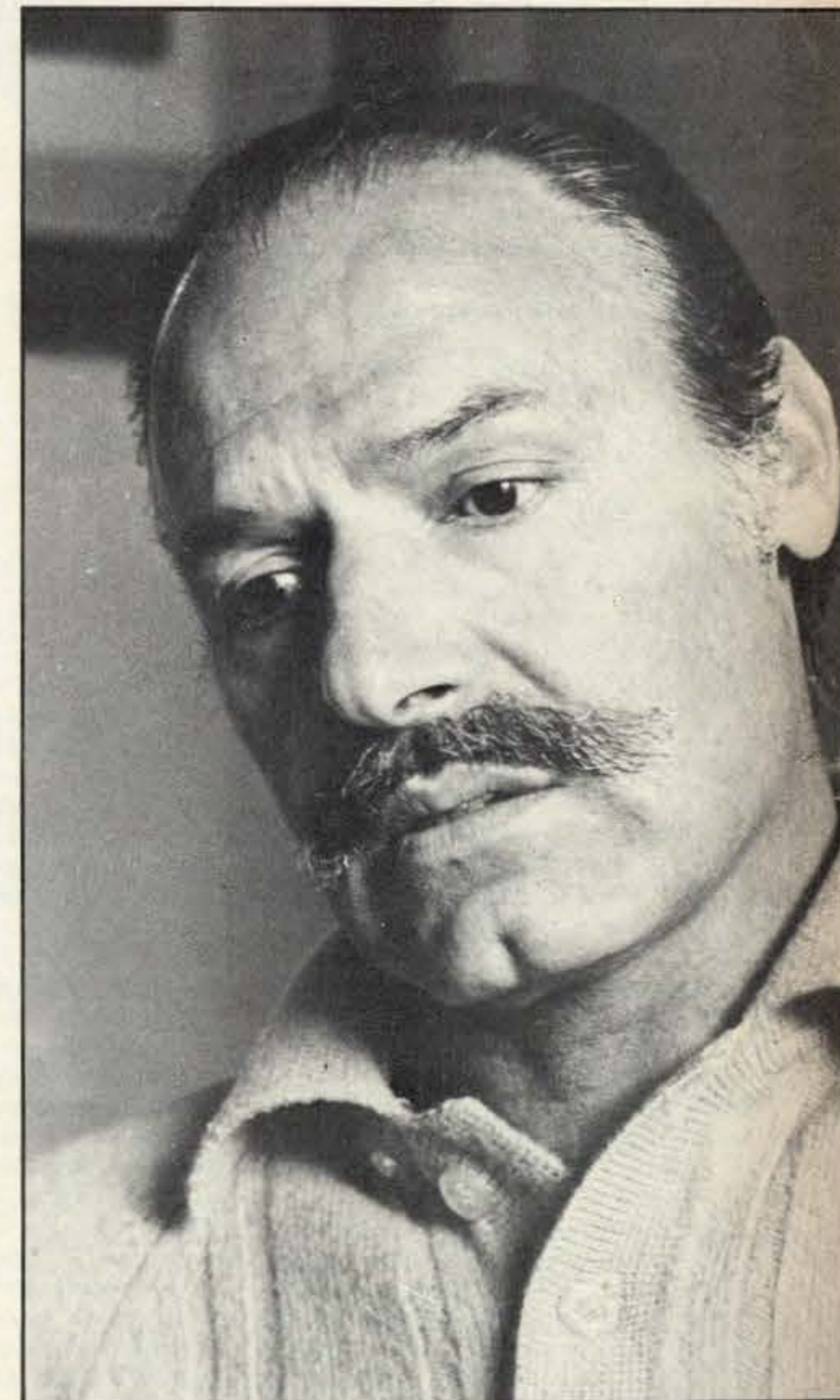
Pedimos-lhe que nos falasse das acções em que participou.

Particpei no 10 de Abril de 1947, (tinha então 25 anos), movimento militar, que abortou, diz-nos Palma Inácio, o qual explica as razões desse insucesso:

Havia coisas feitas que não podiam ser desfeitas. Tinha sido combinado adiar o movimento, mas o seu início — a sabotagem de vários aviões da Base Aérea de Sintra — não se pôde evitar e por isso o Governo, alertado, mandou prender os responsáveis do movimento — o general Godinho e o almirante Cabeçadas — antes que ele se tivesse efectuado. Também fui preso então, durante nove meses, no Aljube, donde acabei por fugir, para o estrangeiro. Aí trabalhei na minha profissão, até 1967.

Palma Inácio tem a profissão de mecânico de aviões e trabalhou também como instrutor de pilotagem, nos Estados Unidos, onde viveu durante três anos. Devido aos seus conhecimentos, participou no chamado caso do avião da TAP, que em Outubro de 1961 sobrevoou Lisboa lançando panfletos sobre esta cidade e outras, nomeadamente do Alentejo, que também foram sobrevoadas. Esta acção, que seria preparatória de um movimento insurreccional que foi abandonado por divergências entre o general Delgado e o capitão Galvão, foi-nos contada por Palma Inácio;

O avião fazia a carreira entre Lisboa e Casablanca e eu e os companheiros que nele entrámos tínhamos comprado os bilhetes em lugares diferentes, para não suspeitarem de nós. Entrámos em Casablanca, e instalámo-nos nos nossos lugares, mas a meio do caminho, sobre o Atlântico, eu e outro companheiro entrámos na cabina do avião e dissemos ao piloto que



Palma Inácio: "A L.U.A.R. não queria matar ninguém. Tinha, sim, de conduzir uma luta armada que captasse a simpatia do povo. Nós nunca matámos ninguém. Atentados pessoais, mortes, não é processo."

fazíamos parte de um comando revolucionário que ia tomar conta do avião. Propusemos-lhe escolher entre dar-me os comandos a mim ou pilotar o avião ele próprio, caso cumprisse as ordens que lhe íamos dando. Ele ficou um bocado aflito — apavorado mesmo — mas fez o que qualquer piloto faria — continuou a pilotá-lo. Assim, sobrevoámos Lisboa durante cerca de dez minutos, lançando panfletos pela janela de emergência, e o mesmo fizemos sobre o Barreiro, Beja, Faro... O avião voltou para Marrocos e deixámo-lo em Tânger, tal como tínhamos prometido ao piloto.

Como reagiram os passageiros?

O nosso interlocutor sorri: *Oh, explicámos-lhes o que se passava e eles pediram-nos panfletos também, que leram tal como a população, das cidades por onde passámos. Até a P. I. D. E., andou a apanhar panfletos!*, diz com ironia.

A profissão de Palma Inácio possibilitou-lhe fugir rapidamente de Portugal, em 17 de Abril de 1967, após ter realizado o assalto ao banco da Figueira da Foz. Nessa altura já a Liga da Unidade e Acção Revolucionária se tinha constituído, no ano anterior, em Paris, tendo ramificações em vários países onde viviam trabalhadores portugueses emigrados. O chefe da L. U. A. R. explica-nos a razão do assalto:

A L. U. A. R. tinha por objectivo criar condições para derrubar o regime fascista pela violência, visto que estávamos convencidos que através de eleições o regime não poderia cair. E, realmente, foi a força que o derrubou, tal como agora verificámos. Mas, para uma luta armada é preciso ter dinheiro — não bastava quotizarmo-nos entre amigos, tal como até então tinha acontecido. Só havia um processo: era ir buscá-lo a um banco. A agência do Banco de Portugal, na Figueira da Foz, que nós observámos durante três meses, para conhecer os hábitos dos seus funcionários, estava perto de um aeroporto, o que nos facilitava a fuga. No dia 17 de Abril de 67 nós — éramos quatro pessoas armadas — entrámos no banco, pedimos a chave aos empregados e encerrámo-los no cofre-forte, avisando-os de que só podiam dar o alarme dali a duas horas. Entretanto, já outro companheiro cortara o cabo telefónico subterrâneo que ligava a Figueira da Foz ao resto do País. Depois fomos calmamente até ao aeroporto. Amarrámos com cordas o guarda do aeroporto, o mecânico e a mulher e dissemos que depois de duas horas voltaríamos. Mas embora contássemos demorar quinze minutos no aeroporto de Coimbra, estivemos lá quase hora e meia.

E Palma Inácio explica-nos, com um olhar quase receoso, a razão dessa demora:

A mulher do mecânico começou a chorar e a dizer que tinha um bebé e estava na hora de cuidar dele... E por isso nós desamarrámo-la e ajudámo-la a tratar do bebé. Assim fomos obrigados a seguir para o Algarve, não lançando panfletos sobre Lisboa, como queríamos. Aterrámos no Algarve e seguimos de carro até à fronteira.

Palma Inácio não deve ter escolhido o Algarve por acaso: conhece-o bem, pois nasceu

PALMA INÁCIO: "O POVO ESTAVA FARTO DE OUVIR CONVERSAS E DE LER PANFLETOS"

em Ferragudo, de uma família de nove irmãos. Um deles viu-o na hora da sua libertação, pela primeira vez em 25 anos, diz-nos uma pessoa da sua família, que nos conta também as suas palavras por altura da visita que lhe fez em Janeiro deste ano, após a sua prisão em Novembro: "Sabe, ele disse assim — sim, foi mesmo isto: os ladrões deram-me tanta porrada que me iam matando. E nessa altura disse o guarda da P. I. D. E.: Já lhe tinha dito lá dentro que não podia falar. Não faz mal — é para saberem e irem contar lá fora."

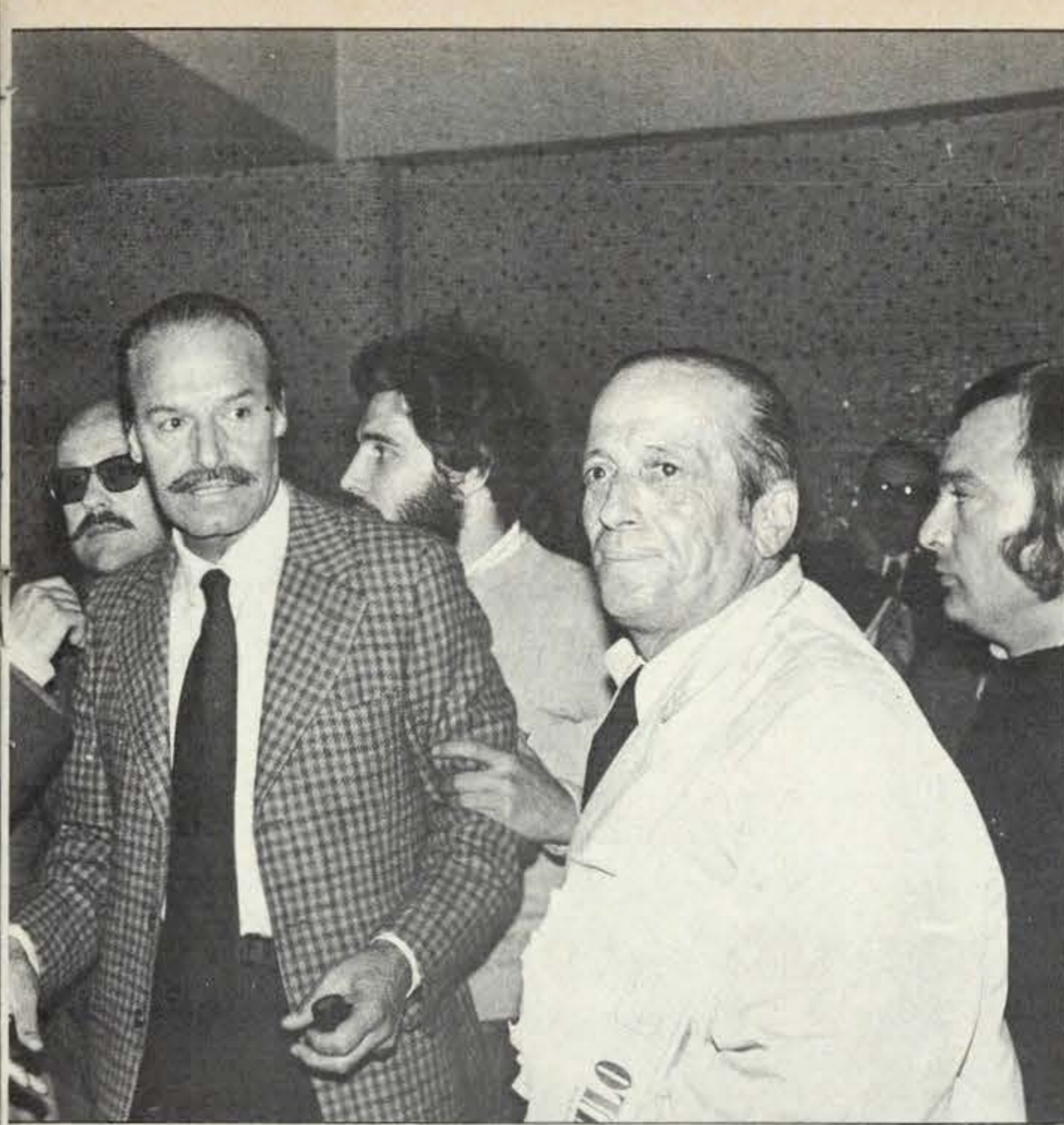
Perguntámos ao próprio Palma Inácio as torturas que sofreu, às mãos da P. I. D. E. Ele disse-nos que tinha sido torturado durante os interrogatórios das duas primeiras vezes em que fora preso. *Mas desta vez — concluiu — massacraram-me. "Que lhe fizeram?"*, perguntámos. Mas não tivemos coragem de insistir depois da sua resposta: *Prefiro não falar nisso.*

Mas Palma Inácio diz-nos que não sente ódio àqueles homens que o torturaram. *Fui selvaticamente torturado por eles. Quase até à morte. Mas não desejo que agora sejam torturados, tal como me fizeram e a tantos presos que caíram nas mãos deles. Desejo que sejam interrogados na presença de um advogado, tal como deveria ter acontecido connosco.*

Lebrámo-nos de que a B. B. C. inglesa chegou a noticiar a sua morte, em Dezembro



O regresso à liberdade: "Fui selvaticamente torturado por eles. Quase até à morte. Mas não desejo que agora sejam torturados, tal como me fizeram e a tantos presos que caíram nas mãos deles. Desejo que sejam interrogados na presença de um advogado, tal como deveria ter acontecido connosco."



do ano passado. Depois de um comunicado da polícia política ter desmentido a notícia da rádio inglesa, correu em Lisboa a versão que colocava a origem da notícia na própria P. I. D. E., dado que Palma Inácio esteve em estado de coma, mesmo à morte. É muito provável que a polícia política não visse meio de dominar Palma Inácio senão matando-o. Ele é um homem que não se deixa dominar pelas circunstâncias, pensamos ao ouvi-lo contar as suas fugas, após as duas primeiras prisões.

Estive preso no Aljube, em 1947 e fugi de lá ao fim de nove meses. Fugui de um terceiro andar para um pátio, através de uma janela que era a única da prisão que não tinha grades. Formei uma corda com quatro lençóis que tinha arranjado e saltei para o chão. Os guardas não me conseguiram agarrar, foi tudo muito rápido. E como fugi da segunda vez?, perguntámos nós com curiosidade. *Ah, serrei as grades. Levei três semanas, mais ou menos, a fazer isso. Ia tapando os buracos com pasta de pão amassada com cinza de cigarro, para se não ver a cor. E numa noite de chuva fugi para França, donde saí com trinta companheiros, dos quais sete tinham sido presos comigo.*

Esta fuga de Palma Inácio da cadeia da P. I. D. E. do Porto deu-se exactamente no dia em que no Tribunal leram a sentença que o condenava a vinte anos de prisão, por activi-

dades revolucionárias. A causa próxima deste seu segundo encarceramento foi uma avaria do automóvel em que Palma Inácio e seis companheiros seus da L. U. A. R. se transportavam, a caminho da Covilhã. Foram obrigados por isso a fazer a viagem de dia, quando pensavam chegar à Covilhã ainda de noite. Perderam tempo. E, em Moncorvo, quando tinham parado para se abastecer de gasolina, um guarda da P. S. P. pediu-lhes os documentos. Como Palma Inácio não tinha bilhete de identidade foi preso, e com ele outros membros da L. U. A. R. Queriam tomar a cidade da Covilhã, "zona industrial e onde há muitos operários, que poderíamos consciencializar da necessidade da luta armada", explica Palma Inácio.

A luta armada, repete Palma Inácio várias vezes durante a nossa conversa, *era a única forma de libertar o povo português. Havia um regime de violência que só poderia desaparecer por meio da violência. Com outros companheiros, ainda em Portugal, antes de 1947, cheguei à conclusão de que o povo estava farto de ouvir conversas, de ler panfletos. Embora tivesse feito parte de grupos de estudantes, e do Movimento de Unidade Democrática, concluí que a acção puramente política não chegava. Aliás o objectivo da L. U. A. R. era a acção armada.*

A L. U. A. R. não queria matar ninguém:

tinha, sim, de conduzir uma luta armada que captasse a simpatia do povo. Nós nunca matámos ninguém, diz-nos o chefe da L. U. A. R., *que acrescenta: Atentados pessoais, mortes, não é processo. Queríamos, sim, destruir o que fizesse parte do aparelho do Estado. Em 1968, assaltámos o quartel de Évora para conseguirmos armas: combinados com o oficial de dia — que depois fugiu — dois militantes da L. U. A. R. entraram no quartel e trouxeram metralhadoras, pistolas, granadas, armas enfim, que nos permitissem atingir o mais depressa possível o nosso objectivo. Afinal não foi a L. U. A. R. que o conseguiu. Só foi pena não ter sido o povo armado a fazer a revolução. Sabe porquê? Porque se dizia anteriormente, contestando a nossa actuação violenta, que era preciso primeiro politizar o povo, que o povo ainda não estava suficientemente preparado para compreender uma acção armada... E veja o que acontece actualmente nas ruas! A disciplina do povo mostra a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas. E nunca se viu uma coisa assim: de um dia para o outro aparecem todas as liberdades ao mesmo tempo: os presos políticos são libertados, a imprensa é livre, o povo manifesta-se livremente. Nunca aconteceu na história, um dia bastar para que a liberdade seja restaurada. Mas é preciso que o povo esteja vigilante, para que as forças reacçãoárias não possam entrar pela janela.*

Porque até agora, continua Palma Inácio, só a estrutura do Estado foi destruída. O capital ainda não foi neutralizado. Este movimento é, afinal, uma primeira etapa de um processo longo, que terá de terminar quando o povo tiver na sua mão o poder. Isto significa que a sociedade em que vivemos, em que se dá a exploração do homem, terá de ser substituída por uma sociedade mais justa, mais igual, mais livre. E o primeiro passo é pôr em prática uma solução política para o problema da guerra colonial. A guerra desgasta o País e não há dinheiro. Os jovens oficiais que levaram a efeito o Movimento fizeram uma análise do problema da guerra colonial e viram que só uma solução política seria viável. Por isso fizeram o Movimento das Forças Armadas, para derrubar o Governo. A L. U. A. R. está de acordo com o Movimento e brevemente os seus membros se reunirão, para decidirem então de que forma participarão na actuação política que é a forma actual de actuação possível, pois a via revolucionária da L. U. A. R. já não tem actualmente sentido. O que queríamos fazer está feito.

Não deixará, certamente, Palma Inácio de lutar pelos objectivos que sempre o nortearam, bem como aos seus companheiros, palavra que ele gosta de empregar quando fala daqueles que com ele lutaram tantos anos. Preso três vezes em Portugal, uma em França e outra em Espanha (tendo sido libertado pelos Governos destes dois últimos países, pois reconheceram que a sua actuação era unicamente política), diz-nos que não está cansado: *agiu sempre animado por um propósito que nunca o deixou sentir-se cansado. — T.S.*

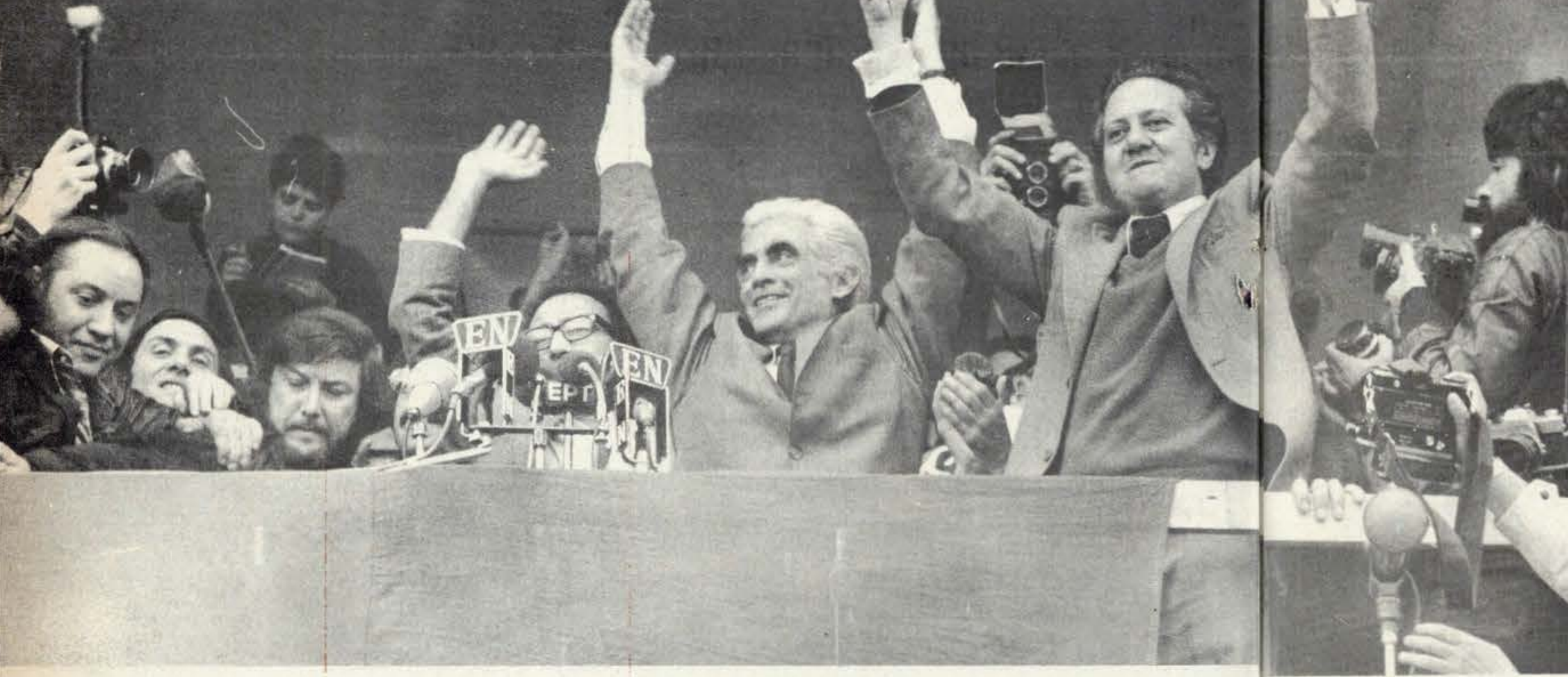
1º DE MAIO

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!



1º DE MAIO

A VITÓRIA DO POVO



UMA numerosa multidão convergiu espontaneamente para o Estádio da F. N. A. T., agora Estádio 1º de Maio. Muitos não conseguiram entrar por falta de espaço, o que não impediu que se manifestassem, gritando "slogans", erguendo dísticos, empunhando cravos. Entusiasmo, emoção incomensuráveis. Lágrimas incontáveis. Durante dezenas de horas, o povo quis descomprimir-se dos milhões de horas fascistas que o martirizaram.

Pela primeira vez na vida do povo português, o Dia do Trabalhador pôde ser festejado sem que qualquer força repressiva o

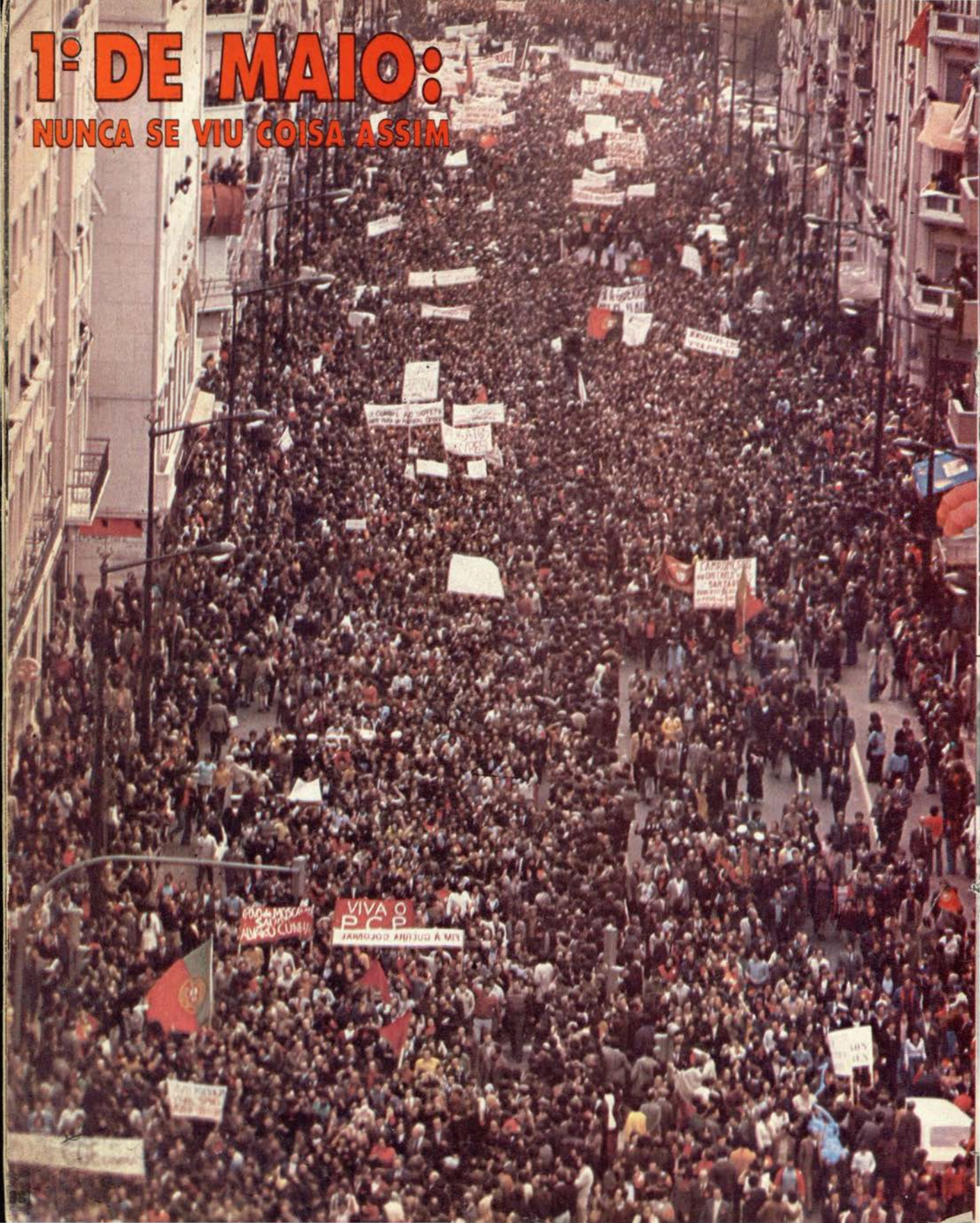
impedisse.

Ostentando cartazes com reivindicações sindicais, palavras de ordem das várias corporações políticas, "fim à guerra colonial", a população caminhava unida e freneticamente. Uns diziam: "Spínola, o povo pede justiça"; outros recordavam: "Convergência Monárquica contra o colonialismo"; terceiros reclamavam a integração de Álvaro Cunhal no Governo Provisório; mais à frente, sublinhava-se que em Angola há ainda seis mil patriotas presos.

Escritores e jornalistas empunhavam a tesoura da censura, ela própria cortada. Dizia-se que

1º DE MAIO:

NUNCA SE VIU COISA ASSIM





"as nossas armas são as flores"; exigia-se o direito à greve, enquanto outros sugeriam: "Demos à P. I. D. E./D. G. S. férias no Vietname". Por outro lado, em parangonas bem visíveis, socialistas espanhóis apoiavam a manifestação, satisfeitos por terem vindo a Portugal, saídos do país onde ainda existe uma repressão semelhante àquela que entre nós vigorava.

Em contraste com as manifestações que o Governo derrubado organizava, um humilde cartaz resumia: "Ninguém nos pagou. Viemos aqui porque quisemos!"

Logo que a manifestação começou a entrar, o Estádio 1. de Maio ficou quase cheio. Cerca

de cento e cinquenta mil pessoas se encontravam dentro do estádio.

Na tribuna, os chefes políticos escutavam o hino nacional, cantado em coro por toda a multidão.

Depois, os "leaders" Álvaro Cunhal, Mário Soares, Francisco Pereira de Moura e Nuno Teotónio Pereira fizeram discursos, apelos, em suma, regozijaram-se, tal como o povo, com a queda do regime fascista. Finalmente, uma nova luz iluminava todos os rostos. Uma palavra voava de lábios para lábios: VITÓRIA. Uma outra transparecia nos olhos de todos os portugueses: ESPERANÇA.

QUEM MATOU DELGADO?

Por PETER DEELEY e JUDITH BULL

Uma das mais célebres vítimas do fascismo, o general Humberto Delgado, candidato à presidência da República em 1958 durante a vigência de Salazar, e depois perseguido até ser encontrado morto, em 1965, em solo espanhol, a quatro quilômetros da fronteira portuguesa, tem, neste momento, o seu processo reaberto. O dr. Joaquim Pires de Lima, um dos membros da comissão de juristas constituída em 1965 com o fim de apoiar as investigações criminais e que, nesse mesmo ano, foi preso quando ia assistir ao funeral do dirigente político português, apresentou uma participação formal na Polícia Judiciária, pedindo a abertura da instrução de um processo crime por homicídio do general Humberto Delgado.

A morte do político português, que tentou implantar um sistema democrático num país totalmente dominado por um aparelho fascista, sempre permaneceu — tanto em Portugal como no estrangeiro — como um dos crimes mais nebulosos dos últimos anos. Claro que em Portugal o mistério ainda foi maior, pois o governo de Salazar e, mais tarde, o de Marcelo Caetano, sempre impediram que o mínimo pormenor fosse conhecido da opinião pública portuguesa. Sabia-se, apenas, que o general tinha morrido. Melhor, fora assassinado. As versões oficiosas, por aqui, é de que os seus correligionários, sabe-se lá porquê, o teriam morto — o que mais uma vez vinha “provar” como as esquerdas eram “sanguinárias”.

Todavia, as investigações conduzidas pelas autoridades espanholas cedo apontaram que a solução do mistério se encontraria em Portugal. Tudo indicava que, na base do crime, estaria a sinistra P.I.D.E. No entanto, o governo português recusou toda e qualquer colaboração nas investigações, e o caso foi provisoriamente encerrado no país vizinho, dada a atitude do governo que dominava Lisboa. Segundo o prof. Mariano Robles, advogado espanhol da família Delgado, Marcelo Caetano ter-lhe-ia chegado a dizer que “a conclusão de todos os inquéritos conduzidos pelo meu governo não permitem inculpar qualquer cidadão português”.

Agora, o processo foi reaberto. O convencimento geral é de que há cidadãos portugueses envolvidos no crime. Os mesmos cidadãos que, impunemente, violentaram durante décadas toda uma população.

Na imprensa estrangeira — na portuguesa, obviamente, a censura do governo fascista nem uma palavra autorizava ser lida — o caso fez correr muita tinta. Muitos foram os repórteres que se interessaram pelo mistério político da morte do general. Um deles foi o inglês Peter Deeley, cujo artigo, publicado em 1970, hoje começamos a transcrever.

O general Humberto Delgado, político e revolucionário, soldado e pirata, era mais um homem para eferescência da América Latina do que para a relativa estabilidade europeia. Se a sua vida foi aventurosa, o seu homicídio foi uma conspiração à escala internacional: uma história com armadilhas, polícias secretas, tortura, mensagens codificadas, conivência política e, finalmente, traição na forma mais clássica.

Morreu como certamente teria desejado, atingido pelas balas dos seus inimigos políticos quando preparava um golpe anti-governamental. Desde a sua morte, em 1965, três grupos distintos de advogados e juízes tentaram descobrir o mistério da

identidade dos seus assassinos. Nenhum o conseguiu, por diversas razões: envolvimento político dos personagens principais; falta de poderes para obrigar as testemunhas a falar; e, sobretudo, a dificuldade de uma séria investigação criminal sob um regime de extrema-direita.

Passados cinco anos (este artigo foi escrito em 1970), as personalidades envolvidas no caso espalharam-se pelo mundo. Em Londres, Lisboa, Madrid, Paris, Roma e Rio de Janeiro, repórteres tentaram reconstituir as peças do “puzzle” que conduziu Delgado e os seus correligionários à armadilha montada na fronteira entre a Espanha e Portugal, local onde foram atraídos para as garras da polícia política portuguesa, a sinistra P.I.D.E.



Os inquéritos evidenciaram que mesmo entre o grupo de exilados existem profundas diferenças; era essa a situação no princípio dos anos 60, quando Humberto Delgado tentava ser o

agente de ligação e união entre todas as facções.

Os assassinos de Delgado — e da sua secretária, que morreu com ele — são de três espécies: os criminosos propriamente

A simples sepultura de Humberto Delgado, no cemitério de Villanueva del Fresno. O governo fascista português sempre recusou autorização para que os restos mortais do general viessem para Portugal. EM BAIXO — Humberto Delgado discursa no Rio de Janeiro, onde tinha o seu quartel-general.

ditos; o “judas” do seu lado que o enviou para a morte; e diversos contactos que foram acessórios — antes e depois — do crime. Os repórteres souberam nomes de homens contra os quais existem provas de conspiração contra Delgado. Parece agora certo — a não ser que o regime mude em Portugal — que nenhum deles jamais será acusado de um crime que quase não tem paralelo em convívios.

Humberto Delgado não era o tipo de político progressista procurando derrubar um ditador. Ex-oficial do Exército, de 58 anos de idade, foi durante muitos anos o mais distinto e condecorado dos militares do ar. Aos 20 anos, esteve ao lado de Salazar quando este ocupou o poder, em 1926.

Delgado era filho de um oficial do exército convictamente republicano. Com quatro anos, o pai mandou-o para as ruas festejar a queda do rei Manuel III. Mais tarde, apaixonou-se pela carreira das armas, tal como o pai. O seu desejo de acção e aventura eram evidentes.

Delgado viu em Salazar a única esperança de continuidade e

segurança de Portugal: apenas muitos anos depois ele sentiu, por detrás da fachada da lei única, os perigos da ditadura. Talvez se lhe tenham aberto os olhos em 1938, quando foi designado membro de uma missão militar para inspecção defensiva das colónias. Se, mais tarde, falaria de “imoralidade e degradação” nesses vastos territórios, foi por causa de incidentes ocorridos e testemunhados nessas viagens.

Este processo de desencantamento prosseguiu quando Delgado entrou em contacto com os ingleses, durante a II Guerra Mundial, entabulando com eles negociações para o estabelecimento de bases aéreas nos Açores. Os homens que encontrou e uma condecoração recebida (ele sempre se mostrou muito receptivo a lisonjas e galardões) tornaram-no um apaixonado do modo de viver britânico.

O último laço psicológico com o ditador foi quebrado quando Delgado se deslocou a Washington, em 1952, como chefe de uma missão militar. Mário Soares, advogado de

Lisboa contratado pela família Delgado para se ocupar da sua morte, disse: “Ele era um antigo elemento da direita e, além de ser adepto de Salazar, estava ligado à Legião Portuguesa. Todavia, alguma coisa mudou depois de ele ir para os Estados Unidos”.

António de Figueiredo, o “delegado” do general em Londres nos últimos anos, explica: “É muito simples, foi o seu contacto com uma forma democrática de vida que lhe abriu os olhos para os perigos políticos do seu próprio país”.

A ruptura era inadiável. A discriminação, a miséria e a injustiça sofridas pelo seu povo e impostas por uma camada de privilegiados, bem como a sua percepção de que a preocupação de Salazar com a ordem se tornara obsessiva, fez-lhe compreender as iniquidades do ditador do Estado Novo.

Quando terminou a sua missão em Washington, em 1957, Delgado pôs deliberadamente a sua cabeça na boca do leão ao associar-se com o capitão Henrique Galvão, um antigo colaborador de Salazar que

também abandonara o regime e, nessa altura, estava preso por conspirar contra o governo.

Através dos seus agentes da P.I.D.E., Salazar deve ter feito ideia, pela primeira vez, das intenções do homem forte da Força Aérea. Delgado incumbiu-se do dever de derrubar Salazar, trazendo a democracia ao país. Uma vez disse: “Não sou um político. Há 30 anos que não temos partidos políticos em Portugal. Pessoalmente, não defendo nenhum: luto apenas pela justiça e pela liberdade”.

Inicialmente, Humberto Delgado tentou o derrube por meios constitucionais, apresentando-se em 1958 contra o candidato oficial para a presidência — uma personalidade manejada pelo primeiro-ministro Salazar, mas que, em teoria, tinha poderes para afastar o ditador. Apesar de um registo eleitoral deficiente e dos contínuos boicotes da P.I.D.E., Delgado conseguiu 25 por cento dos votos populares — na realidade, ganhou em três grandes cidades —, o que não bastou para derrubar o candidato salazarista, o almirante Américo Tomás.

Findas as eleições, Humberto



QUEM MATOU DELGADO?



A parte final da operação que levou Delgado à armadilha que o vitimou decorreu em Badajoz, perto da fronteira portuguesa. À porta dos Correios e junto de uma catedral, Humberto Delgado teve encontros com supostos agentes do seu grupo, que segundo tudo leva a crer seriam agentes de uma organização agora extinta. Na rua da foto de baixo, à esquerda, fica o hotel onde Delgado e a sua secretária brasileira passaram a última noite.

Delgado acusou abertamente Salazar de ter falseado as eleições, afirmando que, na verdade, fora ele o vencedor. Em Janeiro de 1959, o general pediu asilo político na embaixada do Brasil em Lisboa, afirmando que a sua vida estava em perigo, o que foi negado pelo governo português. Após 98 dias escondido, recebeu um salvo-conduto para partir para o Brasil.

Galvão juntou-se-lhe no Rio de Janeiro e ambos começaram a actuar. Para conquistar "justiça e liberdade política" para o seu país, Delgado precisava da força moral da causa socialista, do suporte financeiro de liberais proeminentes em Portugal e no estrangeiro, do conhecimento militar do exército e da organização estratégica dos comunistas.

O modo como, mesmo *in absentia*, Delgado era temido pelos governantes portugueses ficou patenteado quando estes tentaram conseguir o concurso de sabotadores experientes da O.A.S. para assassinar o general. Um legionário francês membro dessa organização e que mais tarde se envolveu numa tentativa para abater o general De Gaulle contou que ele e outros colegas tinham recebido uma oferta de 13 mil contos para matarem Humberto Delgado durante uma das suas visitas à Europa.

O plano de homicídio era conhecido dos participantes por Operação Beta — a operação contra De Gaulle em Mont Faron era a Operação Alfa — e o agente da O.A.S. disse ter voado de Orly para Roma para seguir o general e fixar o local para o assassinio. Mais tarde, a operação foi mandada cancelar. Nunca se soube porquê. O homem da O.A.S. apenas revelou que "tinha decidido desistir daquilo" — mas o mais certo é não ter chegado o dinheiro de Portugal.

Em 1961, no seu quartel-general do Rio de Janeiro, a "junta internacional de liberais" de Delgado atingiu Salazar com três golpes de audácia. Em Janeiro, o capitão Galvão desviou o paquete Santa Maria no Mar das Caraíbas, com 551 passageiros a bordo. O plano era usar o navio para entrar em dois territórios coloniais portugueses na África Ocidental — a ilha de S Tomé e Angola — e, se possível, controlar a capital deste último estado, Luanda, onde seria instituída uma "república provi-sória".

Porém, temendo um ataque naval, o paquete navegou pacificamente até ao Recife, onde Galvão desembarcou os passageiros. Com a presença de dois navios de guerra, um brasileiro e outro americano, Galvão não teve alternativa senão render-se. Delgado anunciou ao mundo que estava por detrás do rapto do navio, pelo que foi sentenciado, embora ausente de Lisboa, a 19 anos de prisão pela justiça portuguesa.

(Continua)



Hotel da Aldeia

-A tranquilidade a cinco minutos do bulício

Apenas a 3 quilómetros de Albufeira, o "Hotel da Aldeia" oferece-lhe o melhor de dois mundos. A trepidante vida nocturna de uma vila cada vez mais internacional e o ambiente calmo de uma Aldeia Turística onde o sossego dos campos é cuidadosamente mantido. Aqui encontrará o repouso que a vida dos nossos dias vai tornando cada vez mais necessário.

Dispondo de 68 quartos e suites, o "Hotel da Aldeia" oferece-lhe ainda um restaurante, dois bares, duas piscinas, um snack-bar, lojas e salão de cabeleireiro, campo de ténis, minigolf e a maravilhosa praia da Oura a 800 metros apenas.

Este hotel de três estrelas integra-se num aldeamento de férias constituído por Vivendas e Apartamentos, à disposição de quem prefere manter a sua intimidade.



Hotel da Aldeia - Areias de S. João - Albufeira - Algarve - Telef. 5 20 31/2 Albufeira - Telex 18 209 P

Queiram enviar-me informações
mais pormenorizadas sobre:

Hotel

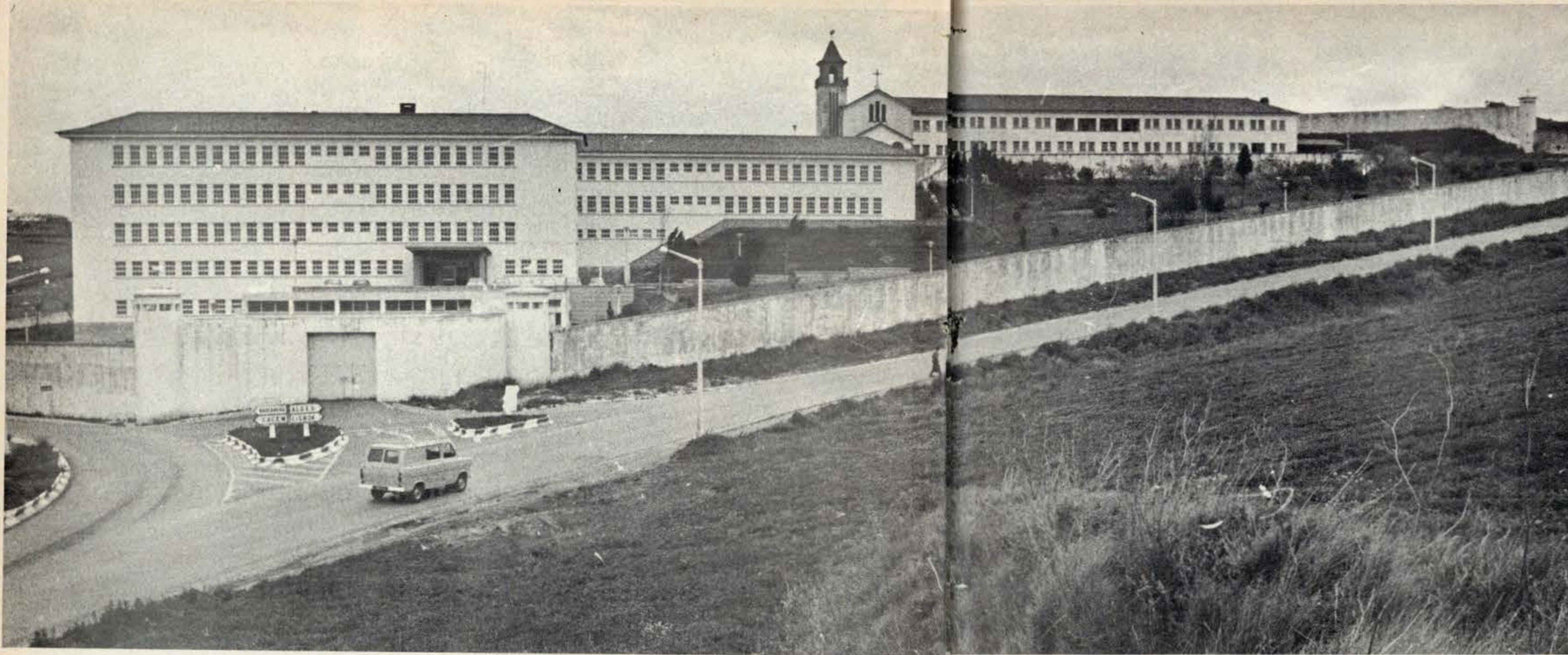
Vivendas

Nome _____

Morada _____

F-2

LEO BURNETT



vando-se bem as paredes nuas das salas de interrogatório, notavam-se, escondidos, dois microfones. Por eles entravam sons e palavras dos factos que se passavam nas outras salas. Tudo era registado em fita magnética. Por outro lado, a mesma instalação permitia introduzir sons e ruídos nesses compartimentos.

ALGUNS dos mais célebres pides encontram-se hoje presos nas celas onde centenas de patriotas foram discricionária e cruelmente encarcerados. Tinoco, Seixas, Gonçalves, Pires, e muitos outros são nomes que — quando aplicados aos ex-agentes — evocavam na memória dos que conheciam o que se passava dentro daqueles muros sangrentos torturas, condenações severas, processos viciados. Hoje, estão nalguns casos, detidos em “isolados” de Caxias. Nas manifestações que se multiplicaram pelo país depois do vitorioso movimento de 25 de Abril, o povo exige o julgamento dos ex-agentes. E dos seus chefes, actuais e passados. A justiça deve ser feita, as responsabilidades apuradas e as penas, por mais pesadas que sejam, cumpridas.

Nas celas comuns, centenas de pides — e, embora a lotação do forte se encontre praticamente esgotada, continuam a chegar mais presos diariamente — aguardam a sorte que lhes caberá e ainda desconhecem. Muitos, segundo testemunham oficiais da Armada ali em serviço, mostram como as pernas lhes tremem quando se põem de pé.

Um simples espreitar para dentro das celas permite concluir que a reacção, ao verem que estão a ser observados, é, regra geral, a de se esconderem. Tapam a cara, voltam-se de costas, tentam — uma derradeira vez — ocultar quem são, o que são — como o fizeram durante anos de impunidade.

Aliás, as Forças Armadas têm em seu poder uma relação do quadro geral dos “funcionários” da extinta polícia política, o que não deixa margens para esconderijos...

A humidade alastrou pelas paredes dos redutos de Caxias. Na parte sul, os gabinetes onde trabalharam os ex-agentes, têm, nas paredes, símbolos do passado fascista (fotos de Salazar, cartazes patrióticos da propaganda marcelista, “posters” de homenagem a forças especiais da ex-P. I. D. E., etc.) e, sobretudo, têm manchas de humidade. Local soturno e desconfortável, mesmo nos gabinetes dos inspectores “graúdos”, onde o ambiente é ligeiramente mais requintado (há um ou outro sofá e a secretária é maior) e tem uma casa de banho anexa.

Nos corredores e nalgumas salas acumulam-se arquivos. Formidáveis arquivos fotográficos e de processos. Destes, muitos ainda se vêem sobre as mesas onde o trabalho, para descanso e liberdade de todo o povo português, já não existe. Os processos de importantes patriotas, volumosos e pormenorizados, serão, um dia, os melhores elementos para se fazer uma das mais trágicas e sinistras histórias da História do nosso Povo. — F. C.

priamente dita. Celas comuns e “isolados”, onde envelheceram precocemente centenas de camaradas, alguns dos melhores dos portugueses.

No reduto sul, para além das salas de interrogatórios, ficavam os gabinetes dos agentes, chefes de brigada, subinspectores, inspectores, inspectores adjuntos. Também era ali o gabinete do chefe máximo do forte, o ex-inspector Passo, que se encontra em liberdade porque estava no estrangeiro quando Caxias foi ocupada pelas forças de libertação — contingentes de pára-quedistas e, pouco depois, de fuzileiros, que continuam a controlar e a guardar o forte.

Quando as Forças Armadas atingiram o local, encontravam-se no interior do forte 105 elementos da ex-P. I. D. E./D. G. S., portanto quase a lotação integral. Foram logo dominados e presos.

Actualmente, o valioso espólio do reduto sul prende as atenções dos oficiais da Armada que dirigem as operações em Caxias. Segundo eles, o atento exame de toda aquela surpreendente papelada poderá e deverá conduzir a importantes revelações. Para isso, aguardava-se que fosse enviado para Caxias pessoal competente para esse estudo e inventário.

estava entregue aos crimes que alguns portugueses cometiam, impunemente, contra todos os outros portugueses.

ENQUANTO, na António Maria Cardoso, a sinistra organização tinha o seu comando, era em Caxias que, nos últimos anos, a tortura mais desabava sobre os acusados de “actividades subversivas” durante os interrogatórios que se processavam em seis salas do reduto sul do forte.

O reduto norte de Caxias é a prisão pro-

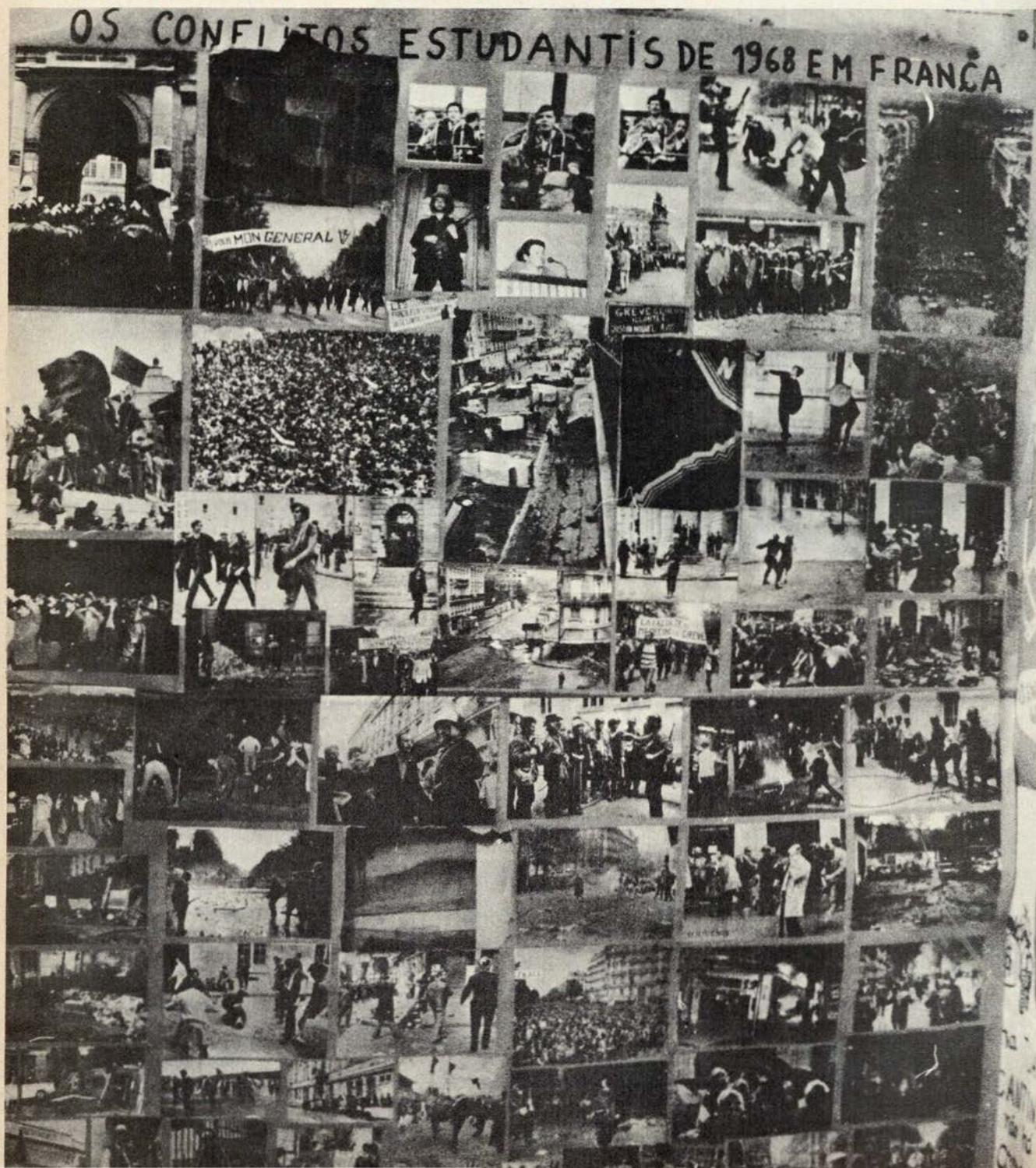
FORTE DE CAXIAS: QUARTEL-GENERAL DA TORTURA

O que ali dentro se passava não podia ser dito ao povo português. Outro instrumento do regime fascista, a censura aos órgãos de informação, impedia-o. Porém, muita gente sabia-o. Outra, sentira-o, ao ser moral e fisicamente violentada pela tortura que era a arma preferida pelos mais de cem elementos da ex-P. I. D. E./D. G. S. que ali, diariamente, “trabalhavam”. O forte de Caxias, sinistro e tenebroso, era o quartel-general da tortura da polícia política que guardou o Governo de Salazar e Caetano.

Mais de trezentos ex-carcereiros e ex-car-

rascos amontoam-se hoje nas celas superlotadas, ou (no caso dos mais “perigosos”, que é como quem diz, dos mais ferozes) nos “isolados”, para onde, durante quase cinco décadas de fascismo, despejaram os patriotas que quiseram defender o seu país desse fascismo. Por isso, aqueles que libertaram Portugal logo iniciaram, com a extinção da P. I. D. E. (mais tarde D. G. S., devido às ingénuas mudanças de nome do Governo de Caetano), a dissolução de um aparelho que se ramificava por todos os cantos do país. Desse sistema dependia o governo. O governo sabia-o. A sua defesa

...ASSIM SE APRENDIA A REPRESSÃO





INSTALADA na Estrada de Benfica, 241, a Sete Rios, a Escola Técnica do extinto suporte fascista P. I. D. E.-D. G. S., constituía um antro de aprendizagem para a tortura, coacção e esmagamento de cidadãos — todos nós portugueses — cuja liberdade foi, durante perto de um século, calcada pela prepotência e tirania de falsos mandatários do povo. Naquele antro eram preparados os fu-



...ASSIM SE APRENDIA REPRESSÃO



turos agentes da malvadez. Em cursos de três meses, englobando fornadas de 20 a 30 criminosos. Ali havia de tudo: desde o projector de cinema a um museu de actividade repressiva, sem esquecer fotografias de reuniões maçónicas no século passado, de perseguidos políticos (Henrique Galvão, Álvaro Cunhal, Palma Inácio, Francisco Miguel Duarte, Pedro Soares, etc.), exemplares de publicações dos movimentos antifascistas, etc., etc. Diga-se que o Museu da Escola Técnica da P. I. D. E.-D. G. S., possuía importantíssima documentação para a história do nosso século. E, felizmente, parece que ali tudo ficou intacto, ao contrário do que aconteceu noutras engrenagens da máquina repressiva do fascismo — como, por exemplo, a Censura e a sede da P. I. D. E.-D. G. S.

As fotografias aqui arquivadas falam por si. No entanto, será bom considerar a *atenção* que os "pides" dedicavam a tudo quanto se relacionasse com o sector estudantil.



CARCASSONE

Malhas de qualidade

CROCODILO

... E DO PÂNTANO
NASCEU UMA FLOR...



Uma nota da D. G. S.

Através da Direcção dos Serviços de Informação, recebemos a seguinte comunicação da Direcção-Geral de Segurança:

Desde o início do corrente mês, mas com maior intensidade nos últimos dias, tem-se verificado por parte das várias organizações comunistas uma grande actividade na difusão de panfletos e outras acções de propaganda, através das quais se incita a acções revolucionárias no 1.º de Maio.

Ataca-se, ao mesmo tempo o esforço da N. dos territórios Ultramar e faz organizações nos atacam e que empregam criminosamente.

Com base na feitas foram de 15 indivíduos, o, especialmente sectores de divulgação daquelas, alguns do de há muito como seus org...

de Tbilisi. Os seus filhos enquanto o senador conversa com um vendedor de frutas (Telefoto UPI/Telimprensaww)

O ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ VISITOU O SALÃO DE ANTIGUIDADES

O chefe do Estado, almirante Américo Thomaz, deslocou-se ontem à Feira Internacional de Lisboa, onde visitou, demoradamente, alguns dos pavilhões de exposições, Antiquidades no requisito Salão de Antiquidades, ali patente.

O Presidente da República esteve acompanhado por sua esposa e pela filha, D. Maria Natália Thomaz, e foi recebido pelo dr. Mário Neves, commissário-geral da F. I. R. e o acompanhou pelo rec...

DIA DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

MARCELLO CAETANO

ECOS

Presidência da República

O Presidente da República recebeu, ontem, em audiência, no Palácio Nacional de Belém, o prof. Silvestre Cunha, ministro da Defesa Nacional; o contra-almirante Jerônimo Jorge; António de Medeiros e Almeida, presidente da Fundação Salazar; o general Raul Martino; Jorge de Brito; o eng. Luis de Azevedo Coutinho; o tenente-coronel Baptista Rosa; Guilherme Glão e Bento de Amorim; e o dr Jorge Oliveira da Silva.

Homenagem de colectividades ao governador civil de Lisboa

Uma representação muito nada numerosa da Lourinhã, intergrando figuras de grande vida...

entrega, na presença de directores da Junta de Freguesia dos Prazeres, do diploma de cidadão honorário de colectividade, e a outra para o obverse o emblema de ourtobas manifestaram ao governador o reconhecimento de auxílio e estímulo de...



O ministro Rui Sanches visita Vila Real

... e à ponte sobre o Tâmega... em Vila Verde da Raia. De... nova reunião, no Montalegre... do dia...

HOMENAGEADO O GOVERNADOR DO DISTRITO DE ANGRA

O ministro viajou em caminho-de-ferro

... deslocação, ao Porto como ministro... mais dem...

pres
do Es
chefe do
nir
Pi
pe
M
est
ta)



Max Factor
põe nos seus olhos

Colour-On

sombra à prova de água

Nade com ela!...
Apanhe sol com ela!...
Use-a em toda a parte!...

Colour-On. Dentro ou fora de água, uma sombra inigualável para os olhos. Côres suaves e facilmente aplicáveis, que permanecem enquanto você quiser...

Em seis tons que nunca desbotam nunca esborratam, nunca perdem a suavidade do seu brilho.

Max Factor põe Colour-On nos seus olhos. Agora já pode nadar à vontade!...



Do mundo maravilhoso da MAX FACTOR... Naturalmente

CRÔNICA DOS NOSSOS DIAS

Por CARLOS CASCAIS

...E OS NOSSOS DIAS SÃO OUTROS

TÃO "outros" que pude subir o Chiado de automóvel, incorporado numa coluna de blindados, até ao Largo Rafael Bordalo Pinheiro, no meio do entusiasmo da população, e ali passar as longas horas do Carmo. Isto que o dever do ofício (abençoado ofício!) me fez viver será para mim o marco que separará a vida dos nossos antigos

dias dos dias que estamos a viver agora.

Hoje não posso trazer aqui a habitual crónica, ligeiramente irónica, glosando um caso do dia-a-dia, pela simples razão de que os casos vividos nestes últimos dias se aglutinam num só, e é esse que tem de ficar impresso nesta página.

Numa idade em que o gráfico da vida começa já a apresentar curvas descendentes na busca de uma horizontalidade irremediável, nunca se me afigurou viável poder chegar ainda a ver a queda do que parecia não mais cair.

Recordo ainda as recomendações que ouvia a meu pai nos meus tempos de estudante: "Tem cuidado com o que dizes por aí, olha que 'eles' têm ouvidos em toda a parte!"

Esta recomendação fez-se eco na geração seguinte, pois também eu a recordei a meu filho.

Espero, no entanto, que o eco agora se extinga e ele já não precise de a repetir à minha neta.

Foi para isso que nem fiz caso do cheiro a queimado da embraiagem no pára-arranca do "Fiat" atrás dos blindados que iam tomar posições junto ao reduto do Carmo.

Foi para isso que ali vivi algumas horas de tensão e pude assistir ao vibrante entusiasmo de gentes de todas as idades.

Foi para isso que, manhã cedo, pude testemunhar a tranquilidade feita certeza dos elementos do Exército que guardavam o Aeroporto da Portela.

Foi para isso que percorri Lisboa e a encontrei acatando civicamente calma a recomendação de parar toda a sua actividade.

Foi para isso que pude ver as mais vibrantes e ordeiras manifestações. Manifestações sem correrias, sem polícia de choque, sem cães de guerra.

Foi para isso que o povo encheu de cravos as Forças Armadas.

Foi para isso que o povo, unido, cantou que jamais será vencido.





Bom dia Carvalhido!

**Esta é a equipa do Banco Borges & Irmão
na Rua dos Castelos, 9**

A amizade une-os. E além disso são técnicos experimentados. É com eles que ganhamos a estima dos nossos Clientes e amigos.

Estão sempre prontos a resolver consigo qualquer problema. Ao falar com eles dê-lhes um bom-dia confiante. E sinta também que o seu Bom-dia começa quando entra no Banco Borges & Irmão.

Em breve vamos-lhe apresentar as nossas equipas de St.ª Catarina. De Braga. De Melgaço. Os nossos colaboradores estão à sua disposição no País inteiro.



**Banco
Borges & Irmão**

**um amigo
em todo o País**



TCHAIKOVSKY, DELÍRIO DE AMOR
KEN RUSSELL
SÃO JORGE

Ken Russell tornou-se em pouco tempo o mais conhecido realizador britânico através de filmes que foram facilmente aceites pela grande maioria de público, ainda que a divisão entre a crítica seja notória.

"Tchaikovsky, Delírio de Amor" ("The music lovers"), recentemente estreado em Lisboa, é um dos filmes de Russell onde melhor se evidenciam as qualidades e os defeitos do seu polémico cinema.

Entre as qualidades de Russell deve destacar-se a autenticidade que coloca no estudo de personagens famosas às quais sabe dar a verdadeira dimensão de humanos mergulhados nas suas contradições de homens insatisfeitos. Os defeitos de Russell conhecem várias origens: de um lado, um esteticismo pouco significativo, de influência Visconti, o qual confere aos seus filmes aquele toque de espiritualidade ligado aos grandes artistas sobre a vida dos quais se debruça; de outro lado, um pretensiosismo técnico aplicado gratuitamente na exploração das zonas interiores do cérebro, isto é, os sonhos, os delírios e os traumatismos, aspecto no qual se aproxima do pior cinema inglês de Peter Collinson ao famoso John Schlesinger.

Neste estudo sobre a personalidade de Tchaikovsky, Ken Russell preocupou-se, sobretudo, em encontrar uma explicação para a vida sexual falhada do compositor russo, explicação que encontra na imagem sempre presente da mãe, vítima da cólera perante a presença impotente de Tchaikovsky-criança. Este é, sem dúvida, o aspecto mais conseguido do filme, que se perde, no entanto, nas deambulações estéticas e gratuitas com que pretende mostrar as obsessões de Tchaikovsky ou o seu idealismo no amor puramente platónico por uma benfeitora.

"The music lovers" torna-se, portanto, uma obra discutível de um realizador confuso no qual alguns rasgos de lucidez fazem merecer uma recomendação com reservas.



HIROSHIMA MEU AMOR
ALAIN RESNAIS
LONDRES

Hiroshima, catorze anos depois da bomba atómica. Num espaço de um dia, o tempo de um amor. Um amor presente e fugidio que fará lembrar um amor passado e inolvidável. O amor físico subjogado pelo amor espiritual. A passagem definitiva do tempo, a fuga de um momento de felicidade, a incógnita do futuro e a submissão ao eterno.

O passado como base da existência presente. A memória como parte indestrutível do ser humano e transporte do passado para o presente. A fusão do passado com o presente, os sonhos das boas e das más recordações que o tempo transformou e misturou definitivamente, o grito supremo da vida e do amor. Ficção e documentário, musicalidade e poesia, tudo isto, e ainda muito mais, acontece num só filme: "Hiroshima Meu Amor". Um filme que é a reinvenção do cinema.

No cinema Londres, portanto, a primeira oportunidade de ver em Portugal um marco fundamental na história do cinema, uma obra-prima cuja verdadeira dimensão se irá conhecendo visão após visão. Obrigatoriedade em conhecer esta obra de Alain Resnais enquanto se aguarda a estreia de outros seus filmes ainda desconhecidos.



O ESQUADRÃO INDOMÁVEL
PHIL D'ANTONI
CONDES E ALVALADE

"O Esquadrão Indomável" tenta retomar o filão iniciado em "French connection", ou seja, a luta da polícia secreta norte-americana na sua luta contra a corrupção. Faz pena, no entanto, ver as personagens destes filmes reduzidos a puros objectos destituídos de qualquer humanidade, máquinas de matar e destruir, as quais aparecem como os "bons" na tradicional divisão (em fitas desta qualidade) entre "bons" e "maus".

É evidente que nada falta a este filme para aqueles que consomem a violência e as cenas de acção "emotivas" protagonizadas por "super-homens" e "supercarros" e conduzidas por supertécnicos. Mas tudo isto tem pouco a ver com cinema. Tem, sim, a ver com uma certa indústria que produz filmes como poderia produzir qualquer utensílio doméstico e que conta com os técnicos mais eficientes, mas não com os cineastas verdadeiros e honestos. Em suma, mais um filme a ignorar.

- **** - Genial (veja muitas vezes);
- *** - Muito bom (veja sem falta);
- ** - Interessante (veja);
- * - Decepcionante (escusa de ver);
- - Detestável (se for ver... é bem feito)

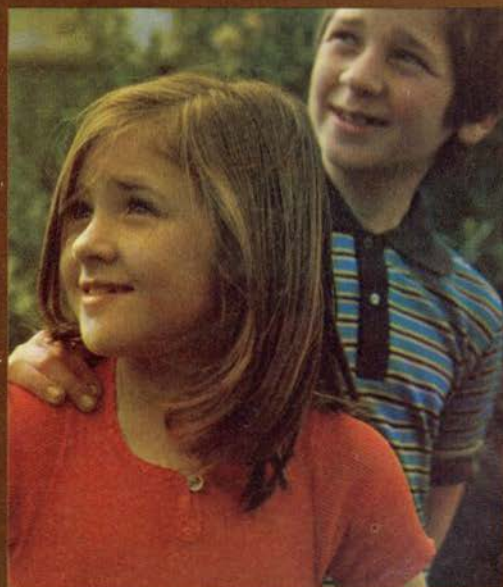


EM SI A MALHA ASSOCIADA A UMA FORMA DE VIVER. UMA MALHA LEVE, CONFORTÁVEL,
MODERNA. UMA MALHA ESCOLHIDA PARA OS SEUS MELHORES MOMENTOS.



famano

MALHAS





Qualquer período do mês pode ser tempo de férias

Há semanas que faz planos, que faz malas, na certeza de que o seu período não vai interferir nas suas férias. Você confia nos tampões Tampax.

Com tampões Tampax, de uso interno, fica confortavelmente protegida e pode nadar, viajar, calçar cidades. E são fáceis de arrumar.

Veja, pois, tudo o que deseja ver, faça, pois, tudo o que durante o ano planeou fazer. Com tampões Tampax na sua mala; é indiferente o período do mês em que fizer férias.

O nosso único interesse é protegê-la.



PROTEÇÃO HIGIÊNICA PARA USO INTERNO
DISTRIBUIDOR: A. P. AGOSTINHO - LISBOA

LIVROS, AUTORES, LEITURAS

Por MARIA TERESA HORTA

MONTRA DE LIVROS

RUFAM TAMBORES POR RANCAS — de Manuel Scorza

Rufam Tamborés por Rancas, de Manuel Scorza, não será, certamente, um livro extraordinário, se o compararmos, no panorama da literatura da América Latina, por exemplo, aos livros de Gabriel García Márquez, Vargas Llosa, Cortázar e Cabrera Infante ("Três Tristes Tigres"). No entanto, é, sem dúvida, um interessantíssimo romance, de estrutura não só correctíssima, como originalmente bem resolvida, numa linguagem ao mesmo tempo bela e clara, que a todos toca com a sua violência nimbada por uma "neblina poética", que assim o integra no chamado "realismo mágico" que tanto justo entusiasmo tem ultimamente provocado em todo o mundo.

Manuel Scorza, poeta peruano, nasceu em Lima em 1928, tendo no entanto vivido exilado do seu país durante bastantes anos, residindo mesmo ainda hoje em Paris, onde é leitor de espanhol na Escola Normal Superior de Saint-Cloud. Todavia, os longos anos de afastamento do seu país jamais ele os esqueceu assim como ao seu povo; povo que sabe espezinhado pelo poder, calado, usurpado dos seus direitos, das suas terras e, quantas vezes, até das suas vidas. Neste livro dá ele testemunho desse povo, contándonos a solitária e desesperada luta dos camponeses dos Andes centrais (entre 1950 e 1962), contra os grandes latifundiários, que acabaram por os massacrar... Impressionante fim dos *cumuneros* da pequeníssima e miserável aldeia de Rancas, impotentes para impedirem a viagem dos prepotentes, que dia e noite, um pouco mais os devoravam, lhes iam roubando as terras, as pastagens, as casas: da boca o pão e da alma a alegria. Mas como lutar de mãos

vazias pela liberdade que desse modo lhes era tirada?

— *Como é que se pode lutar com a Companhia, padrezinho? São donos dos polícias, dos juizes, das espingardas, de tudo.*

Porém o povo consegue arranjar fontes desconhecidas e inesperadas de coragem, para fazer frente a quem o oprime, mesmo que à custa do seu próprio sangue...



(...) Oito cavaleiros fecharam um círculo em torno da palidez do velho. Durante uma hora o foram entregando uns aos outros a pontapés e socos. Fortunato cambaleava agoniado. Quando o soltaram, não se lhe viam os olhos. Caiu ao chão como um saco vazio.

Rufam Tambores por Rancas é um livro que ninguém deve deixar de ler, e não só pelo seu real valor literário... mas principalmente pela sua coragem e clarificação de problemas que a todos nós nos dizem respeito e que é necessário ter-se sempre presentes.

Rufam Tambores por Rancas, mais do que um grande grito de revolta é um enorme e cruel uivo de dor:

Crônica de um povo oprimido, humilhado, amordaçado...

(1) — *Bertrand*

A LIGA DOS HOMENS ASSUSTADOS

AUTOR — Rex Stout
TRADUTORA — Fernanda Pinto Rodrigues
COLECCÃO — Vampiro

EDITOR — Livros do Brasil
PREÇO — 20\$00



Eis um livro policial de interesse inegável: inteligente, bem estruturado, bem escrito, sem demasiadas especulações machistas ou demasiada violência.

De Erle Stanley Gardner publicou também Livros do Brasil "O Caso da Tia Apaixonada", onde mais uma vez, num estilo bem característico, o seu autor põe a astúcia e a inteligência a vencer a violência e a mesquinha estupidez...

RUMO A UMA ANTIMEDICINA?

AUTOR — Paul Milliez, Henri Labout, Michel Foucault e outros
TRADUTORA — Graça Cardoso
COLECCÃO — Século XX-XXI
EDITOR — Iniciativas Editoriais
PREÇO — 90\$00

"Caminhamos para uma antimedicina? Caminhamos para uma industrialização da medicina? São as dúvidas que se nos põem imediatamente ao lermos este livro.

Eis alguns dos temas em debate:

O drama da medicina, a relação médico-doente, as doenças da civilização, os hospitais, e medicina e classes sociais.



guinde a sua empresa a uma nova dimensão

A produção nacional tem agora uma palavra a dizer e a capacidade de aquisição dos mercados estrangeiros é cada vez maior. Exportar é, pois, atitude consciente de desenvolvimento económico que obedece a uma sólida estrutura empresarial cuja estratégia não pode nem deve ser deixada ao acaso.

Daí existirmos para o esclarecer e apoiar nas iniciativas que tenham como determinante a expansão da sua economia via Exportação, através de serviços sectoriais cada vez mais especializados, mais experientes, logo, mais seguros. Atente bem nas possibilidades da sua empresa e conte com o nosso apoio. Contacte-nos.



**FUNDO
DE FOMENTO
DE EXPORTAÇÃO**

Avenida 5 de Outubro, 101, A
Telefs. 76 74 10 / 76 75 20 / 76 75 73 - Lisboa 1

Rua Gonçalo Cristóvão, 128 1.º - Esq.
Telef. 38 02 14 - Porto

TEATRO VIVO



Por CARLOS PORTO

OS CRIADORES - AS IDEIAS - OS FACTOS

cortina

ABRIL EM PORTUGAL

Esta é uma página de teatro. Quer dizer: é uma página de política. Porque o teatro é uma forma específica de ajudar a olhar a vida, a compreender a vida, a transformar a vida. É, pois, uma política.

Por isso, podemos dizer que é agora que o teatro vai (re)começar em Portugal. Embora ao longo de quase cinquenta anos desta longa viagem do fascismo português tenha acontecido teatro em alguns espectáculos que, por uma ou outra razão, fugiram ao cerco censório, económico, analfabeto; embora recentemente alguns jovens actores tenham conseguido criar uma pequena raiz do que poderá vir a ser a árvore fértil do teatro português — só agora vai ser possível fazer do teatro a festa de todos.

Para isso, precisamos de pôr em questão não apenas as estruturas em que a prática teatral assenta como os próprios princípios teóricos e as próprias perspectivas estéticas que interessa defender ou recusar.

Impõe-se, mais do que nunca, organizar rapidamente o Congresso Nacional de Teatro através do qual esse debate possa realizar-se naquela liberdade que não sonhávamos possível para tão breve. Relançamos essa ideia há duas semanas, na sequência da campanha feita por Carlos Albino no programa "Limite". Aqui estamos de novo a concitar os homens válidos do teatro português a tomar nas mãos os destinos do teatro português, começando por debater os caminhos a escolher para esse efeito.

contracena

UM HAPPENING À MEDIDA DA CIDADE

Para os menos familiarizados com a terminologia teatral, diremos que "happening" (acontecimento) é uma forma de espectáculo criada por um pintor norte-americano, Allan Kaprow. Consiste essencialmente numa improvisação iniciada por actores mas em que é fundamental a participação dos espectadores. Trata-se de uma criação-destruição do contexto burguês, poluído, antinatural, desumano, em que aqueles se situam. Num "happening" autêntico tudo é possível.

A partir do princípio da tarde do dia 25, quando os jovens ocuparam os blindados das Forças Armadas que, aliás, ainda não tinham completada a sua sublime missão, Lisboa (além de outras cidades, nomeadamente Porto e Coimbra) criou/viveu inconscientemente um "happening" que terá sido possivelmente um espectáculo sem paralelo com qualquer outro em qualquer sítio porque acontecia simultaneamente com o próprio acto militar/político da libertação do

País. Quase sem dar por isso, milhares de pessoas encontraram-se nas ruas, deram-se as mãos, os olhos, os sorrisos, encontraram finalmente as palavras que tinham esquecido ou que nunca tinham aprendido, nasceram desse ventre inefável e imenso que é a vida em liberdade e em verdade. Nos abraços e nos beijos que deram aos soldados, que se abriram num sorriso e num sinal de vitória como se fossem nossos irmãos (eles que começaram por ser os primeiros intérpretes deste acto que se prolongou dia e noite no mais maravilhoso e longo fim-de-semana que Portugal conheceu) — nesses abraços e nesses beijos se destruiu a distância que nos separava.

Ocupando os tanques — "estão vestidos de gente. Transformam-se em carne viva através da cidade. Vão como se fossem para a grande festa; para o encontro marcado há muito" — Mário Castrim —; oferecendo pão e flores aos soldados que se transfor-



maram nos guardadores da liberdade e da justiça; destruindo os veículos que eram como que animais do ódio (o que é muito concretamente um gesto de "happening"); correndo aos gritos, de "agarra, agarra"; ocupando

...tabela...

A ADEÇÃO DO TEATRO

"Tendo tomado conhecimento do programa da Junta de Salvação Nacional, os abaixo-assinados, apoiando os pontos referentes à abolição do exame prévio e da censura, esperam poder, desde já, exercer a sua actividade profissional e artística em condições de que estão privados desde 1926.

Os que, entre nós, pertencem à geração sacrificada pelo regime cessante no período de vida de maior criatividade, saudam as novas gerações que começam a entrar na maturidade e fazem calorosos votos para que a liberdade agora conquistada não volte a perder-se.

Os abaixo-assinados esperam ainda ser ouvidos, em igualdade de circunstâncias com todos os camaradas das suas profissões, durante a elaboração da lei que definitivamente regulará a sua actividade. Ambições essas que, como é óbvio, só se poderão efectivar através de uma liberdade sindical que desde já se reivindica."

Armando Caldas, Rogério Paulo, Costa Ferreira, Artur Ramos, Mário Jacques, Alexandre Babo, Fernanda Lapa, Rui Mendes, Glicínia Martin, Moraes e Castro, Joaquim Benite, Carlos Porto, Luís de Sttau Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues, Sinda Filipe, Bernardo Santareno, Canto e Castro, Fernanda Alves, José Gomes, Mário Barradas, Maria Emília Correia, José Peixoto, Eduarda Pimenta, Mendes de Carvalho, José de Castro, Luzia Maria Martins, Helena Félix, Simone de Oliveira, João Lourenço, Varella Silva, Irene Cruz, Jorge Vale, Lia Gama, Inês Palma, Ângela Ribeiro, Marília Gama, José Viana, Dora Leal, Henriqueta Maya, Orlando Costa, Paulo Renato, Albino Santos, Jorge Silva Melo, Helena Domingos, Libânia Feteira, Armando Venâncio,

antros onde a vida cheirava a ratos (Censura, etc.); cantando as canções do amor claro, das madrugada azuis, das mãos abertas; gritando "slogans"; simplesmente acotovelando-se, o povo de Lisboa (como o de outros sítios) foi um actor colectivo que nenhum homem de teatro, nenhum crítico de teatro poderia conceber.

É certo que a tragédia marcou estes dias (os jovens mortos pelos assassinos ainda à solta; o poeta Pedro Oom com um coração demasiado desesperado para poder aguentar o peso de uma esperança nova e inesperada); é certo que o drama aflorou, por vezes acabando por se transformar em farsa (pessoas que eram tomadas por aquilo que não eram).

Um acto tão grande como este não podia ser um acto perfeito. Basta que tenha sido o que foi: esta Festa que nos fazia rir e chorar ao mesmo tempo. Como todo o grande teatro.

Pedro Osório, Fernando Gusmão, António Montês, Luís Cerqueira, Luís Santos, Maria Tavares, Aida Baptista, Luís de Mascarenhas, Florbela Queiroz, Norberto de Sousa, Maria Laurent, Luís Mata, Idalina de Almeida, Anabela, Lia Sena, Vicente Galfo, Fernando Lima, Magda Cardoso, Mariema, Orlando Fernandes, Maria do Céu Guerra, Francisco Nicholson, Luís Alberto, Manuel Cavaco, Maria Alexandra, Fernando Luso Soares, Virgílio Macieira, Graça Lobo, Tomás de Macedo, Ana Paulo, Armando Cortês, Cristina Cassola, Carlos Rosa, Óscar Caetano, Vítor André, Francisco Baptista Russo, Carmen Dolores, Mário Sargedas, Fernando Curado Ribeiro, Nela Duarte, Jorge Bastos, Hélder Carlos, Isabel Moret, Clarissa Alves, Fátima Veloso, Natália de Sousa, Ludovina Branco, Clemantina de Jesus, Joel Branco, Acúrcio Fonseca, Fernando Paulo, Vitória Maria, Vítor Mendes, Eugénio Salvador, Jólío César, Fernando Soares, Nicolau Breyner, Ricardo Moraes, Rosa Vandrel, Mário Alberto, Henriqueta Viana, Carlos Gonçalves, José Bravo, Jorge de Sousa, Carlos Duarte, Vasco Morgado Júnior, Graça Vitória, Fernando Correia Martins, Ivone Silva, Odete Antunes, Paulo José, Barroso Lopes, Cidália Moreira, Henrique Santana, Maria Helena Matos, Alda Pinto, Ausenda Miranda, Paiva Gouveia, António Ribas.

P. S. 1. Feito sobre a hora, este documento está longe de expressar (supomos nós) os desejos que a gente de teatro alimenta em relação à necessidade de criar as raízes do autêntico teatro português. Como assinei o documento, esta observação é, evidentemente, uma autocrítica.

2. Os leitores não sabiam que havia no nosso teatro tantos espíritos democratas. Nós também não.

A vida é a cores Fotografe a cores

Agora com o filme Kodacolor II



Tire todo o partido das cores que há na vida. O filme Kodacolor II é uma criação da Kodak e vem melhorar a fotografia a cores.

Vem dar-lhe maior nitidez. E tem menos grão; este facto ajuda a definir melhor a imagem e dá mais qualidade às ampliações.

O filme Kodacolor II está já à venda nos formatos 110, 126 e 135.

Procure-o num Revendedor da Kodak.

Quando quiser completar um "rolo feliz" exija as suas fotografias em papel Kodak.

Kodacolor II
Fotografia a cores tão simples como a preto e branco.



CUIDE V. MESMA DA SUA ELEGÂNCIA -USE ELANCYL



Pelo custo de um cosmético normal, V. tem agora a possibilidade de eliminar o excesso de peso que a perturba na ocasião de vestir os fatos leves.

Elancyl é uma gama de produtos à base de extracto de hera, eficaz no combate ao aumento de peso através da auto-aplicação de uma massagem, de 1 a 3 minutos, com a "luva Elancyl" durante o seu banho diário.

Uma geleia, um creme para depois do banho e um sabonete completam a maravilhosa gama Elancyl, os produtos de beleza que V. esperava.

VENDA EXCLUSIVA
DAS
BOAS FARMÁCIAS

ELANCYL (FRANCE)
PRODUTO DOS
LABORATÓRIOS DR. DUCRAY

Representante em Portugal
POLIBEL - Sociedade de Representações, L.^{da}
Rua de S. Lázaro, 174-2.º D.º telef. 51583 - Lisboa

ESTEFÂNIA

DISCOTECA ULTIMAS NOVIDADES
NO MUNDO DO DISCO
TODA A GAMA DE ELECTRODOMÉSTICOS
A PRONTO OU A PRESTAÇÕES

RAIO DE SOL LARGO D. ESTEFÂNIA, 12-D
LISBOA
(GRUPO JOVICA) TELEFONES: 48856-534536

informação comercial

A HONEYWELL BULL ANUNCIA UMA NOVA SÉRIE DE COMPUTADORES, INCLUINDO DEZ MODELOS

A Honeywell Bull anuncia o lançamento de uma nova série de computadores, a qual, segundo afirma, abre aos utilizadores um processo de crescimento ilimitado e progressivo, no campo do tratamento de dados, na próxima década.

Esta nova família de sistemas, denominada *Série 60*, é constituída por dez modelos de computadores, agrupados em quatro níveis, cada um dos quais optimizado para responder a um leque específico de necessidades dos utilizadores. As características especiais do seu "hardware" e "software" permitem que os programas escritos para os actuais equipamentos Honeywell Bull possam ser executados na nova série, o que oferece evidentes possibilidades de evolução e crescimento aos utilizadores.

SALÃO JUVENIL DE ACTIVIDADES PLÁSTICAS E LITERÁRIAS - "O AUTOMÓVEL"

A avaliar pela quantidade e qualidade dos trabalhos recebidos, (cerca de 15 000), o concurso "O Automóvel", visto plásticamente e literariamente pela criança e organizado pela General Motors de Portugal, alcançará um inesperado êxito, que se prevê ir a exceder todas as expectativas.

Parte dos trabalhos começaram já a ser apreciados por elementos do

júri, presidido pelo dr. Calvet de Magalhães, da Escola Preparatória de Francisco Arruda, em Lisboa.

Alguns dos trabalhos recebidos estão expostos no salão da General Motors de Portugal, em Cabo Ruivo, a fim de dar a conhecer publicamente o êxito da iniciativa. Espera-se poder anunciar os vencedores durante a segunda quinzena do próximo mês de Junho.

Os trabalhos seleccionados serão mais tarde apresentados numa grande exposição a realizar em Lisboa, em local e data ainda a designar.

Seguidamente serão ainda agrupados numa exposição itinerante que percorrerá as diversas concessões GM do País.

DIRIGENTES DA GENERAL MOTORS EM VISITA DE TRABALHO EM LISBOA

Estiveram em Lisboa os srs. R. R. Jensen, um dos vice-presidentes executivos da General Motors Corporation, Alexander A. Cunningham, recentemente nomeado director-geral desta empresa na Europa, e o seu director regional, Hugh M. Austin.

Após reuniões de trabalho na sede da General Motors de Portugal, em Cabo Ruivo, que se prolongaram por toda a manhã, durante as quais foi feita uma análise das actividades desta empresa em Portugal, designadamente no que se refere à actual conjuntura da indústria automóvel no nosso país, os visitantes tiveram ainda a oportunidade de contactar altas individualidades oficiais e privadas.

Para anular as adiposidades



Adypok

(alimentação magra)

Fornecer as energias vitais ao organismo sem proporcionar gorduras. Preparação rápida, simples e prática. Refeição equivalente a 250 calorias. Substituindo qualquer das principais refeições (as outras refeições podem ser normais).

Pedido de literaturas - APARTADO 2.142 - LISBOA

3

PRODUTOS DE ALTA QUALIDADE

AMENDOIM

ISRAEL

ARROZ

TREVO

ESPECIARIAS

TREVO

Como vai a sua dentadura?

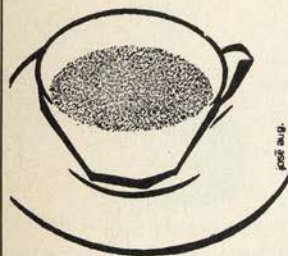


Sempre limpa e brilhante, o orgulho do seu sorriso. Você cuida da sua dentadura com Steradent, claro. Porque você sabe que só Steradent, especialmente estudado para dentaduras, a mantém sempre branca e a conserva como nova durante mais tempo. Steradent em pó ou pastilhas efervescentes, limpa e protege dentaduras, pontes, e todos os elementos da prótese dentária.

Steradent

**único para a limpeza
e conservação
de dentaduras**





**adoça
sem engordar**

À VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS

**ATESTES NAS NOSSAS
BOMBAS!**

Em electrodomésticos continuamos a atestar de bons preços o público em geral. Veja, como exemplo, máquinas de lavar roupa automáticas 4500\$00, esquentadores 990\$00, gira-discos pilhas e corrente 968\$00, painéis de pressão 298\$00, secadores de cabelo 147\$50, máquinas de lavar louça, frigoríficos, televisores, alcatifas, mobílias e sofás-camas aos melhores preços da concorrência. Grandes facilidades de pagamento. A pronto descontos de revenda.

**RADIO PRIMAVERA
(Grupo Jovica)**

R. Gomes Freire,
9-B-Lisboa; Telefones
49406-557152-ext. 51

TOIROS

**Jovens toureiros
e o Comissariado Taurino**

As garraíadas promovidas por estudantes, sobretudo de Agronomia e de Veterinária, para além da brincadeira, da alegria juvenil que proporcionam, não são, como à primeira vista pode parecer, espectáculos gratuitos, sem interesse. Pelo contrário. No sector da tourada a portuguesa — cavaleiros e forcados — tornam-se até autênticos viveiros de cultores dessas duas manifestações tauromáquicas.

A garraíada levada a efeito por grupos estudantis daqueles dois estabelecimentos de ensino superior, prejudicada devido ao mau tempo e que ficou a menos de meio, deu-nos ensejo de ver e apreciar um jovem cavaleiro — o António Raul Brito Pais —, bem montado e a montar bem, a resolver, com conhecimento, com decisão e com arte o problema-novilho que tinha pela frente. Toureando, sabendo sacar partido do adversário, na brega condizente e na percepção do hastado, António Raul, com segurança (eu ia a dizer de quase profissional, pese aos seus dezoito anos) e tranquilidade, colocava o novilho em sorte, e, sem jamais se desligar, entrava recto para prender a ferragem na vertical estribeira. As farpas curtas foram de encanto.

E dos cavaleiros anunciados, devido ao piso lamacento e impossível, ficámos por aqui. Os três “espadas” anunciados — Joaquim Vasconcelos Grave, Joaquim Pedro Torres e Manuel Jorge dos Santos — possuem os conhecimentos suficientes, a planta toureira e o à-vontade que lhes permitiriam (se quisessem) singrar como profissionais. Mas eles são apenas aficionados-práticos que se divertem toureando, como outros jogando a bola.

E, a propósito, vêm-me à lembrança dois outros jovens que, há semanas, vi actuar por “tentaderos” alentejanos: o José Varela Crujo e o Joaquim Brito Pais, este último irmão do António Raul.

José Crujo, cavaleiro amador, nos seus quinze anos espigados, com provas dadas em espectáculos públicos, pareceu-me encontrar-se em pleno desenvolvimento, cheio de “afición”, e esse sentido de lide que se pressente quando há alguma coisa lá dentro. Quanto a Joaquim Brito Pais surpreendeu-me, pois nem sequer o suspeitava, que o moço tivesse tanto jeito para tourar a pé. O que lamento (passe o paradoxo), bem como os casos atrás referidos, é que andamos por aí de candeia na mão em busca de hipotéticos valores para o toureio a pé...

Os jornais espanhóis noticiavam há dias que ia ser criado, no país vizinho, o Comissariado do Espectáculo Taurino. Não é segredo para ninguém que as corridas de toiros, em Portugal, movimentam por ano largos milhares de contos e dão trabalho a muitas centenas de pessoas, além de serem, como tenho afirmado várias vezes, o único espectáculo verdadeiramente nacional que possuímos, com indiscutível impacto turístico.

O Regulamento do Espectáculo Taurino, que surgiu tão tardiamente e coxo, tem de ser revisto e, por paradoxal que pareça, posto em execução. A complexidade dos problemas decorrentes e a importância do sector levam-me a sugerir, não a criação de um Comissariado idêntico ao espanhol, mas uma secção, como a do Cinema ou a do Teatro, que os solucionasse e desse à Festa a dimensão nacional e internacional a que tem sobejo direito.

SARAIVA MENDES

EAU DE TOILETTE 80°

habanita

MOLINARD

PARIS



GRASSE

*um perfume apreciado
em todo o mundo*



Tartaruginha

Mais que uma tinta uma decoração

Você pretende, em tintas como em tudo, a melhor qualidade, a maior duração. Mas, principalmente, interessa-lhe o resultado final, o ambiente conseguido. Com Tartaruginha, você tem a qualidade Robbialac. Uma tinta que cobre todas as imperfeições sem preparação prévia da parede e dura uma vida. E, principalmente, tem um acabamento moderno, suavemente rugoso, diferente. Em 16 cores à sua escolha. Por isso Tartaruginha se impõe na pintura de interiores, tal como Tartaruga nos exteriores. Mais que uma simples tinta, Tartaruginha é o harmonioso complemento na decoração da sua casa. Tartaruginha é Robbialac.



Robbialac

é vida nova

DECORE A SUA CASA E GANHE DINHEIRO ESTUDANDO DECORAÇÃO



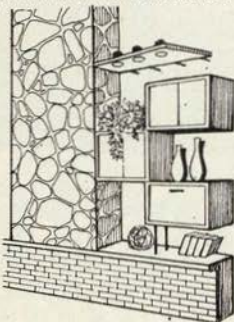
POR CORRESPONDÊNCIA, A UM PREÇO MÓDICO, QUE LHE DARÁ DIREITO A RECEBER CADERNOS DE LIÇÕES E MATERIAL COMPLEMENTAR E A DISPOR DE UMA ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA PERMANENTE E COMPLETA QUE INCLUI CORRECÇÃO DE EXERCÍCIOS E RESPOSTA A TODAS AS DÚVIDAS E CONSULTAS SOBRE A MATÉRIA, APROVEITANDO OS TEMPOS LIVRES. SIGA UM CURSO DE ALTA QUALIDADE QUE O CETOP SE ORGULHA DE OFERECER AO PÚBLICO. APRENDA A DOMINAR ESTA ARTE DE PLENA ACTUALIDADE.

Você pode seguir este excepcional CURSO DE DECORAÇÃO na sua própria casa, beneficiando das múltiplas vantagens que o seu estudo lhe proporcionará. Decorará a sua casa e, assim, além de a embelezar, estará também a adquirir prática. Provará desse modo o seu bom gosto e aplicará os conhecimentos aprendidos no curso. Poderá ganhar dinheiro logo enquanto estuda, pois durante o curso estará já em condições de fazer projectos e arranjos de decoração, e bastar-lhe-á o que recebe por um projecto para pagar totalmente o curso. Tendo o curso completo, possuirá um arquivo profissional constituído por uma colecção de mais de 600 gravuras e uma autêntica enciclopédia de 1800 páginas.

Quando for decorador — ou decoradora — terá as maiores facilidades em conseguir bons rendimentos, pois são inúmeras as oportunidades que esperam por si. Poderá, por exemplo, colaborar com arquitectos, encarregando-se da parte decorativa dos projectos e instalações. Se preferir, poderá empregar-se em lugares com alto ordenado e de trabalho agradável e interessante em empresas de decoração e mobiliário ou em outras actividades. Mas poderá também estabelecer-se por conta própria, dedicando-se a decorar interiores de habitações, estabelecimentos comerciais, salas de espectáculos, lugares públicos, etc.

Que estudará? O curso dá-lhe uma completa formação técnica, de natureza muito prática, sobre todas as matérias de decoração.

Ficará preparado para todos os trabalhos que um decorador deve saber realizar, estudando, em termos práticos, «Teoria de Decoração» e outras disciplinas, como «Complementos Decorativos», «Conjuntos e Projectos», «Esboços e Desenhos», «Técnica do Móvel», «Estilos Artísticos».



... preencha com letra clara o cupão junto e envie-o, por favor, a CETOP — Centro de Ensino Técnico e Orientação Profissional

Apartado 7 — Mira Sintra — Mem Martins — Portugal



Nome: _____
Morada: _____
Localidade: _____

Ref. D — 176

CETOP

Membro do Conselho Europeu de Ensino por Correspondência

XADREZ

Por JOÃO CORDOVID

A SIMPLICIDADE DE APROVEITAMENTO

Se o XXX Campeonato de Portugal (individual) foi um êxito para a divulgação da modalidade no nosso país, deve-se tal facto ao activo e benéfico papel dos órgãos de Informação, por terem dado uma cuidada cobertura ao acontecimento, apoiados pela esforçada organização da prova, a cargo da nova (e dinâmica) Direcção da Federação, prestando àqueles todo o tipo de esclarecimentos actualizados e úteis ao seu trabalho, e proporcionando ao público boletins contendo as partidas de cada sessão.

Por seu lado, muitos desses jogos corresponderam à expectativa, tanto do ponto de vista competitivo como pelo carácter técnico dos mesmos, alguns extremamente didácticos com uma exacta exploração de erros ou aproveitamento gradual de vantagens posicionais, prendendo interessadamente os assistentes.

defesa dos Peões centrais, enquanto a maioria da ala de Dama está incapaz para contra-atacar.



Muito interessante é o aproveitamento tático desta situação, surgida na segunda jornada, em partida deste articulista, com as peças Brancas, contra o eng. Hélder Sardinha. Numa posição equilibrada, depois de períodos de domínio de um e outro jogador, Sardinha acaba de cometer um erro de vulto, ao avançar, no lance que antecedeu o diagrama número 2, o Peão Bispo de Rei, de "f6" para "f5". Calcule o leitor, que isso possibilita às Brancas ganhar uma figura! Como continuaria?

A resposta é 41.c4!!!...; baseado nas seguintes alternativas: a) 41...dxc4; 42.Rxc4+, R joga; 43.Cxe5...; b) 41...Bf6; 42.c5+, Rc6; 43.cxb6...; A partida seguiu com: 41...Txb4; 42.c5+, Rxc5; 43.Cxe5...; e apesar de todas as dificuldades técnicas surgidas, as Brancas acabaram por impor a vantagem material conquistada. Da seguinte forma: 43...Td4+?!; 44.Rc3, Te4; 45.Cd3+, Rd6; 46.Ta2? ...; (Correcto era 46.Tb2, com intenção de seguir 47.Tb4, em caso da mesma continuação do adversário) 46...h5; 47.Ta6+, Re7; 48.Ta7+, Rf6; 49.Th7, Rg5?; (Nitidamente melhor é 49...Rg6; 50.Th8, e5; com posição pouco clara) 50.Cf4, e5; 51.Txh5+, Rg4; 52.Cxd5!, Rxh5; 53.Cf6+, Rg5; 54.Cxe4+, Rg4!; 55.Cf2+, Rf3; 56.Cd3, Rg2; 57.h4, Rxg3; 58.h5, e4; 59.h6, exd3; 60.h7, rendem-se. Uma vitória tão saborosa quanto difícil!

Na última sessão, disputar-se-ia uma partida singular, que terá sido a mais curta de todos os nacionais. Protagonistas, João Andresen, com as peças Brancas, e Manuel Brito. Vejamo-la: 1.e4, e5; 2.Cf3, d6; (Defesa Filidor) 3.d4, d6; 4.dxe5, dxe5; 5.Be4, Be7?; (Era necessário jogar-se 5...c6; dentro do próprio espírito desta defesa) 6.Dd5, rendem-se. Não há defesa convincente contra a ameaça das Brancas sobre "f7", que para além de obrigar as Pretas a ceder material, não evita todos os perigos sobre o seu próprio Rei.



Começemos por um exemplo estratégico. Em aproveitamento ideal de uma linha do Sistema de Trocas (imediatamente da Abertura Espanhola, definida pelos lances iniciais de: 1.e4, e5; 2.Cf3, Cc6; 3.Bb5, a6; e agora a variante 4.Bxc6, dxc6; 5.0-0...; etc., deixando as Pretas com sérias debilidades para o final, mercê dos Peões dobrados no flanco de Dama, numa partida deste articulista, com as peças Brancas, contra João Andresen, chegou-se à posição do diagrama número 1. Sendo as Brancas a jogar, como aproveitaria o leitor, decisivamente, a vantagem da sua estrutura de Peões?

Sem mais complicações, para ganhar basta a simplificação total de figuras, possível de se provocar depois de 25.Dd2!...; (tal como o jogo seguiu) que obriga a 25...Be7; para não perder um Peão, com o mesmo efeito prático, com a ameaça de se trocar material em "d6". Agora o resto é fácil: 26.Cxe7+, Dxe7; 27.Txd8+, Txd8; 28.Dxd8+, Dxd8; 29.Txd8+, Rxd8; 30.Rh2, Re7; 31.Rg3, Rf7; 32.Rh4, Rg6; 33.g4, hxg4; 34.Rxg4!, e as Pretas rendem-se, devido a que a atenção defensiva sobre o Peão passado das Brancas afastará o Rei das Pretas da



Os espelhos recomendam Tokalon.

Naturalmente!

Pretty Quick e Dermofluid — Make-ups compacto e creme — produtos delicados cuidadosamente seleccionados em 8 tons modernos. Fabricados segundo fórmula exclusiva — constituindo uma fina emulsão que permite à sua pele respirar livremente. Tonalidades luminosas que se confundem e identificam com o tom natural da pele.

Para a maquilhagem perfeita dos seus olhos: sombras em «bâton» e «Creme-poudre», Eyeliner, Máscara líquida e Lápis para as sobrancelhas. Em todos os tons da moda. Adopte já a linha TOKALON. Verá como o espelho aprovará a sua escolha.



Tokalon

Nunca foi tão fácil ser bonita!



UMA PELE FRESCA E SÃ

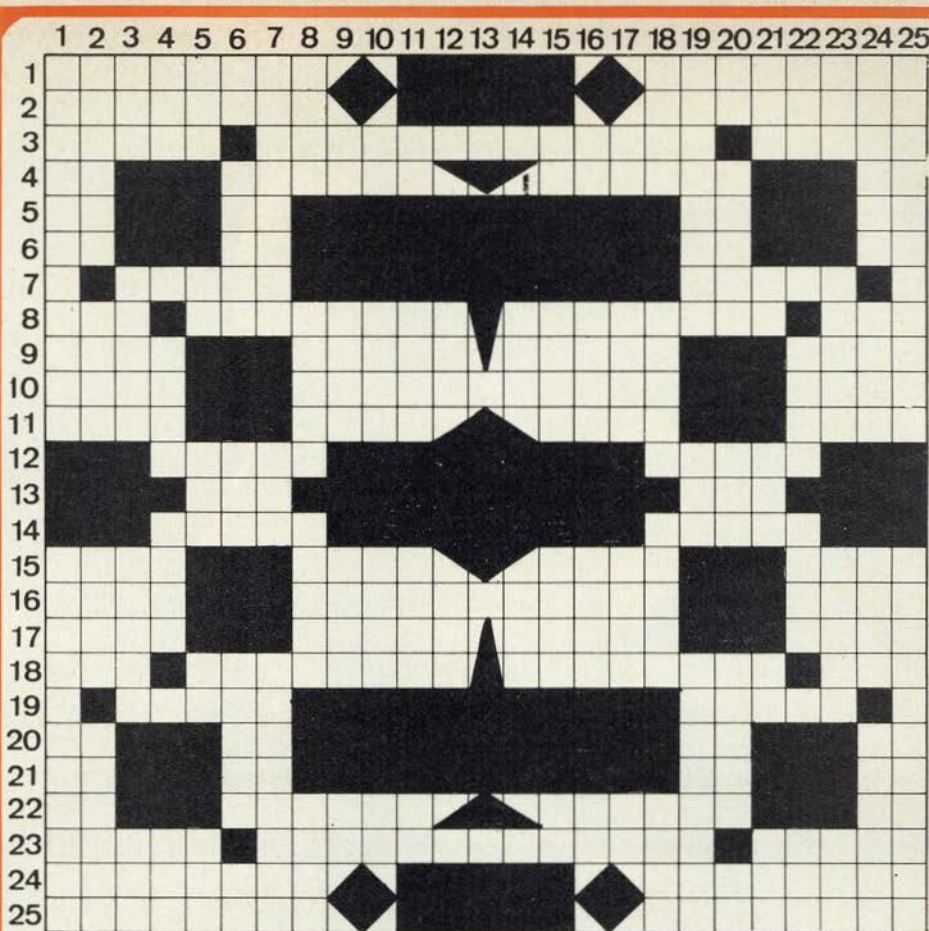
com a **cire aseptine**

Substâncias naturais — meio ideal para tratar e embelezar a pele. Por isso os nossos Dermo-técnicos criaram a CIRE ASEPTINE, um produto maravilhoso, à base de extractos de flores e de óleo de calêndula. Para libertar a pele das impurezas e lhe fornecer os elementos nutritivos de que ela carece, use regularmente a CIRE ASEPTINE. O seu poder de penetração é excepcional: graças às substâncias naturais que entram na sua composição, a CIRE ASEPTINE faz desaparecer rapidamente as manchas avermelhadas, irritações e borbulhas, regenerando e aliviando a pele. A CIRE ASEPTINE dá à pele dentro de pouco tempo a suavidade e o encantador aveludado da juventude. Use diariamente a CIRE ASEPTINE e verá a sua pele adquirir uma tonalidade pura e leve e tornar-se realmente sã, fresca e macia.



cire aseptine

à base de substâncias naturais.



HORIZONTAIS: 1—Retardada; cansada. 2—Proviram; surgem. 3—Que estão em nono lugar; digno de Pantagruel; cultivava. 4—Aqueles; residis; espreitada; seguir. 5—Majestade Soberrana; campeão; preposição; doutor. 6—Transitava; pronome pessoal; escarneze; contracção da preposição e artigo. 7—Algazarra; sacode. 8—Espaço de tempo; inundadas; parte posterior do cano de arma de fogo (pl.); indivisível. 9—Fraude; velhice; inflamação nos ouvidos; cultivar. 10—Vila portuguesa; dispor por categorias; senhora. 11—Cure; guarneçam de asas; mau dançador; empregam. 12—Flechas; paladar. 13—Caminha; maior. 14—Silenciam; apelido. 15—Pontífice; praticam; posição para tirar fotografia; menina. 16—Verdadeiro; repicares; curral de ovelhas. 17—Engano; som; lavreis; veste talar. 18—Cede gratuitamente; arrasais; nome de um famoso jogador do S.C.P.; pronome pessoal (pl.). 19—Finório; olmeiros. 20—Apelido; consoantes iguais; nota musical; semblante. 21—Itália-Bélgica (iniciais); volta a mirar; descorada; idem (abrev.). 23—Espécie de tambor da Índia; aprumo; silvo. 24—Maldições; alcatifar. 25—Abrandara; isolara.

VERTICAIS: 1—Designados; destinam antes. 2—Nome que se dá à junção das aduelas nos cascos de madeira; novidade; aéreo; nome de homem. 3—Ilha inglesa no Mar do Norte; casa solarenga; estacionam; nome bíblico. 4—Sufixo (fem.); supliques; calosidade; preposição. 5—Chefe etíope; S. q. do bário; nome de mulher; viração; raer. 6—Aspecto; assassina; semelhante; conhecer; nociva. 7—Dá a guardar; camareira; revoltar. 8—Querer bem a; opulentas; soco; alimentação. 9—Não; nome de mulher (pl.); cidade coreana; transitar. 10—Pronome pessoal; época; nome de uma rua que vem dos tempos primitivos do Cristianismo; Rússia-Turquia (iniciais). 11—Campeão; espécie de pato; comparei; suspiro. 12—Segundo (abrev.); laços. 14—Colorido; capitão (abrev.). 15—Preposição; vantajoso; estacione; letra grega. 16—Medida itinerária chinesa; volta num banho de tinta um tecido ou uma meada; rezei; prefixo designativo de aproximação. 17—Caminhar; prender; partir; nota musical. 18—Instrumento cortante; haveres; sulfato de cal hidratado; jornadas. 19—Apossar; patrão; um tanto ébrio. 20—Basta!; companheira; bondosa; nome de mu-

lher; apóstolo. 21—Cólera; plural de uma vogal; suplique; único; bolo de farinha de arroz e azeite de coco. 22—Germânico (abrev.); dificilmente (ant.); o mesmo que snobe; preposição. 23—Mau cheiro; brisas; nome de homem; sufixo designativo de pequenez (fem.). 24—O que é justo; chupeta; bagatela; acrescentar. 25—Amachucaram; aquela que alastra.

SOLUÇÃO DO NÚMERO 1220

HORIZONTAIS: Caperotadas — panorâmicas — in — morreis — belezas — ga — vim — orais — satan — sob — ima — cós — evoco — Ast — eco — loc — a — a — Man — i — Artur — varri — t — z — crime — ecoar — e — ama — mas — curro — mil — Ari — rad — vapor — idear — mar — ala — Simões — Jordão — Isa — m — sadias — emanara — ocasos — s — bani — atar — ena — ord — Tona — nane — e — roseta — Eusébio — pesame — a — amo — aboliu — arbois — sam — Mad — Olavo — laivo — cap — por — sua — arcar — ara — ora — e — imita — pedal — r — a — geral — Riera — a — dou — p — e — rad — ode — lbo — praia — arc — elo — res — Carmo — paraí — sir — ei — separei — patamar — ce — seminarista — comemorares.

no seu cabelo em brilho e fascínio...



Kohinoor

reforçador brilhante
com protecção
contra a luz

o seu cabeleireiro recomenda-lhe



...porque não há cabelos bonitos por acaso

WELLA

E vivam os direitos da mulher!



O direito de sair à rua e ser livre. De vestir minis, maxis ou calças. De guiar e fumar. De trabalhar e ter os seus caprichos.

O direito de comprar, de repente, ao sabor da fantasia, um pullover jacquard, um perfume caro ou uma gravata para oferecer. De não contar os

tostões que traz na carteira. De não ficar nunca, frustrada, diante da tentação, ali na montra, ao atravessar a rua, à saída do escritório.

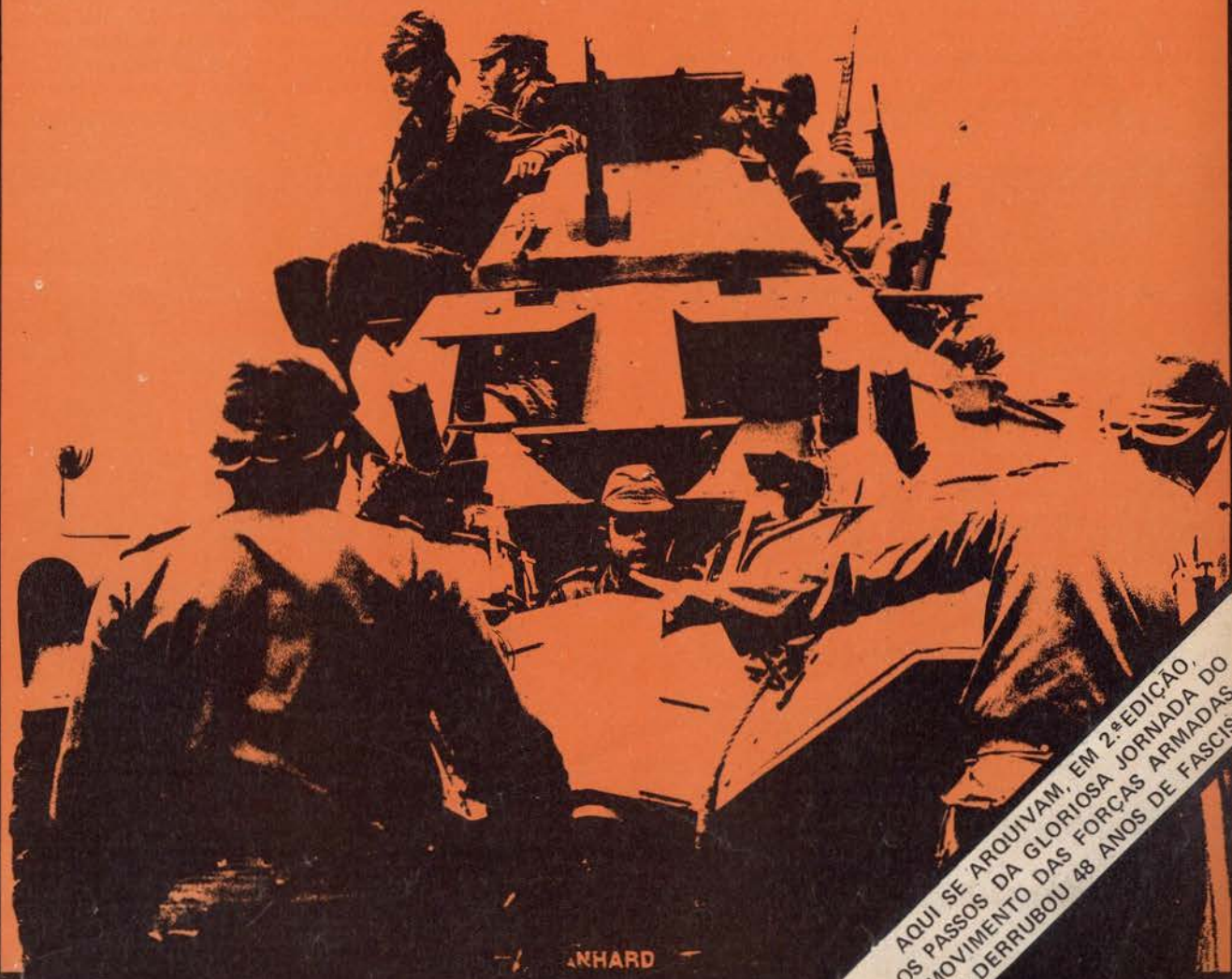
O direito indiscutível, em todas as ocasiões, de usar o cartão Sottomayor.



Sempre consigo

FLAMA
DOCUMENTO

25 DE ABRIL: O VIRAR DA PÁGINA



AQUI SE ARQUIVAM, EM 2ª EDIÇÃO,
OS PASSOS DA GLORIOSA JORNADA DO
MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
QUE DERRUBOU 48 ANOS DE FASCISMO

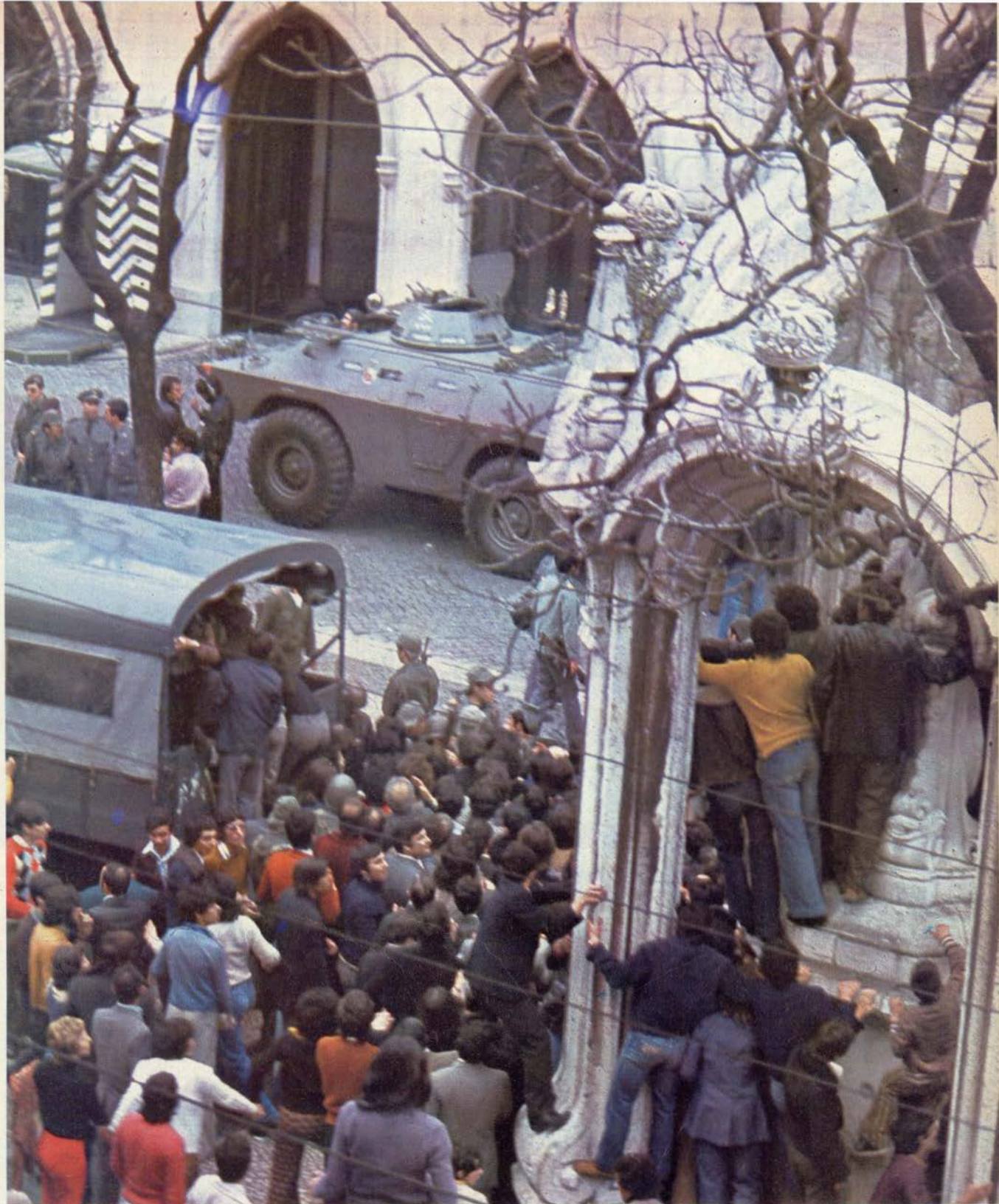
ANHARD

25 DE ABRIL: O VIRAR DA PÁGINA

Quando ao fim da tarde de quinta-feira da semana passada um blindado Chaimite safa do portão principal do quartel da G. N. R. do Carmo, transportando o prof. Marcelo Caetano e três ministros do seu Governo, o País despertava para uma nova era. Os acontecimentos históricos que levaram à mais importante e decisiva tomada de posição das Forças Armadas dos últimos anos iniciaram-se às primeiras horas da madrugada do dia 25 de Abril. Tropas do Movimento Militar das Forças Armadas tomaram posição e ocuparam lugares estratégicos em Lisboa e também no Porto. Os primeiros comunicados do Movimento, difundidos, através da Rádio, despertaram a população para o que viria a ser uma das mais espetaculares manifestações de apoio espontâneo presenciadas na capital. Povo e soldados de mãos dadas acabariam por ver conseguidos os seus objectivos com a rendição incondicional do chefe do Governo. Horas de impaciência e de esperança decorreram durante a tarde, em frente e nas imediações do quartel da G. N. R. do Carmo, que juntamente com a sede da Direcção-Geral de Segurança constituíram os últimos focos de resistência ao Movimento das Forças Armadas. O embarque em avião militar do almirante Américo Tomás e do prof. Mar-

celo Caetano para a ilha da Madeira ficará na História da Nação Portuguesa como o momento da queda definitiva do Governo que pretendeu ser a tentativa de continuação de um regime que, durante quase 50 anos, se caracterizou essencialmente pelo desrespeito das liberdades fundamentais do homem, mercê da imposição constante de um forte sistema censório e policial. Consumado o êxito do golpe de Estado, o Movimento das Forças Armadas entregou o Governo a uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo general António de Spínola que, segundo a lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório, decretará a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte por sufrágio universal, directo e secreto. A reportagem deste momento histórico, que publicamos ao longo de várias páginas e que documenta alguns dos mais importantes passos da evolução dos acontecimentos nas ruas de Lisboa, foi o nosso primeiro trabalho realizado logo após o general António de Spínola ter declarado ao País que a Junta de Salvação Nacional se compromete, também, a "garantir a liberdade de expressão e pensamento".





O Chaimite "Bula" prepara-se para transportar o ex-Presidente do Conselho que, entretanto, se tinha rendido incondicionalmente ao General Antônio de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional. À ESQUERDA — Para os populares aglomerados nas imediações do Largo do Carmo, tudo serviu para observar a ação das Forças Armadas: estátuas, árvores, blindados.

25 DE ABRIL:

O ASSUMIR DE UM COMPROMISSO



O general Spínola, com as individualidades que formam a Junta, no momento em que lia perante as câmaras da televisão a histórica declaração. À ESQUERDA: Manter a população ao corrente da evolução dos acontecimentos foi preocupação constante do general Spínola.



Os generais Costa Gomes e António de Spínola.

FOI às primeiras horas de um novo dia, após cerca de vinte e quatro horas de operações militares, que o País tomou conhecimento da constituição da Junta de Salvação Nacional nas mãos de quem o Movimento das forças Armadas depositara o Governo da Nação. Milhões de portugueses viram então através da televisão a primeira imagem das individualidades que formam a Junta: capitão-de-fragata António Alba Rosa Coutinho; capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro Azevedo; general Francisco da Costa Gomes; general António de Spínola; brigadeiro Jaime Silvério Marques; coronel Carlos Galvão de Melo e general Manuel Diogo Neto (ausente da Metrópole). Na sua qualidade de presidente da Junta, o general António de Spínola proferiu uma breve alocução na qual enumerou os compromissos a que a mesma se propunha em ordem a encaminhar o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais.

Algumas horas depois e já com o último

foco de resistência, a sede da D. G. S., completamente dominada e os ex-chefes do Governo e da Nação exilados na Madeira, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas distribuiu o seu programa que transcrevemos na íntegra:

“Considerando que, ao fim de 13 anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos.

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do povo português. Considerando ainda que a substituição do seu sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e



25 DE ABRIL:

UMA LINHA DE ABERTURA A SOLUÇÕES DE EVOLUÇÃO



interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria e, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa.

A) MEDIDAS IMEDIATAS

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo provisório civil. A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, e dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do

anúncio público da convocação, no prazo de 12 meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral, a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) a destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1 — Os governos-gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregado do Governo até nomeação do novo governador-geral pelo Governo Provisório.

2 — Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais, enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo provisório.

c) a extinção imediata da D. G. S., Legião

Portuguesa e organizações políticas de juventude. No Ultramar, a D. G. S. será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de informação militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) a entrega às Forças Armadas dos indivíduos culpados de crime contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) medidas que permitam uma vigilância e um controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) a amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos.

g) a abolição da censura e exame prévio;

1 — Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública cau-



O Terreiro do Paço e o aeroporto de Lisboa (à esquerda e em baixo) foram dos primeiros pontos estratégicos a ser ocupados pelas tropas do Movimento das Forças Armadas. A população transitou calmamente junto aos carros blindados, manifestando total compreensão e civismo.



sadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão "ad hoc", para "contrôle" da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, directamente dependentes da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo Provisório.

h) medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas, G. N. R., P. S. P., Guarda Fiscal, etc.;

i) o "contrôle" de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e Militarizadas, enquanto não for criado um serviço próprio;

j) medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação.

B) MEDIDAS A CURTO PRAZO

1 - No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação

25 DE ABRIL:

PERFEITA COORDENAÇÃO NO PROCESSO DE CONTROLE

Nacional escolherá de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) o período de excepção terminará logo que, de acordo, com a nova Constituição política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção, que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigará-se a promover imediatamente:

a) a aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) a liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio, será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício.

c) a liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma;

d) a promulgação de uma nova lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do poder judicial.

1 — A extinção dos tribunais especiais e dignificação do processo penal em todas as suas fases.

2 — Os crimes cometidos contra o Estado, no novo regime, serão instruídos por juízes de



Foi longa a noite, mas às primeiras horas do dia já a esperança reinava entre os militares. Depois, veio o povo e disse o seu "sim" apoteótico. O Governo cala às mãos dos militares.

As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.

b) uma nova política social, que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á, em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais, com base na amizade e cooperação.

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua defi-



25 DE ABRIL: O PAÍS DESPERTOU COM OUTRA FACE



nição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

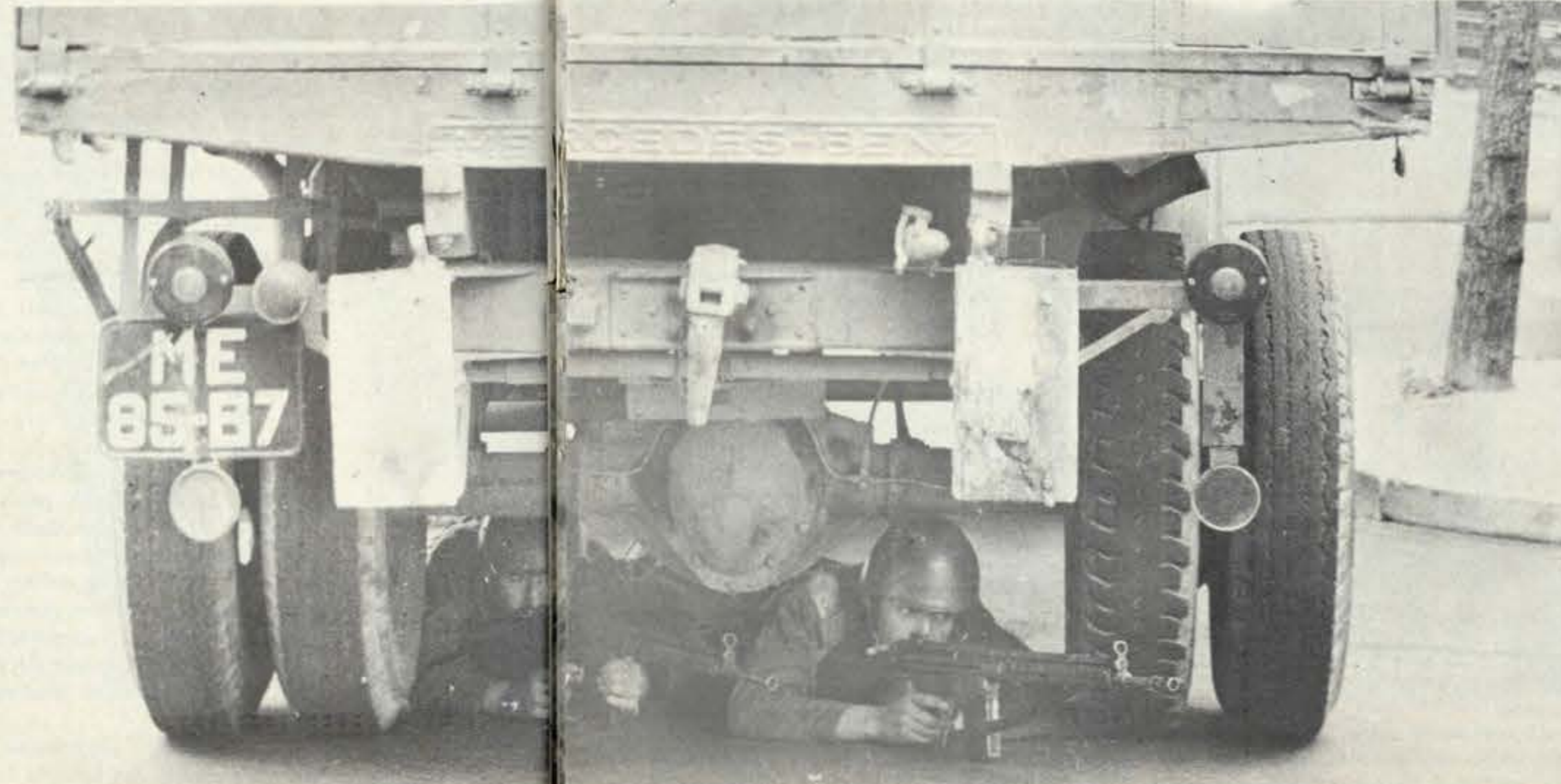
- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar.
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional, do problema ultramarino.
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C) CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a

Primeiro foi a ocupação (militar), depois foi a proclamação (popular). Estas foram as duas imagens de uma revolta que, em poucas horas, mudou a face de um país e fez reacender as esperanças de um povo desconhecedor, na sua quase totalidade, dos direitos democráticos.



garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações."

Esta é a primeira vez que a Junta de Salvação Nacional entra em contacto com a Imprensa. Antes de mais, desejo agradecer a forma patriótica como a Imprensa acompanhou o Movimento das Forças Armadas e, para além desse agradecimento, formulo votos para que a Imprensa, dentro de uma liberdade de expressão que vai passar a ter, saiba efectivamente cumprir o alto dever que lhe compete para com a Pátria, no esclarecimento do nosso bom povo português. A todos agradece o Movimento das Forças Armadas e a sua Junta de Salvação Nacional."

Foi com estas palavras que a Junta de Salvação Nacional, através do seu general-presidente, iniciou a primeira conferência de Imprensa, realizada no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha.

A demissão do Governo, encabeçado pelo

25 DE ABRIL:

O LARGO DO CARMO FOI O ÚLTIMO REDUTO DO REGIME



Nos prédios circundantes do Largo do Carmo, soldados tomam posições estratégicas nos telhados. A população também procurou todas as posições de onde pudesse ver os mais pequenos pormenores do desenrolar dos acontecimentos que conduziram à rendição incondicional do ex-Presidente do Conselho.

XII



O povo sobe, com as colunas militares, a Rua Garrett, em direcção ao Largo do Carmo. O cerco ia fechar-se. À ESQUEDA: "Panhards" no Largo de Camões. O insólito para milhares de portugueses menores de 47 anos...



prof. Marcelo Caetano, havia acontecido 15 horas e 25 minutos antes. Anteriormente as estações emissoras haviam difundido uma mensagem de agradecimento (assinada pelo gen. António de Spínola) dirigida "aos bravos militares dos três ramos das Forças Armadas", por mais "este sublime acto de patriotismo a juntar a tantos outros praticados na defesa do Ultramar português, e ainda pela exemplar disciplina e alta eficiência demonstradas no cumprimento da transcendente missão de que foram incumbidas a bem da Pátria". Poucos minutos depois, o DC 6 militar, levando a bordo o alm. Américo Thomaz, o prof. Marcelo Caetano, os ex-ministros Silva Cunha e Moreira Baptista e ainda o comandante Benvido (oficial às ordens do ex-Presidente da República), aterrava no Aeroporto do Funchal, na capital da Ilha, que agora, lhes vai servir de exílio.

Depois, seguiram-se as perguntas e as respostas.

Para além do comunicado, então distribuído, os jornalistas ali presentes ficaram a saber que a revolta será orientada por "uma linha de abertura a soluções de evolução e a um futuro de progresso de Portugal no seu todo pluricontinental".

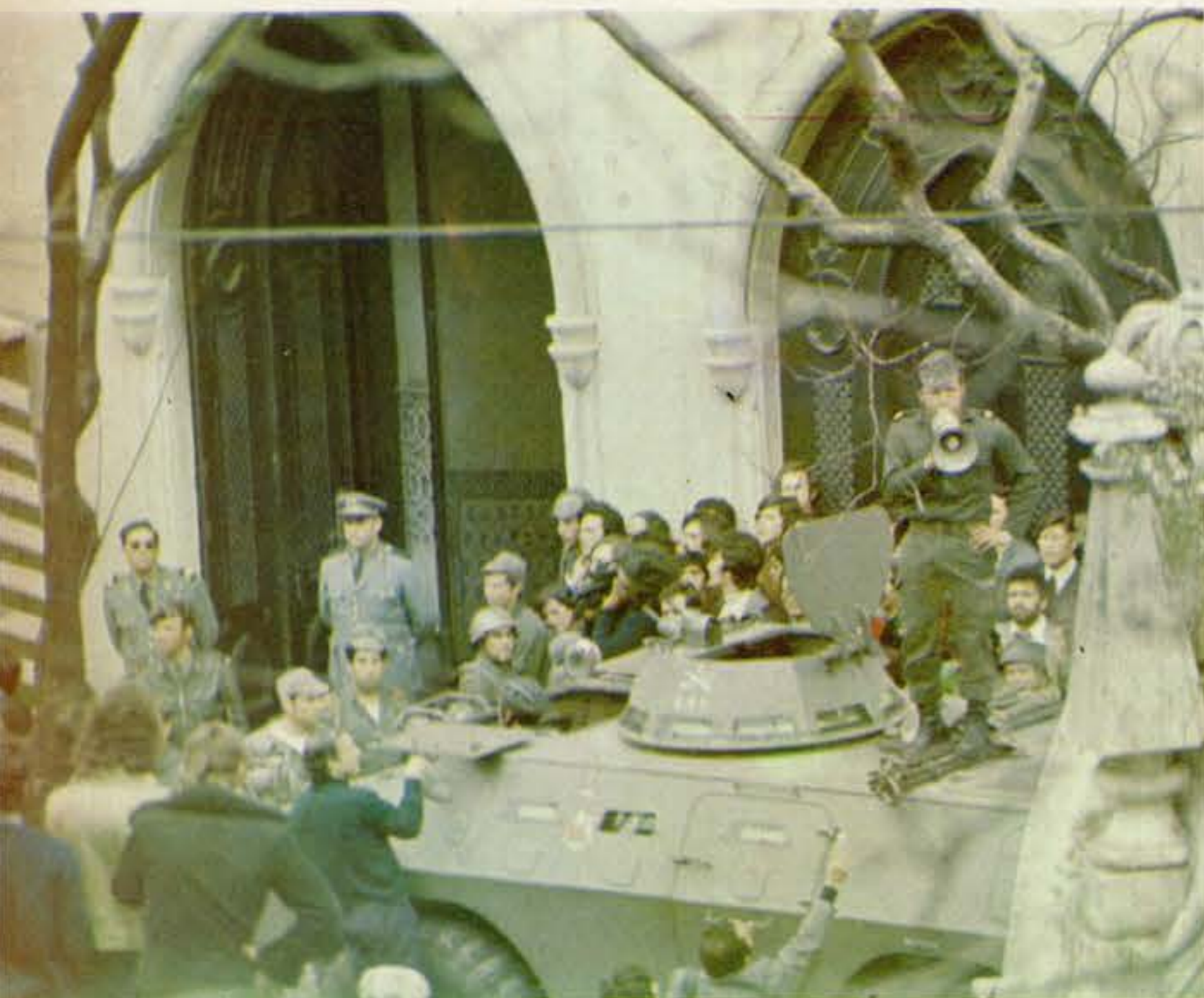
Sobre a P. I. D. E./D. G. S. a polícia política que serviu de sustentáculo (arbitrário) ao ex-regime, comentou o gen. António de Spínola: "Está prevista a sua extinção. As únicas restrições dirão respeito ao Ultramar e apenas enquanto as operações militares o exigirem." Paralelamente, referiu também a abolição da Censura/Exame Prévio, que conhecerá algumas restrições, mas tão somente nos "aspectos militares nesta fase que ainda atravessamos no nosso Ultramar".

Merecem ainda uma referência especial as

XIII

25 DE ABRIL:

UMA REACÇÃO AGONIZANTE



O capitão Maia, da Escola Prática de Cavalaria (Santarém) que teve funções destacadas no cerco ao Largo do Carmo, anuncia aos milhares de manifestantes a iminente chegada do general António de Spínola, que ali receberia a rendição de Marcelo Caetano.

respostas à equipa de reportagem da televisão espanhola, no respeitante à política externa: "Vai ser uma linha de abertura a soluções de evolução a um futuro de progresso de Portugal no seu todo pluricontinental." Sobre as colónias, a política a seguir "será definida no consenso do País".

Qual, neste momento, a situação dos presos políticos?

Vão ser libertados. A ideia é que o sejam todos os presos políticos, com excepção feita, evidentemente, àqueles que para além de problemas ligados a ideologias políticas tenham também cometido crimes classificados no Código Penal.

(Recorda-se que a libertação dos primeiros presos políticos começou aos 17 minutos do dia seguinte, depois de uma equipa de advogados da Comissão para a Libertação dos Presos Políticos, em conjunto com uma delegação da Junta Militar, haver procedido a uma análise dos vários e muitos processos.)

Os refugiados políticos poderão regressar a Portugal?

Esses serão abrangidos pelas medidas a que há pouco me referi.

E em relação aos emigrantes?

Esse é um problema que vai entrar em audição.

Resposta semelhante seria dada em relação às empresas multinacionais que, até agora, têm dominado de modo arbitrário a economia (e não só) nacional.

Terminada a primeira Conferência de Imprensa, os elementos da Junta Militar, com excepção do gen. Diogo Neto, ainda em terras de Moçambique, recolheu aos seus aposentos para, algumas horas depois, tomar a direcção do edifício da Defesa Nacional, na Cova da Moura, onde estão, actualmente, instalados.

A protecção militar foi assegurada por um "jeep", duas autometradoras ligeiras equipadas com morteiro 60 ("Vila Pery" e "Nampula"), uma Panhard de nome "Zala" e a chaimite "Bula" que, na véspera, serviu de transporte do Quartel do Carmo até ao Regimento da Pontinha, ao ex-Presidente do Conselho e dos ex-ministros do Interior e da De-



fesa.

Aí, uma enorme multidão, esquecida das horas e dos empregos ("o emprego que espere, porque até agora esperámos nós") quis assistir à entrada dos vários elementos da Junta e aclamar, de modo especial, o gen. António de Spínola. Lá dentro, sucediam-se os abraços e saudavam-se vivamente aqueles que, há pouco, eram apenas elementos indesejáveis de um regime que nunca admitiu a pluralidade de opiniões. Naquele momento, a tentativa das Caldas era apenas um facto passado.

Depois, começaram as reuniões. E enquanto nos gabinetes se discutiam problemas graves que, necessariamente, terão de ser enfrentados, nos corredores aventavam-se hipóteses e falava-se em nomes já contactados (muitos deles bastante afastados ou até repe-

lidos pelo sistema que, durante tantos anos, dominou os Portugueses) para a formação do Governo Provisório.

NÃO foram necessárias mais de vinte e quatro horas para que o Movimento das Forças Armadas atingisse plenamente os seus objectivos. A operação foi desencadeada quando, à meia noite e vinte e um minutos, o programa "Limite", difundido pela Rádio Renascença, transmitiu a senha que consistiu exactamente na leitura do poema e na passagem da canção "Grândola Terra Morena". Forças militares partiram de Santarém e de Tomar em direcção a Lisboa, onde se juntaram a outros contingentes para tomar posição em pontos estratégicos da capital. Imediatamente foram ocupados importantes objec-

A alegria dos soldados pedia meças à da população, que sempre os vitoriou como autênticos libertadores. EM BAIXO — Nos acessos ao Largo do Carmo, todos se acumularam (inclusive sobre os veículos militares) para assistir à mais importante das acções do Movimento.

25 DE ABRIL:

DUROU NOVE HORAS A TOMADA DO CARMO



Os momentos mais importantes da queda de um regime de quarenta e sete anos desenrolaram-se no Carmo, em cujo quartel da G. N. R., se refugiara o prof. Marcello Caetano. Impaciente a multidão, foi necessário acalmá-la através de megafones.

tivos. O comando das tropas do Movimento ficou instalado nos estúdios principais do Rádio Clube Português, de onde emitiu o primeiro comunicado informando que desencadeara uma série de acções "com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina".

Também os estúdios da Emissora Nacional ficaram sob "contrôle" das forças militares. O Aeroporto da Portela foi cercado e ocupado, sendo os voos desviados para outros aeroportos. Cerca das três horas da manhã os estúdios do Lumiar da RTP entravam em poder dos militares, após episódica manifestação de resistência de alguns elementos da P. S. P. Outros objectivos foram sucessivamente caindo em poder das tropas do Movimento, demonstrando esta perfeita coordenação no processo da ocupação. Uma coluna da Escola Prática de Cavalaria foi a primeira a tomar posição no Terreiro do Paço, impedindo o acesso ao local com fortes dispositivos de homens e armamento. O Estado-Maior do Exército e o Quartel-General da Região Militar de Lisboa contavam-se entre os primeiros aquartelamentos cercados.

Entretanto, a população de Lisboa foi-se apercebendo que algo se anormal se estava a passar: alguns ao presenciarem o desusado movimento de tropas, outros pelos comunicados constantemente emitidos pelo R. C. P. e, depois, também pela Emissora Nacional. A cidade despertou quando as tropas afectas ao Movimento dominavam a situação, com o trânsito condicionado em várias zonas, o que originou que parte da população não se apresentasse nos seus empregos. Nos rostos de toda a gente estampou-se a surpresa de quem julgava já ser impossível assistir ao que os seus olhos presenciavam agora. Apesar dos insistentes comunicados em que o comando do Movimento pedia para a população recolher ou continuar nas suas residências, muita gente não resistiu a aproximar-se dos pontos quentes onde se desenrolavam as operações. A multidão foi engrossando cada vez mais em torno dos militares, acabando por se transformar numa apoteótica manifestação de apoio às Forças Armadas.

No Porto o movimento iniciou-se a partir do Regimento de Cavalaria 6. Às seis horas tropas deste aquartelamento desceram a Avenida da Boavista, fraccionando-se em várias direcções. Elementos do Exército ocuparam o posto emissor do Rádio Clube Português, em Miramar, as instalações da Televisão, no Monte da Virgem, e a Ponte da Arrábida. Da surpresa inicial, provocada pelo movimento de viaturas militares e pelos comunicados emitidos pelo R. C. P., a população portuense passou às manifestações de apoio que se foram intensificando durante a tarde. Com o encerra-



Ao entardecer do dia 25 de Abril, o general António de Spínola chegava ao Largo do Carmo onde foi desusadamente ovacionado pela grande massa de público. Pouco depois de o general Spínola ter entrado no quartel da G. N. R., o ex-presidente saía do seu último reduto, no chaimite "Bula", sob custódia, rumo a instalações militares na Pontinha.

mento dos estabelecimentos engrossaram os grupos que percorreram as ruas da cidade, dando "vivas" a Portugal e às Forças Armadas. O entusiasmo popular atingiu o delírio quando um oficial informou a multidão de que se havia concentrado na Praça da República da rendição do chefe do Governo. Mais tarde, grupos de populares manifestaram-se contra as forças da P. I. D. E./D. G. S., enquanto vários automóveis particulares precediam as colunas militares que circularam pelas principais artérias da cidade.

Desde as primeiras horas da madrugada do dia 25 de Abril o Terreiro do Paço tornou-se um dos principais pontos do teatro de operações. À coluna vinda da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, juntaram-se forças militares de Tomar e de Cavalaria 7 de Lisboa. Após tomarem posições nas embocaduras de todas as artérias que ali confluem, as forças do Movimento destacaram um grupo de oficiais que entrou no Ministério do Exército sem qualquer oposição. Vários oficiais foram detidos. E embora o comando do Movimento tivesse conhecimento de que ali se encontra-

Junto do edifício da
P. I. D. E./D. G. S., viveram-se
longas horas de tensão antes
que a rendição fosse pedida in-
condicionalmente.



25 DE ABRIL:

A D.G.S. ESTREBUCHOU ATÉ REBENTAR

vam o ministro e o subsecretário do Exército não foi possível detê-los. Ambos haviam escapado por um buraco aberto numa parede de tijolos de uma antecâmara do primeiro andar do edifício que dá para a biblioteca do Ministério da Marinha. Entretanto, forças de Lançeiros 2 e do Regimento de Engenharia 1 convergiram também para o Terreiro do Paço. Vindas do Sul, colunas militares concentraram-se no morro de Cristo-Rei, em Almada. Outras já haviam atravessado a ponte sobre o Tejo a caminho de Lisboa.

As forças em operação estabeleceram cordões nas artérias limítrofes, colocando em posições estratégicas carros de combate e automotralhadoras ligeiras. Tanques Patton M-47 do Regimento de Cavalaria 7, que haviam avançado em direcção ao Terreiro do Paço em oposição às tropas do Movimento, acabaram por modificar a linha de tiro... Pouco depois das nove horas abandonaram o Ministério do Interior o dr. Moreira Baptista, o prof. Silva Cunha e o almirante Henrique Tenreiro.

NO fim da manhã do já célebre 25 de Abril, forças do Movimento das Forças Armadas começaram a subir o Chiado. O destino era o último reduto do regime: o quartel do Carmo, comando-geral da Guarda Nacional Republicana, onde se refugiara, o ex-Presidente do Conselho, Marcelo Caetano. Ali, entre as únicas forças militares que lhe

Aquartelados na sede daquela que foi uma das mais tenebrosas organizações de um regime que durou quase meio século, agentes da P. I. D. E./D. G. S., faziam frente ao cerco que lhes era movido. Mais do que defender um regime, defendiam a pele, conscientes — por uma vez — da repulsa que provocavam, desde sempre, na população que violentaram. E esta, pertinaz, manteve-se firme nos postos "conquistados" nas ruas limítrofes de onde podia alcançar o fechar do cerco pelas Forças Armadas que terminou, felizmente, em rendição.





Quem tivesse pensado que as Forças Armadas acabariam por ceder ao cansaço e à falta de alimento enganou-se. Em toda a parte onde elas estiveram, esteve também um gesto de carinho da população.

valioso, agitava-se nervosamente. Os comandos máximos da G.N.R. atarefavam-se em redor de qualquer hipótese de solução que, verdadeiramente, nunca existiu.

Cá fora, a população começava a concentrar-se. Ao princípio, encheu as ruas convergentes para o largo. Mais tarde, nem no largo caberia um alfinete. Todos queriam ver a derrocada formal de um Governo que tantos anos o subjugara.

Porém, pouco passava das 13 horas quando o receio se instalou em redor do largo. Tropas da G.N.R. avançavam, dispendo-se ao longo da Rua Nova da Trindade. O choque, porém, nunca resultaria, dada a desproporção de material e mesmo numérica. Por outro lado, os oficiais de Santarém mostravam-se absolutamente decididos a esmagar rapidamente qualquer tentativa dos fiéis do regime.

A situação tornou-se mais simples quando, pouco depois das 15 horas, chegou o regimento de Estremoz. As companhias da G.N.R. renderam-se.

Ao mesmo tempo, o Largo do Carmo tornava-se um imenso mar de gente. Sobre os telhados, nas varandas e janelas, em cima das árvores, cujos ramos pareciam ter frutos humanos. Pouco a pouco, os blindados e outros veículos do Exército eram "assaltados" pela população que tentava alcançar o poiso mais alto possível para presenciar o melhor de todos os momentos. Simplesmente, este tardava.

"Se for preciso vamos lá nós buscá-los", diziam populares, enquanto a impaciência



O maior foco de resistência ao Movimento das Forças Armadas foi a P. I. D. E./D. G. S., por virtude da qual foi derramado sangue. Cercados por efectivos do Exército a que se juntaram fuzileiros da Marinha, os polícias políticos resistiram durante toda a noite do dia 25, continuaram pelo dia 26, acabando por render-se às primeiras horas de 27. A evacuação dos agentes detidos não foi fácil, pois a população não arredava pé do local, exigindo vingança por suas próprias mãos.

25 DE ABRIL: A POPULAÇÃO LEMBRA-SE (BEM) DA POLÍCIA POLÍTICA

ficaram fiéis, a si e ao regime salazarista (mais ou menos evolucionado na continuidade) que representava, o antigo chefe do Governo aguardaria o que era impossível acontecer: a continuação da posse do poder, independentemente da vontade do povo.

Ao princípio da manhã, nada de anormal parecia acontecer no Largo do Carmo. As portas do quartel da G. N. R. estavam abertas, a sentinela na rua, nenhum vestígio aparente de sobressalto. No entanto, através das ondas do Rádio Clube Português os comunicados do Movimento sucediam-se. Pontos estratégicos do contrôle da cidade e do País estavam dominados. Sabia-se que os três ramos das Forças

Armadas tinham aderido — com pequenas e brevemente controladas excepções — ao Movimento. Apenas as forças repressivas do antigo regime — Legião Portuguesa, Guarda Nacional Republicana e Direcção-Geral de Segurança (ex-P. I. D. E.) — o poderiam tentar proteger.

Entretanto, o ex-Presidente do Conselho chegara ao quartel. As portas fecharam-se, tentando evitar o inevitável. Os altos comandos da G. N. R. e dois ex-ministros — o do Interior e o dos Negócios Estrangeiros — acompanhavam-no.

Blindados subiram o Chiado e taparam todas as ruas de acesso ao Largo do Carmo, onde se ia desenrolar o acontecimento fulcral

de toda a acção do Movimento: a rendição do governo que há quarenta e sete anos oprimia o País.

Tropas altamente equipadas da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, às quais se juntariam, depois das 15 horas, efectivos do Regimento de Infantaria 3 de Estremoz, foram os protagonistas de uma cena longos anos esperada. Presenciaram-na milhares de portugueses, na rua ou pendurados nas árvores.

Cerca de uma hora da tarde, o cerco estava feito. No quartel, símbolo da reacção do Governo agonizante, nada bulia. Como se estivesse deserto. No entanto, o seu receio, bem

25 DE ABRIL:

PRESOS POLÍTICOS REENCONTRARAM A LIBERDADE

crecia. Muitos gritos de protesto contra o Governo que ia cair (oficialmente) ergueram-se durante horas. Porém, apenas às cinco horas houve capitulação.

Antes, depois de ter expirado sem resposta um prazo dado pelos sitiados aos membros fiéis ao antigo regime, as forças vitoriosas tiveram de abrir fogo sobre a fachada do quartel. Vários buracos na parede (alguns deles nos vidros, sinal de que projectéis entraram no quartel) são o testemunho visível da renitência do regime à rendição. Na verdade, eram 47 anos que iam terminar num breve momento...

A situação, embora esperasse o epílogo indispensável para toda a Nação, era, nessã altura, muito mais tranquila para os largos milhares de portugueses que, também desobedecendo às insistentes recomendações do Posto de Comando do Movimento, queriam satisfazer a curiosidade reprimida durante décadas. Militarmente, reinava a tranquilidade no Largo do Carmo. A população, sem receio, aguardava.

O capitão Maia, que desempenhou importante e incansável papel no cerco do quartel do Carmo, anunciaria, as 17 e 30, que o general António Spínola estava a chegar. O entusiasmo da população presente foi grande, por isso o capitão Maia pediu calma.

Perto das 18 horas, o actual presidente da Junta de Salvação Nacional entrava, de automóvel, no quartel. Lá dentro, recebeu a rendição incondicional de Marcelo Caetano, tomando assim posse do governo e do comando das Forças Armadas do País.

Nesse momento, Portugal via terminar uma negra era de quase meio século de servidão a interesses e a ideologias obscuras. Estava iniciada uma nova página na história do País, um regresso à liberdade fundamental a que qualquer povo tem direito.

Uma hora mais tarde, um tanque entrou no quartel. Destinava-se a recolher o ex-Presidente do Conselho e os ex-ministros que o acompanhavam. Muitos populares correram atrás do veículo bélico, extravasando o misto de alegria e fúria que não conseguiam conter.

Antes, porém, registara-se um incidente que dá bem a medida do actual estado de espírito da população: um popular, ao ver sair um automóvel do quartel, pensando que nele vinha o ex-Presidente do Conselho, lançou-lhe uma pedra. Simplesmente, era o general Spínola quem vinha dentro do carro. De imediato, um magote de gente se lançou sobre o lançador da pedra. E este, ao ver-se agredido e já tendo reparado no seu engano só gritava: "Mas eu sou um dos vossos. Enganei-me. Julguei que era o outro..."

Cerca de nove horas durou o aconteci-

mento político mais importante do Movimento das Forças Armadas: a tomada do quartel do Carmo. Quando terminou, já ao fim da tarde, a população dirigiu-se ao Terreiro do Paço onde, apesar da chuva que entretanto começara a cair, se manifestou exuberantemente.

Entretanto, constava que o ex-Presidente da República, o almirante Américo Tomás, que ia no seu terceiro mandato consecutivo, estaria, com outros membros do seu Governo refugiado no Regimento de Lanceiros 2, em Belém. Na realidade, este aquartelamento foi, durante horas, um foco de resistência do regime. No entanto, a meio da tarde, um comunicado do Movimento informava da rendição de Lanceiros 2, que içou um pano branco. Porém, o presidente deposto não se encontrava, pelo menos nessa altura, dentro do quartel. Só na manhã do dia seguinte foi noticiado que se encontrava, bem como outros membros do ex-Governo, sob custódia.

Entretanto, o almirante Tomás chegaria, com Marcelo Caetano, à ilha da Madeira, onde ficaram exilados.

QUANDO uma grande aglomeração populacional se encontrava no Largo do Carmo, elementos da Direcção-Geral de Segurança, com sede situada na Rua António Maria Cardoso, dispararam, tendo ferido várias pessoas, entre as quais três jovens.

Comunicados sucessivos do Movimento Militar informavam que muitos elementos da G. N. R. e D. G. S. se faziam por amigos, quando, na verdade, eram adversos às Forças Armadas.

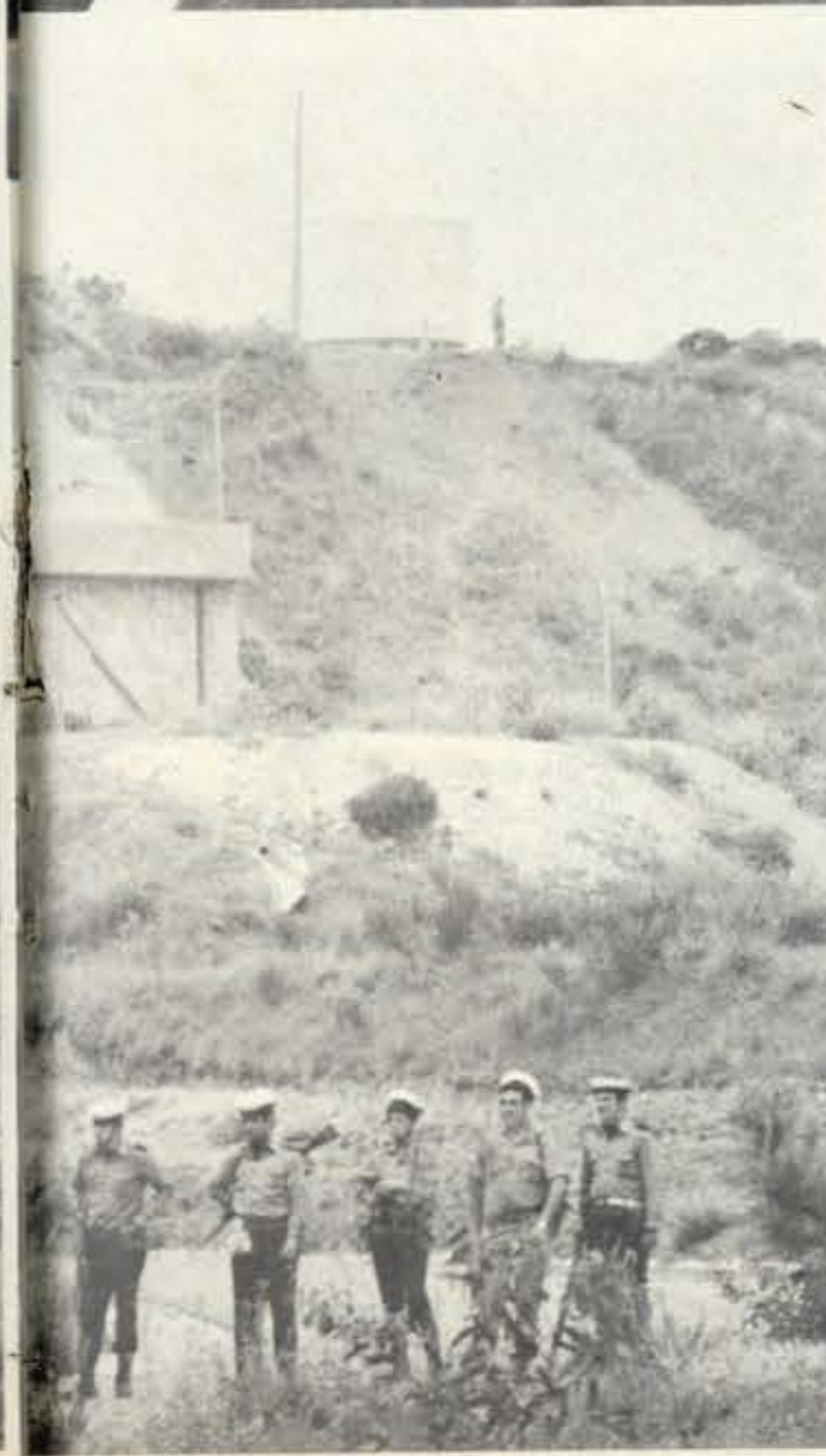
Durante a noite, uma grande multidão de jovens, sobretudo estudantes, dirigiu-se para a sede da D. G. S., que, entretanto, se mantinha vigilante, preparada para contra-atacar. Apesar das ameaças dos agentes daquela instituição, uma massa compacta de populares gritava em unísono: "Assassinos!"

A certa altura, atiradores da D. G. S., um dos grandes baluartes do antigo regime, dispararam, tendo morto uma jovem universitária e ferido mais de uma dezena de pessoas. Por razões de prevenção, várias ambulâncias, material de socorro e equipas de médicos e enfermeiros, deslocaram-se imediatamente para as cercanias da sede da Polícia política, a fim de assistir a eventuais feridos.

A meio da noite, um agente da D. G. S., é morto por tropas das Forças Armadas, quando tentava fugir, depois de saltar daquele edifício policial para a rua. Ao tomar conhecimento deste facto, muitos manifestantes rompem



Foram longas, longas, as horas de espera que os familiares dos presos políticos tiveram de aguardar junto ao forte de Caxias. Mas foram horas que valeiram a pena. Depois viriam os abraços, o recordar de uma lembrança antiga de muitos anos.





com os cordões militares e, duplicando a sua fúria, gritam:

"Vingamos os camaradas mortos."

Entretanto, a D. G. S. resistia ainda na prisão de Caxias, constando o boato de que iriam exercer represálias sobre os presos políticos, o que não se verificou, segundo reportagens feitas junto daqueles presos, transmitidas pelo Rádio Clube Português.

Na madrugada de 26 de Abril, forças de Fuzileiros Navais, apoiadas pelo Exército, cercaram o edifício da P. I. D. E./D. G. S. Mais de duas centenas de agentes desta polícia se encontravam entrincheirados durante toda a noite e parte do dia.

Ao contrário das restantes instituições fiéis ao ex-Governo, a Polícia política de Lisboa e de outras cidades, nomeadamente Porto e Coimbra, resistiu até à noite de 26 de Abril.

Entretanto, dez agentes da D. G. S., que haviam sido presos, seguiram para o Governo Civil, onde foram sujeitos a interrogatórios.

Em pleno dia, foram detidos mais dois agentes, quando se aproximavam da sede para entrar de serviço. Foram identificados como os cabos Belchior e Tranca. Pouco tempo depois, mais dois elementos eram presos, um dos quais teria sido forçado a despir-se, pois que se recusou a identificar com o seu verdadeiro cartão de identificação, o de agente da D. G. S.

PODESE portanto afirmar que o maior foco da resistência ao Movimento das Forças Armadas, uma vez que a Legião Portuguesa (já dissolvida) não foi grande obstáculo e uma vez dominada a G. N. R., (cujo actual comandante, já nomeado pela Junta, é o general Rosa Garoupa), foi a P. I. D. E./D. G. S., instituição também já extinta pela Junta.

A repulsa da população por esta Polícia

política e muito especialmente pelos seus numerosos agentes e informadores, cujos actos bem conhecidos são de todo o Povo Português, ficou bem patente numa série de incidentes verificados no dia em que eclodiu o Movimento e no dia seguinte.

Conforme alguns dos oficiais do Exército nos revelaram, o quartel-general da P. I. D. E./D. G. S., situado na Rua António Maria Cardoso, no Chiado, não pôde ser imediatamente ocupado, porque "embora sendo muitos não chagamos para todo o País e nós tivémos de o ocupar de norte a sul". No entanto, a população logo se voltou para aquela famosa rua. Como seria de prever, dado a incontida fúria popular, feita de anos e anos de prepotências inqualificáveis impostas por um organismo ao qual o regime deu plenos poderes (porque nele residia a sua grande defesa, mesmo a sua existência), a revolta da população não se fez esperar. Isso dificultou a acção das Forças Armadas que, desde o início, tinham a desacti-

A multidão já não tem dúvidas que de Caxias irão sair os familiares, os amigos, os conhecidos há muito detidos. E mesmo com chuva não arredou pé. Tranquilamente. Aproveitando as horas para convívio.

Uma cena das imediações de Caxias. Quem aguardará o menino? Talvez um pai que não conheça ainda...

25 DE ABRIL: UM POSTO DE COMANDO TRANQUILO



vação da P. I. D. E./D. G. S., como uma das medidas indispensáveis.

A extrema cautela das Forças Armadas no trato com a população civil e até mesmo para com as forças inimigas constituiu um facto particularmente notado por todos. O Movimento das Forças Armadas nunca desejou derramamento de sangue, sobretudo inocente. Porém, o sangue foi derramado em virtude (uma vez mais) de actos criminosos da P. I. D. E./D. G. S.

Na noite do dia 25 de Abril, agentes aquartelados na sede da organização abriram fogo sobre civis. Três pessoas morreram e muitas outras ficaram feridas pelas balas assassinas. Mais do que defender um regime, os agentes defendiam a pele, consciências — por uma vez — da repulsa que provocavam, desde sempre, na população que violentavam.

A notícia da acção criminosa cedo chegou ao Posto de Comando do Movimento, no

O general António de Spínola chega ao Quartel-General da Cova da Moura. Eram 16.25 horas do dia 26 de Abril.

R. C. P., e uma informação ao País logo foi prestada, acrescentando-se que as forças militares seguiam para o local a fim de resolver a situação.

A sede da P. I. D. E./D. G. S., completamente fechada, foi cercada por efectivos do Exército, aos quais se juntaram fuzileiros da Marinha. O cerco demorou toda a noite, até que na manhã do dia 26, às 9.45, oficiais das Forças Armadas vitoriosas penetram no edifício, depois de terem enviado dois agentes capturados parlamentar com os que se acotavam no edifício, instigando-os à rendição. E esta foi pedida, incondicionalmente.

Cerca de trezentos a quatrocentos agentes estariam dentro do edifício, que durante todo o dia esteve cercado pelas Forças Armadas e

por milhares de pessoas. Lá dentro foi descoberto um autêntico arsenal: cerca de uma tonelada de material bélico, constituído por armas ultramodernas.

Foi muito difícil para as Forças Armadas a evacuação dos agentes detidos, pois a população não arredava pé do local, exigindo vingança por suas próprias mãos.

Entretanto, durante a noite anterior à capitação da P. I. D. E./D. G. S., um agente, que tentava fugir por entre os automóveis estacionados na rua, foi logo abatido a tiro. Outros três entregaram-se às Forças Armadas, que os prenderam.

Durante a manhã do dia 26, a população, que entretanto, segundo as indicações radiofónicas do Movimento, já seguia normalmente para os seus locais de trabalho, era interceptada por patrulhas do Exército que pediam a todos para se identificarem. O objectivo era detectar agentes da P. I. D. E./D. G. S., e da Legião, dois organismos filhos do antigo regime que foram dissolvidos, em boa hora, pelo Movimento.

Nas ruas da "baixa", manifestantes que pejavam artérias, aclamando a acção vitoriosa do Movimento e a queda do regime fascista, descobriram, misturados entre a população, agentes daquela Polícia política. A muito custo e com todo o esforço, elementos do Exército conseguiram evitar que os populares aniquilassem, de imediato, os agentes descobertos, que as Forças Armadas tiveram que, nalguns casos, meter em blindados para os furtar à ira popular.

Entretanto, eram transmitidos comunicados, informando da ansiada desactivação da P. I. D. E./D. G. S. Mas nem por isso os populares abandonavam a caça a que se deram, pois numerosos agentes ainda se estariam a misturar com os populares.

No dia 25 e, muito especialmente, no dia seguinte, enquanto "devoravam" edições sucessivas dos jornais, milhares de pessoas concentravam-se na "baixa" alfacinha. As manifestações, que já se tinham esboçado, no mesmo local, na véspera, proliferaram no dia 26.

Em virtude da situação da P. I. D. E./D. G. S., e temendo os excessos dos manifestantes, as Forças Armadas (Exército e Marinha) permaneceram — e até se reforçaram — na região. Ao fim da manhã, foi recebida uma comunicação, no Regimento de Engenharia n. 1, na Pontinha, de que havia tiros isolados na "baixa". Imediatamente uma companhia da Escola Prática de Infantaria saiu para reforçar o dispositivo de segurança.

Foi nessa unidade, no limite da capital, que se localizou o quartel-general do Movimento triunfante.

Mas na "baixa" os manifestantes, para além de cercarem, com os seus violentos apupos, a sede da P. I. D. E./D. G. S., alvejaram outros objectivos afectos ao regime caído.

Assim, penetraram no diário "Época", órgão da extinta A. N. P., (dita associação cívica, mas equivalente a partido único); depois, subindo um pouco na mesma rua — a da Misericórdia — entraram nos antigos Serviços de Censura da Imprensa (ultimamente cha-



Na Cova da Moura, no Ministério da Defesa Nacional, ficou instalado o novo Quartel-General que, até ao dia 26, funcionara no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha.



25 DE ABRIL:

NUNCA SE DESEJOU O DERRAMAMENTO DE SANGUE



A zona da Cova da Moura encontrava-se guardada por quatro carros blindados: um AML Panhard e três Chaimites. Naturalmente, as atenções da miudagem foram despertadas.

mados de Exame Prévio), onde — infelizmente — terão inutilizado muito do arquivo que iria constituir precioso material para elucidação de todos os portugueses de quanto sofreram (eles e muito especialmente os jornalistas) sob o impiedoso lápis azul dos censores do governo salazarista.

Os manifestantes subiram mais ainda e, no Largo da Misericórdia, penetraram na sede da A. N. P. Entretanto, um pouco mais tarde, para evitar justamente os excessos de entu-



siasmo popular, elementos das Forças Armadas, sem molestar qualquer cidadão, tomaram posições nesses locais assaltados, não se tendo registado outros incidentes.

No fim da tarde do dia 26, uma grande manifestação organizada pela C. D. E. — que desde logo emitiu diversos comunicados políticos, em apoio à acção das Forças Armadas — reuniu milhares de pessoas no Rossio, tudo se processando sem incidentes.

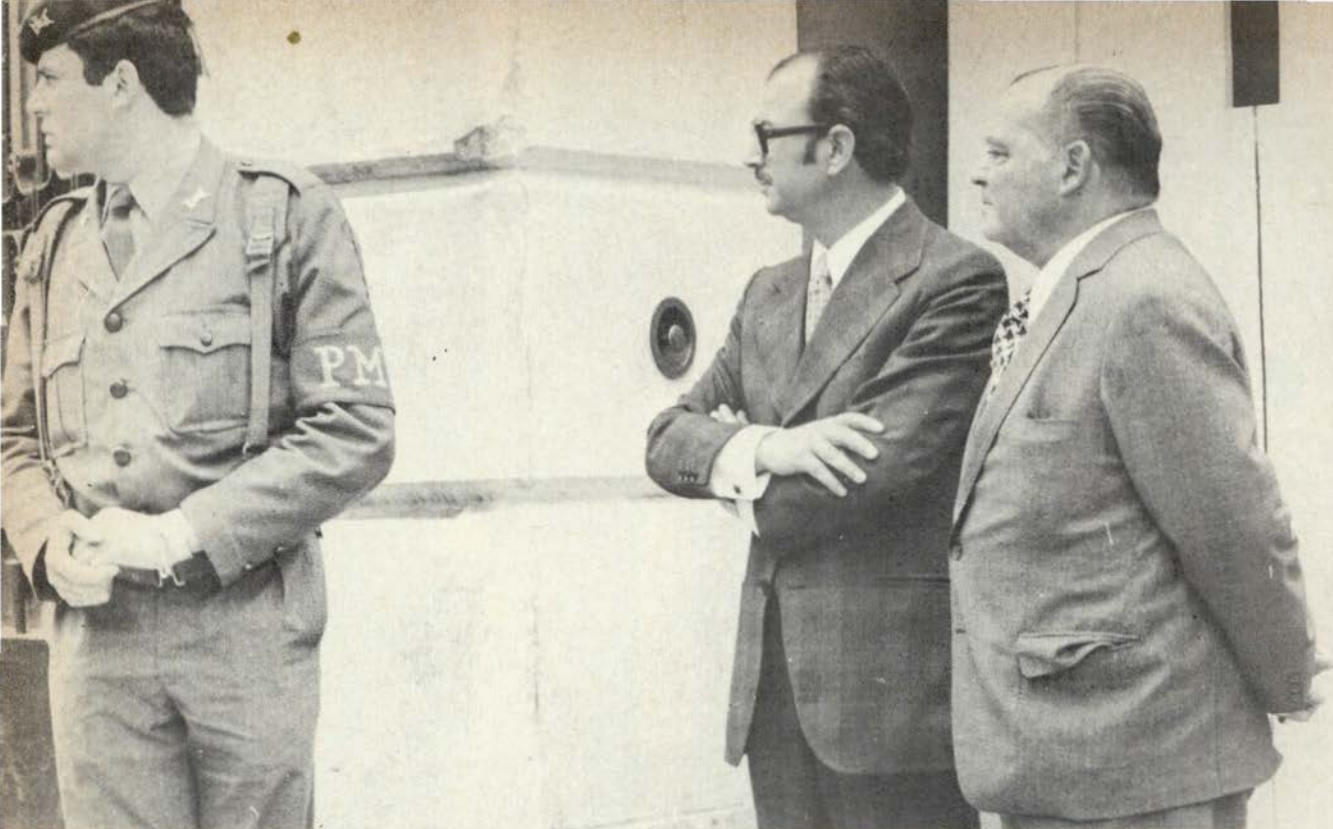
A O princípio da tarde do último sábado o general Spínola reuniu-se com os directores dos órgãos da Informação e organizações como o C. D. E., a SEDES e a Convergência Monárquica. A reunião efectuada no Palácio da Cova da Moura, onde está instalado o Quartel-General da Junta de Salvação Nacional. O general António de Spínola, que

estava ladeado por todos os outros componentes da Junta, começou por prestar homenagem à Imprensa portuguesa e expressar o desejo de que ela esteja à altura da hora crítica que o País vive. "Também sou — disse — dos que julgam que o País vive um momento histórico. Todos somos poucos para colaborar na solução dos complexos problemas que temos de enfrentar". Lembrou, depois, que o País viveu largos anos num regime que criou um determinado clima de carência de consciencialização da grande massa, traduzindo-se a situação presente na necessidade de se encontrar novas formas de evolução. Assim, e dado que a Imprensa terá uma alta missão a cumprir nesse sentido, foi abolida a censura prévia e será revista a Lei de Imprensa.

"Todavia, há um aspecto que, desde já desejo salientar: a alta responsabilidade com que

fica a Imprensa, fundamentalmente as direcções dos jornais, pois estes têm de se tornar em elementos válidos. É evidente que os jornais passarão a ter uma feição diferente. Uns não farão qualquer esforço. Outros terão de se reajustar". O presidente da Junta de Salvação Nacional afirmou que não hesitava em pedir a colaboração da Imprensa, apesar de não pretender influenciar, de modo algum a orientação de cada jornal. O objectivo será o de "preparar um povo que não está preparado", devendo a Imprensa "procurar despotecar-se de quaisquer atitudes demagógicas".

Para a Junta de Salvação Nacional, conforme as palavras do general António de Spínola, "o trabalho é o de consciencializar a Nação para que escolha o regime em que quer viver". No entanto, acentuou, "as coisas não podem ser feitas de um momento para o outro



25 DE ABRIL: QUEM COM FERRO MATA...

e uma precipitação na aceleração do processo poderá ser desastrosa".

O segundo ponto abordado pelo general António de Spínola foi o do problema do Ultramar. Disse que de há muito tempo se vem confundido no nosso País o conceito de autodeterminação com o conceito de independência e que as suas próprias afirmações sobre esta distinção já não haviam sido entendidas pelos governantes depositos. "Sempre defendi — recordou — que a aceitação imediata de independência contraria a pureza do princípio da autodeterminação. Entendo que para que um povo possa escolher livremente os seus destinos tem de estar consciencializado, sob pena de serem terceiros a aproveitar-se dele".

O princípio de autodeterminação terá, segundo o general António de Spínola, de ser progressivamente conseguido, cabendo, depois, às populações dos territórios ultramarinos decidirem do seu destino através de um plebiscito: autodeterminação pela bandeira portuguesa ou independência." Para isso, temos de acelerar o processo ultramarino no aspecto cultural. É indispensável que assemtemos numa política de autenticidade, que tenha aceitação nos homens de boa vontade de todo o Mundo".

Às 17.5 do dia 26 apresentaram-se à porta de armas do Ministério da Defesa duas das mais (infelizmente) conhecidas figuras da P. I. D. E./D. G. S.: Bernardino Leitão (inspector) e Mortágua (chefe de brigada). Segundo soubemos terão ido colocar-se às ordens da Junta, teriam sido mandados entrar pelo general Spínola que teria ordenado a sua prisão. EM BAIXO — O Chaimite Bula que levou do quartel do Carmo o prof. Marcello Caetano, transporta agora três elementos da P. I. D. E./D. G. S., reconhecidos e detidos no Bairro Alto.



QUEM com ferro mata, com ferro morre", dizia um comerciante, um dos poucos que abriu temporariamente o seu estabelecimento no dia 25 de Abril. Invocava o rifão referindo-se à P. I. D. E./D. G. S., e à teimosa, mas inútil, resistência (ou agonia?) dos seus agentes.

A rendição dos últimos elementos da Polícia política refugiados no seu quartel-general foi anunciada pelo Posto de Comando do Mo-

vimento ao princípio da madrugada do dia 27.

Paradoxo: depois de terem sido libertados — conforme promessa da Junta de Salvação Nacional — os patriotas detidos em Caxias, o que sucedeu às 0.17 do dia 27, começaram a ser para ali transportados os antigos donos e senhores daquele temível forte prisional, os agentes da P. I. D. E./D. G. S., presos pelas Forças Armadas.

Durou nove horas a rendição do quartel do Carmo onde se refugiara Marcelo Caetano. Nove horas que a multidão seguiu sem arredar pé, esquecida da fome e do cansaço. Depois, pelas 18 horas, seria a explosão pelo momento mais ansiado durante 48 anos: a queda do fascismo.

25 DE ABRIL: O VIRAR DA PÁGINA

